

GABRIELA D'AVILA BRÖNSTRUP

**UM OFÍCIO POLIVALENTE: Rodolfo Garcia e a escrita da história
(1932-1945)**

**ASSIS
2015**

GABRIELA D'AVILA BRÖNSTRUP

**UM OFÍCIO POLIVALENTE: Rodolfo Garcia e a escrita da história
(1932-1945)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em História. (Área do Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

ASSIS
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

B869u	<p>Brönstrup, Gabriela D'Avila Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945) / Gabriela D'Avila Brönstrup. – Assis, 2015 142 f. : il.</p>
	<p>Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista Orientadora: Dr^a. Karinha Anhezini de Araujo</p>
	<p>1. Historiografia. 2. Garcia, Rodolpho, 1873-1949. 3. Historiadores – Brasil. 4. Intelectuais e política. I. Título.</p>
	<p>CDD 907.2 981</p>

Para Afonso, meu esposo, e
Tarsila, filha que esperamos ansiosos.

AGRADECIMENTOS

Durante esses anos que cursei o mestrado, pude contar com pessoas queridas que me motivaram e auxiliaram, às quais sou muito grata.

Agradeço à minha orientadora, Karina Anhezini, pela disposição em dialogar e ler atentamente meus textos. Sua dedicação nesses momentos possibilitou um lapidar da minha forma de conceber e escrever história.

À Zélia Lopes da Silva e a Tânia Regina de Luca que em meu exame de qualificação indicaram fragilidades e potencialidades do trabalho. Suas observações me acompanharam até esta finalização.

Obrigada Wilton Carlos Lima da Silva e Rebeca Gontijo pela disposição em compor a banca de defesa de mestrado e pela leitura atenta e sugestiva da dissertação.

Aos integrantes do grupo de estudos em História da Historiografia, por compartilharem suas pesquisas e contribuírem no desenvolvimento deste trabalho.

À Daiane Vaiz Machado, por acompanhar todas as etapas dessa pesquisa com sugestões valiosas. Cafés, viagens, estudos e divagações se tornaram mais alegres na sua companhia.

Obrigada Juliana Ubeda, por me receber em sua casa tantas vezes e com tanto carinho.

À Aline Menoncello, uma das primeiras pessoas que me acolheram em Assis, com disposição e bom humor. Agradeço também por dispor de seu tempo na leitura de meus textos.

Aos funcionários da Seção de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sempre tão gentis no atendimento às várias solicitações e esclarecimentos.

Agradeço ao Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores em parceria com a Biblioteca Nacional (PNAP/BN), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, por meio das bolsas concedidas em diferentes momentos, possibilitaram que eu me dedicasse exclusivamente na elaboração dessa dissertação.

Aos meus pais, Roberto Raimundo Brönstrup e Maria Cleni Brönstrup, por demonstrarem com a vida e presença o que é essencial. À minha irmã Aline D'Avila Brönstrup que me acompanha desde sempre. Lembro que interrompia meus soluços de

criança tentando me convencer de que no momento adequado eu aprenderia a sequência dos números. Depois de adulta, na graduação, garantiu meu lugar ao sol também com auxílio financeiro, o que se repetiu durante o mestrado nos períodos em que aguardei o financiamento da pesquisa. Por essas e tantas outras, minha eterna gratidão!

Ao meu esposo Afonso Chimanski, pelo amor desde os pequenos detalhes, e por dividir comigo a vida e a espera de nossa filha, Tarsila.

BRÖNSTRUP, Gabriela D'Avila. **Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

RESUMO

Compreender os fundamentos do ofício de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), especialmente, naquilo que diz respeito às problemáticas próprias da escrita da história desse autor, sua atuação na coleta, seleção e divulgação de documentos históricos, assim como na organização de acervos, entre os anos de 1932 e 1945, é a questão que norteia esta dissertação. Tendo em vista a tensão entre a figura do erudito e do intelectual identificada naquele período, algumas inquietações perpassam a investigação das relações estabelecidas nos principais locais de sociabilidade e produção do conhecimento em que circulou: Que atividades os chamados eruditos desenvolviam? Quais as motivações dos que se referiam a Rodolfo Garcia como intelectual? Tais indagações servirão como fio condutor na investigação das possibilidades de escritas de vida por meio de correspondências e prefácios, bem como de sua dedicação na validação do conhecimento histórico através dos procedimentos metódicos praticados na edição documental e na promoção de cursos de especialização em um período de investimentos na formação de profissionais.

Palavras-chave: Acervos, Especialização, Historiografia brasileira, Rodolfo Garcia.

BRÖNSTRUP, Gabriela D'Avila. **A polyvalent métier: Rodolfo Garcia and the writing of history (1932-1945)**. 2015. 142 f. Dissertation (Master's degree in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

ABSTRACT

Comprehending the métier fundamentals of Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), especially, about the own issues on his writing of history, his collecting, selecting and disclosing procedures of historic documents, even as on collection organization, between 1932 and 1945, is the main question of this dissertation. Taking in account the tension between erudite and intellectual figure at that period, some concerns pervade the investigation about the relationships established on the main sociability and production places of knowledge where he has been: What activities did the so-called erudite develop? Which were the motivations of those who referred Rodolfo Garcia as intellectual? Such inquiries will be used as conducting wire in investigation about the possibilities of writing of life by means of correspondences and forewords, as well as his dedication on history knowledge validation by methodical proceedings used in documental edition and promoting specialization courses during a period of investments on professional formation.

Keywords: Collections, Expertise, Brazilian Historiography, Rodolfo Garcia.

LISTA DE SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional (Brasil)
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico
ABL	Academia Brasileira de Letras
MHN	Museu Histórico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DEMANDAS DE UM ERUDITO EM TEMPOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO.....	22
1.1. Como narrar Rodolfo Garcia? Um saber depositado em obras alheias.....	23
1.2. Rodolfo Garcia na “senda dos desbravadores” da história erudita	32
1.3. “Encomendas” para Rodolfo Garcia: usos de um saber	40
2. FORMAR ESPECIALISTAS PARA O TRABALHO COM ACERVOS NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DOS CURSOS DE MUSEUS E DE BIBLIOTECONOMIA	58
2.1. Justificativa e constituição da formação de profissionais para os acervos... 62	
2.2. A Biblioteca Nacional como lugar de profissionalização e profissão..... 69	
2.3. Disciplinas que formam museólogos e produzem livro..... 79	
2.4. Classificação bibliográfica e o ofício do historiador..... 88	
3. PRÁTICAS DE UM ERUDITO EM TEMPOS DE ENTREMEIO.....	95
3.1. Reunir e editar documentos: uma missão entre “os vagares do ofício”	96
3.2. Classificação e escrita da história: definições de especialidades e atribuição de autoria.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
FONTES:	131
BIBLIOGRAFIA:	131

INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata de indefinições e tentativas de inserções. Tomar Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), como objeto dessa pesquisa é enfrentar o desafio de compreender o que significa ser um intelectual/erudito/historiador na primeira metade do século XX, período no qual modos de conceber o tempo e a escrita da história se sobrepuseram. Em meio às amplas maneiras de perceber e narrar aspectos da vida de um indivíduo, buscamos a inserção dessa pesquisa no rol de estudos da História da Historiografia¹ articulada à História Intelectual², que vêm, sob perspectivas variadas, se dedicando a nuançar as concepções a respeito da cultura letrada no Brasil.

Rodolfo Garcia nasceu em Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, e graduou-se em direito no Recife, Pernambuco, onde trabalhou como jornalista, professor de história, geografia, francês e português nos Colégios Wolf e Santa Margarida. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro, atuando inicialmente como bibliotecário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nas décadas de 1930 e 1940, esteve inserido nos principais locais de produção do conhecimento histórico: foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), sócio benemérito do IHGB, diretor do Museu Histórico Nacional (MHN) de novembro de 1930 - quando substituiu Gustavo Barroso (1888-1959), destituído do cargo de diretor do museu pelo presidente Getúlio Vargas por causa do apoio dado publicamente à candidatura de Júlio Prestes – até 1932, ano em que iniciou o primeiro Curso de Museus do Brasil e passou a ocupar o cargo de diretor na Biblioteca Nacional (BN), trabalhando na reabertura do curso de Biblioteconomia.

¹ Manoel Luiz Salgado Guimarães demonstra a centralidade do papel da cultura para compreensão das “condições de possibilidade” na criação do texto histórico que também dá vida e atribui identidade ao seu autor. Desse modo, convida a repensar as perguntas que motivaram a historiografia como campo de investigação, colocando o texto em primeiro plano. Essa discussão inspirou questões desenvolvidas nessa dissertação e nos motivou a considerar as qualificações dadas à produção de Rodolfo Garcia de acordo com a multiplicidade dos modelos de erudito e intelectual disponíveis no período. GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.

² Dentre as possibilidades da abordagem da História Intelectual investigadas pelo historiador francês François Dosse, destacam-se as contribuições de uma “análise interna”, voltada para o conteúdo das obras com as concepções historiográficas que a constituem e uma “análise externa”, relacionada aos contextos de produção. Assim, aponta para a redução provocada quando, nos estudos de História Intelectual, tais procedimentos são considerados de forma atomizada, reafirmando as potencialidades das interpretações que partem da relação entre uma análise internalista e externalista para a construção de suas questões. Partilhamos de tais posicionamentos de Dosse para a compreensão do ofício de Rodolfo Garcia, buscando uma análise atenta aos possíveis entrelaçamentos entre obra, lugares de produção, redes de sociabilidade e as problemáticas próprias da escrita da história no período em questão. DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

Os institutos históricos eram, até a década de 1930, os principais lugares de produção do conhecimento histórico onde pesquisadores, em sua maioria autodidatas, dedicavam-se na definição de um passado nacional e dos modos de investigá-lo, sistematizando o saber histórico e divulgando metodologias para produzi-lo. A criação do curso universitário de história nessa mesma década causou diferentes impactos no ofício desses letrados despertando novos anseios, mas também inseguranças e estratégias para manter os antigos postos e corresponder às novas demandas.³

Rodolfo Garcia não fez parte do corpo docente das primeiras graduações em história, composto por letrados brasileiros e estrangeiros, mas sua permanência na diretoria da BN, desde 1932 até 1945, e atuação nos lugares de sociabilidade e produção do conhecimento histórico, que balizam o recorte temporal dessa pesquisa, foram marcados por tentativas de promover a especialização e adequar-se às temáticas em pauta no âmbito universitário. Dentre as diversas relações e, nesse caso, amizade que Rodolfo Garcia construiu nas redes de sociabilidade⁴ que integrou, destaca-se aquela estabelecida com o historiador João Capistrano de Abreu (1853-1927). A BN, o IHGB e a ABL foram alguns dos espaços de produção de conhecimento e sociabilidade intelectual frequentados por eles. Com a morte de Capistrano de Abreu, um projeto de construção de sua memória teve início e Rodolfo Garcia atuou diretamente nesse empreendimento fundando, ao lado de outros intelectuais do período, a Sociedade Capistrano de Abreu em 1927.⁵ Contudo, Garcia não ocupou um espaço tão destacado

³ As considerações de Sergio Miceli auxiliaram na análise da atuação de Rodolfo Garcia em tempos de mudanças ocorridas nas organizações políticas e instâncias de produção cultural, bem como nas modalidades de acesso a elas. O autor pontua que entre os anos de 1930 e 1945 um bom relacionamento com os representantes do poder e o diploma universitário já não garantiam a entrada ou permanência no mercado de trabalho. Adequar-se a execução de tarefas cada vez mais especializadas tornava-se um critério fundamental para enfrentar a concorrência que se adensava. MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ A análise das relações intelectuais de Rodolfo Garcia contribui, entre outros aspectos, para a compreensão de sua escrita da história. Maurice Agulhon percebe na vida associativa a principal forma de *sociabilidade*. Jean-François Sirinelli nos auxilia nesta análise a partir desta noção de sociabilidade proposta por Maurice Agulhon, estabelecida em *redes e microclimas*. De acordo com esta categoria analítica, as *redes* correspondem aos locais de sociabilidade enquanto instituição, englobando questões relacionadas ao espaço físico. Esses locais, mesmo modificados pelo tempo, têm a aprendizagem e as trocas intelectuais como constante. Os *microclimas* se referem às maneiras de se relacionar constituídas pela convivência nesses espaços. Essa análise traz à tona as afinidades e inimizades nas relações que compõem o espaço de sociabilidade, contribuindo para percepção da repercussão no ofício do historiador DELACROIX C.; DOSSE, F. e GARCIA, P. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. RJ: FGV, 2012; SIRINELLI, J. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. RJ: Editora UFRJ, 1996.

⁵ Pode-se destacar na historiografia a tese de Rebeca Gontijo que trata da criação da Sociedade Capistrano de Abreu, compreendendo essa institucionalização do culto a um intelectual como parte dos

na historiografia brasileira como Abreu. Devido a esse vínculo com Capistrano de Abreu, Garcia aparece em diversos trabalhos, no entanto, poucos são dedicados a compreender as relações institucionais mantidas por ele e os fundamentos de sua escrita da história, especialmente, naquilo que diz respeito à sua atuação em uma das principais funções que caracterizavam o historiador no período, ou seja, selecionar, coletar e organizar acervos⁶, questão central da pesquisa ora proposta⁷.

Nos estudos realizados com o intento de organizar os historiadores em catálogos de autores e obras é recorrente a presença de Garcia.⁸ José Honório Rodrigues é considerado o pioneiro na busca de sistematizar a pesquisa histórica no Brasil, mesmo que outras tentativas nesse sentido já estivessem presentes na primeira metade do século XX, conforme buscamos demonstrar no decorrer dessa dissertação.⁹ Rodrigues criou uma divisão entre aquilo que denominou de revisionismo teórico e revisionismo factual colocando de um lado, Capistrano de Abreu como o responsável teórico da revisão da historiografia brasileira, e de outro Afonso d'Escragnolle Taunay e Rodolfo Garcia

empreendimentos para a consolidação de seu nome e obra enquanto estudioso brasileiro. Gontijo defende a hipótese de que esses investimentos estão associados a demandas coletivas que atribuem a um autor e obra o *status* de símbolo da nação, da intelectualidade brasileira e, de modo específico, dos estudiosos de história. GONTIJO, R. A economia da glória: culto e comemoração. In: *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p.81-130.

Os trabalhos de Ítala Byanca Morais da Silva também investigam a Sociedade Capistrano de Abreu; SILVA, Í. B. M. *Sociedade Capistrano de Abreu: Memória e Historiografia Brasileira (1927-1969)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011; _____. A Sociedade Capistrano de Abreu e construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). *Projeto História*, nº41, p. 599-614, 2010; _____. Anotar e prefaciá-la obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*, nº. 03, p. 83-105, 2009.

⁶ ANHEZINI, K. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus. *Teoria e Historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. (no prelo)

⁷Essa pesquisa teve seu início no Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido sob orientação de Karina Anhezini de Araujo. BRÖNSTRUP, G. D. *Nas entrelinhas das correspondências, uma leitura do ofício de Capistrano de Abreu*. TCC. Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, campus de Guarapuava, 2010.

⁸Um dos exemplos deste enfoque dado à história é a obra de Francisco Iglésias: IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Nela há uma classificação de historiadores brasileiros em diferentes “períodos” por ele criados e um rol de clássicos da historiografia. Para uma problematização dessa trajetória da História da Historiografia no Brasil, ver: GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. Bastos P; et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

⁹ Na discussão já citada, de Manoel Luiz Salgado Guimarães a respeito dos caminhos da pesquisa historiográfica, o autor identifica a início do campo da história da historiografia a partir dos trabalhos de José Honório Rodrigues, na década de 1950. Para tanto, o autor não considera os textos anteriores motivados pela mesma preocupação em mapear e classificar a produção da área. GUIMARÃES, M. L. S, 2005, op. cit.

como representantes do revisionismo factual.¹⁰ No entanto, nas últimas décadas, esta maneira de tratar a historiografia como tema se alterou e foram priorizadas as análises internas dos textos em diálogo com a compreensão dos contextos e lugares de produção¹¹. As obras resultantes dessa nova perspectiva inspiram problemáticas de pesquisa e definem uma agenda de trabalho a respeito da história da historiografia brasileira atualmente, que coloca a escrita da história como eixo central para a investigação das possibilidades de fabricação desse saber.¹²

Não são muitos os trabalhos que, sob a perspectiva da História Intelectual ou da História da Historiografia, trataram especificamente do objeto dessa pesquisa. Vitor Claret Batalhone Junior, em sua dissertação de mestrado intitulada *Uma história das notas de rodapés: a anotação de História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen*¹³ é exemplo da perspectiva que dá ênfase ao próprio espaço textual para a compreensão das produções historiográficas. Nesta pesquisa, o autor propõe analisar o trabalho de anotação e crítica da terceira edição de *História Geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

Batalhone percebe uma estrutura discursiva na História do Brasil que permanece, mesmo considerando as reformulações, desde a primeira publicação de *História Geral do Brasil*, em 1854, até meados do século XX. Atento à expressão do discurso dos anotadores a respeito de como deveria ser escrita a história do Brasil, identifica uma institucionalização da autoridade de Varnhagen por meio de um determinado grupo de enunciados que, em sua opinião, foram compartilhados em

¹⁰ RODRIGUES, J. H. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Revista de História*. v. 17, nº 35, 1958, p. 97-105.

¹¹ Para a compreensão de aspectos da intelectualidade brasileira na primeira metade do século XX, destacamos algumas das diversas pesquisas desenvolvidas com esse enfoque: AMED, F. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006; GOMES, Â. C. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009; ARAUJO, R. B. *Guerra e paz: Casa Grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994; BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999; MALATIAN, T. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC/São Paulo: FAPESP, 2001.

¹² Ver: ARAÚJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006; NICOLAZZI, F.; ARAUJO, V. L. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: ARAUJO, V. L.; VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; MATA, S. R. (orgs.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p. 7-14; GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudo e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. N; et al (Orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 19-35.

¹³ BATALHONE JUNIOR, V. C. *Uma história das notas de rodapés: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p.75.

épocas diferentes, evidenciando uma aspiração à continuidade partilhada por outros historiadores.

Considerando a proposta de pesquisa do autor, os argumentos que sustentam sua ideia de continuidade dão ênfase à apropriação de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia das mesmas fontes utilizadas por Varnhagen na anotação da obra deste historiador. Segundo Batalhone, “a história do Brasil escrita por Varnhagen foi retificada por seus anotadores, reproduzindo uma história nacional de enorme difusão.”

A respeito da análise e leitura feita por Capistrano de Abreu do ofício e produção de Varnhagen, Pedro Afonso Cristovão dos Santos, em sua dissertação *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*¹⁴, reafirma a importância dada por Capistrano ao trabalho de pesquisa e edição de documentos de Varnhagen, porém o autor se distancia de Batalhone ao enfatizar as diferenças de perspectivas entre Capistrano e Varnhagen, as insatisfações e novas propostas do primeiro relacionadas tanto à crítica dos documentos e interpretação quanto à temática de Varnhagen.

O trabalho de Maria da Glória Oliveira¹⁵, também problematiza a relação estabelecida por Capistrano de Abreu com a obra de Varnhagen. Ao tratar dessa interlocução iniciada com a escrita do *Necrológio do Visconde de Porto Seguro*¹⁶, que se estenderia durante toda a produção de Capistrano, a autora pontua que mesmo reafirmando a condição de Varnhagen como fundador da historiografia brasileira, as diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano se estabeleceram simultaneamente a crítica da obra de Varnhagen. Perpassando as coordenadas dadas por Capistrano, para a História do Brasil, que segundo ele, ainda estava por escrever, com uma nova ordenação do tempo da nação e narrativa que encadeasse os fatos de forma mais exata, Oliveira verifica que a relação complexa entre os dispositivos de crítica documental e a escrita da história, ao conferir “marcas de credibilidade ao texto histórico”, também impõe limites à sua escrita.

Buscando compreender o processo de construção da memória e identidade a respeito do historiador, Rebeca Gontijo na obra *O velho Vaqueano*, tem como eixo

¹⁴SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

¹⁵ OLIVEIRA, M. G. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1913.

¹⁶ ABREU, C. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Ensaios e Estudos* (Crítica e História). 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

principal da narrativa a perpetuação de um nome, Capistrano de Abreu. A autora investiga esses esforços plurilaterais por meio de produções posteriores a sua morte, em 1927, e do culto prestado a ele pela criação da Sociedade Capistrano de Abreu, bem como pelos investimentos de Capistrano na escrita de si enquanto indivíduo, intelectual e historiador, especialmente por meio de suas correspondências. Nesses empreendimentos individuais e coletivos na constituição de Capistrano como intelectual, símbolo da brasilidade, ou ainda na problematização de caracterizações como tenacidade, rebeldia, modéstia e erudição eleitas por muitos biógrafos e por seus pares para singularizá-lo, Gontijo percebe uma relação direta com a “construção da história da disciplina, que define legados e alimenta tradições”¹⁷.

O estudo de Gontijo contribui para a análise da prática de construção da figura de Rodolfo Garcia e dos investimentos para torná-lo imortal, como erudito, intelectual, historiador, editor, tanto durante seu percurso, quanto na comemoração do centenário de seu nascimento, inspirando-nos também na problematização das tentativas de situar em uma área específica, aqueles que se dedicavam, na primeira metade do século XX, às diversas atividades relacionadas à seleção, coleta e organização de acervos, bem como aos estudos históricos.

Karina Anhezini, em sua tese de doutorado intitulada *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*,¹⁸ ao historiar os fundamentos da escrita da história de Taunay, percebe essa dispersão também no perfil dos que se dedicaram à escrita da história do Brasil no século XX. A formação dos “historiadores por vocação” se dava em diversas áreas do conhecimento, trazendo assim diferentes vieses para a escrita da história.

Ao analisar dimensões amplas da produção da história do período de maneira simultânea à escrita da história de Taunay, Anhezini teve como questão norteadora a preocupação a respeito de “como se escrevia a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX”. Atenta não só à comunicação estabelecida com uma rede de intelectuais, especialmente pelas correspondências, mas também ao contato que Taunay teve com obras de intelectuais estrangeiros, a autora percebe na historiografia francesa elementos que compuseram a formação do autor e que o acompanharam em suas contribuições para a historiografia brasileira.

¹⁷ GONTIJO, R, 2013, op. cit., p.331.

¹⁸ ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Rodolfo Garcia fez parte da rede intelectual de Taunay, ambos tiveram um contato próximo com Capistrano de Abreu e compartilharam preocupações e posicionamentos em relação ao ofício do historiador e à escrita da história no início do século XX. A partir dessas contribuições, percebe-se, de um lado, a relevância de se investigar os autores e obras que participaram da formação intelectual de Rodolfo Garcia e de sua atuação nas instituições selecionadas e de outro, a construção das questões que norteiam essa pesquisa.

Portanto, o objetivo central dessa dissertação é compreender as relações institucionais de Rodolfo Garcia e os fundamentos de sua escrita da história, especialmente naquilo que diz respeito à sua atuação na coleta, seleção e divulgação de documentos históricos, bem como na organização de acervos. Esse eixo foi o articulador das problemáticas específicas que compuseram os três capítulos da dissertação.

Além de um deslocamento do lugar de produção do saber histórico, a década de 1930 foi marcada pelo delineamento de um novo modelo de historiador. Rodolfo Garcia foi considerado erudito pela maioria de seus correspondentes, no entanto, representantes do poder político como Gustavo Capanema identificava-o como intelectual. Tendo em vista a tensão entre a figura do erudito e do intelectual, o primeiro capítulo dessa dissertação apresenta as seguintes inquietações: Que atividades os chamados eruditos desenvolviam? Quais as motivações dos que se dirigiram a Rodolfo Garcia como intelectual? Que contribuições daria ele ao trabalho de integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX? Esses questionamentos nortearam a investigação das variações na caracterização da figura de Rodolfo Garcia como erudito e intelectual, empreendida por ele e por seus pares.

Considerado referência na obtenção de informações de diversas áreas do conhecimento, especialmente a história do Brasil colonial, seu gabinete na BN era chamado por Pedro Calmon de “palestra literária”. Projeções a respeito do que ele poderia ter sido ou realizado, especialmente no que se refere à sua produção, composta, essencialmente, por anotações, textos introdutórios para publicação de conjuntos documentais e introduções de obras de autores dedicados à história do Brasil colônia, são retomadas por esses autores que fabricaram sua figura, seja para lamentar a ausência de uma grande obra de história do Brasil, seja para justificá-la pela personalidade despretensiosa de Garcia.¹⁹

¹⁹ Concebendo esse processo de fabricação da figura de Rodolfo Garcia enquanto produções discursivas das quais ele também foi autor, a noção de escrita de si auxilia-nos na compreensão desses investimentos.

Essas narrativas, integrantes de projetos de construção identitária de Rodolfo Garcia, são repletas de relações de alteridade, as quais perpassam o *lugar social*, as *práticas* do ofício e seu produto que é o *texto histórico*.²⁰ Considerando as correspondências, os prefácios e os discursos de recepção e posse como representantes desse lugar social de fala, o qual confere posições aos que dele participam, tais publicações abrem caminhos para a análise do sentido das homenagens e das incumbências destinadas a Garcia nos contextos institucionais e disciplinares específicos, bem como para o estabelecimento dos critérios utilizados por ele e pelos pares com quem dialogou, especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, e por aqueles que trataram de sua figura na década de 1970, por ocasião da comemoração do centenário de seu nascimento, em relação ao que é ser erudito, intelectual e historiador.

Trataremos dessas incumbências destinadas a Rodolfo Garcia, através das correspondências enviadas por seus pares, amigos e autoridades estatais durante as décadas de 1930 e 1940, algumas delas publicadas em *Cartas a Rodolfo Garcia*²¹ e outras coletadas na Coleção Rodolfo Garcia, na Seção de Manuscritos da BN.²² Para investigar os investimentos na constituição da figura de Garcia durante a década de 1970, selecionamos prefácios de duas publicações desse período: A seleção da correspondência passiva do autor, *Cartas a Rodolfo Garcia*, escrito por Darcy Damasceno (1922-1988) e o da obra *Escritos Avulsos*, de Pedro Muniz de Bitencourt Calmon (1902-1985). Serão analisados também o discurso de posse que o sucessor de Rodolfo Garcia na ABL, Elmano Cardim (1891-1979), proferiu em 1950 e a conferência comemorativa do centenário do seu nascimento, também proferida por Cardim na década de 1970.

No segundo capítulo, investigaremos os fundamentos do trabalho de Rodolfo Garcia com acervos, aspecto que consideramos fundamental na compreensão da concepção de história desse autor. Para tanto, analisaremos sua atuação na constituição

Conforme analisada por Michel Foucault, tal noção refere-se à compreensão do papel da linguagem na constituição de si próprio. Além de considerar a relação do “autor” estabelecida com o “receptor”, as perspectivas que adota para a construção do “eu” são essenciais na leitura dessas práticas narrativas. FOUCAULT, M. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. Destacamos ainda alguns dos textos que se dedicam à Escrita de si no Brasil: GOMES, A. C. (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; MALATIAN, T. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B; LUCA, T. R.(Org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.195-222.

²⁰ A respeito da noção de operação historiografia entabulada por Michel de Certeau, Ver: CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²¹ DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

²² Fui bolsista da Biblioteca Nacional, pelo Programa Nacional de Apoio a Pesquisa (PNAP), pelo período de um ano, de janeiro a dezembro de 2013, o que possibilitou dedicar-me à pesquisa detida nesse material.

dos Cursos de Biblioteconomia, na BN, e Museologia, no MHN, considerando suas vinculações com a organização da produção histórica, pois se a motivação principal desses cursos foi formar especialistas para o trabalho com acervos, tal iniciativa favoreceria também a classificação dos documentos históricos.

Os argumentos utilizados por Rodolfo Garcia na criação do Curso de Museu e Biblioteconomia e a função que atribuiu a eles, serão abordadas por meio dos relatórios anuais da instituição disponíveis nos *Anais da Biblioteca Nacional*²³ e do texto da aula inaugural, publicado em seu *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*.²⁴

Rodolfo Garcia foi um dos primeiros intelectuais preocupado com a divulgação do Sistema de classificação decimal de Dewey no Brasil, e antes de atuar na constituição dos Cursos de Museus e Biblioteconomia escreveu a tese “Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens”, publicada em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários. Na última parte do segundo capítulo, analisaremos as perspectivas adotadas nesse texto para fundamentar o trabalho com acervos nessa atividade específica da classificação.

A classificação também foi uma das práticas adotadas por Garcia no trabalho desempenhado como editor de documentos, com o intuito de modernizar os estudos históricos. No terceiro capítulo adentraremos nessa atividade buscando verificar esses esforços de classificação, especialmente os que se configuraram na escolha dos materiais para publicar, na atribuição de autoria e na definição de especialidades no campo da história. Enquanto diretor da BN entre os anos de 1932 e 1945, Garcia foi responsável por vários escritos e pela edição dos *Anais da Biblioteca Nacional*, nos quais foram publicados conjuntos de documentos disponíveis no acervo da BN. Coube a ele escrever as introduções explicativas destas obras e, posteriormente, vinte e quatro textos dessa natureza foram reunidos em *Escritos Avulsos*²⁵, fonte fundamental para o desenvolvimento do terceiro capítulo da dissertação. Por meio desse material, problematizaremos também algumas das prescrições metodológicas feitas aos pesquisadores, especialmente a respeito de como devem ser lidos os documentos, analisando ainda o papel delegado à BN enquanto promotora de uma cultura nacional

²³ BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1911, 1913, 1915, 1921, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.

²⁴ GARCIA, R. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p.29-30.

²⁵ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

ilustrada e a recepção que esses textos tiveram entre seus pares por meio das correspondências, em um período de investimentos na profissionalização do conhecimento histórico.

1. Demandas de um erudito em tempos de profissionalização do conhecimento histórico

Não sabíamos que era um sábio; desconfiávamos que fosse um santo; desses de cara fechada e coração aberto, que repreendem para perdoar; paternal, lacônico, discreto, São Rodolfo das Dúvidas Históricas!

(CALMON, 1973)

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns esforços empreendidos por Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949) e seus pares na constituição de sua figura como erudito e intelectual, delineando as regras para a produção do saber histórico em dois momentos, a saber: durante as décadas de 1930 a 1940, período de sua maior atividade profissional, e, na década de 1970, quando, por ocasião da celebração do centenário de seu nascimento, sua imagem foi reconstruída para homenagens póstumas.

No primeiro momento, serão privilegiados os prefácios de duas publicações da década de 1970, integrantes da *Coleção Rodolfo Garcia*: a seleção da correspondência passiva do autor, *Cartas a Rodolfo Garcia*, escrito por Darcy Damasceno (1922-1988) e o prefácio da obra *Escritos Avulsos*, de Pedro Muniz de Bitencourt Calmon (1902-1985). Serão analisados, posteriormente, o discurso de posse do sucessor de Rodolfo Garcia na Academia Brasileira de Letras (ABL), Elmano Cardim (1891-1979), proferido em 1950, e a conferência comemorativa do centenário de nascimento de Garcia, também proferida por Cardim.

No segundo momento, trataremos de algumas incumbências que Garcia recebeu no exercício de sua profissão, selecionadas durante a leitura de correspondências enviadas por seus pares. Percebendo esse material como um arquivo de vida letrada que torna possível a análise dos papéis atribuídos a ele, apresentamos algumas indagações neste capítulo: Que atividades os chamados eruditos desenvolviam? Quais as motivações daqueles que se dirigiram a Rodolfo Garcia como intelectual? Que contribuições daria ele ao trabalho de integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX? Tais reflexões servirão como fio condutor na investigação das possibilidades de escritas de vida por meio de correspondências passivas, bem como dos usos dos saberes em um período de

investimentos na formação de profissionais e delineamento de um novo modelo de historiador no Brasil.

1.1. Como narrar Rodolfo Garcia? Um saber depositado em obras alheias

Era dia 13 de abril de 1935 e o recém-eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Rodolfo Garcia iniciou seu discurso de posse narrando episódios que marcaram a sua vida:

Permiti recordar-vos que são antigas as nossas relações amistosas, e que mais de uma vez vos visitei cordialmente. Uma delas foi quando aqui se cuidou, na memorável quanto brilhante presidência de Afrânio Peixoto, da criação da Biblioteca de Cultura Brasileira, que hoje traz seu nome glorioso. Para organizar o programa das publicações históricas, Afrânio Peixoto lembrou-se de apelar para o saber incomparável de Capistrano de Abreu. Andava o mestre por esse tempo afundado em seus estudos de lingüística bacairi; mas, encantado com a iniciativa do amigo, a quem não sabia dizer não, depois de ter indicado as grandes obras de informação brasileira, que deviam fazer parte da coletânea, designou a Eugênio de Castro e a quem vos fala para substituí-lo na tarefa de comentá-las e anotá-las, segundo o plano que delineará.²⁶

Nessas cerimônias formais, repletas de simbolismos, aos moldes da Academia Francesa, já era esperado que o eleito para a cadeira – nesse caso, a de número 39, ocupada até então por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), Alberto de Faria (1865-1931) e José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) – discursasse elogiando seus antecessores e demonstrando sua adequação ao projeto da instituição que propunha, dentre outros objetivos, contribuir para a constituição da nacionalidade brasileira por meio das letras. Esse também era um momento para justificar suas escolhas perante os pares e apresentar seu próprio percurso.²⁷ Seguindo tais moldes, as recordações de Rodolfo Garcia, pronunciadas na

²⁶ GARCIA, R. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350> Acesso em: 20 nov. 2014.

²⁷ Na obra *A dança das Cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues problematiza a relação entre literatura e política para os letrados da virada do século XIX para o XX no Brasil, investigando mais especificamente o posicionamento da ABL quanto aos seus limites. Compartilhando do entendimento de que a polêmica entre escritores possibilita a compreensão de aspectos que os mobilizam, Rodrigues perpassa as divergências no modo de conceber a literatura e sua função social, as disputas entre monarquistas e republicanos, dentre outras polêmicas recorrentes no período, observando o fracasso dos que projetavam uma Academia sem nenhum tipo de interferência política, ou ainda, um órgão despolitizado, como aspirava Lúcio de Mendonça. Os discursos de recepção e posse são tomados como textos profícuos para compreensão da fragilidade do projeto da academia. Se a função primeira do discurso de posse é que o eleito elogie ao patrono e os demais acadêmicos que passaram pela cadeira que irá ocupar, bem como demonstre sua adequação ao

cerimônia de posse, enfatizaram sua contribuição para a formação da Biblioteca da Cultura Nacional na ABL. A seleção das obras que comporiam as publicações acadêmicas de História foi realizada por João Capistrano de Abreu (1853-1927) enquanto que a Garcia coube comentar e anotar as “grandes obras de informação brasileira” do programa de publicações históricas elaborado pelo mestre.

O episódio escolhido por Rodolfo Garcia para compor essa escrita de si e demonstrar identificação com a ABL fez menção à sua relação com Capistrano de Abreu e à dedicação à revisão de textos históricos. Essa referência à amizade com Capistrano, com o intuito de situar Rodolfo Garcia como historiador e erudito é unânime entre os autores que se incomodaram com o esquecimento daquele que partilhou com Capistrano de Abreu a tarefa de anotar a 3ª edição integral (1927) da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Darcy Damasceno (1922-1988), poeta, ensaísta e chefe da Seção de Manuscritos da BN atribuiu, no ano de 1970, a essa convivência, o “alargamento da visão para assuntos históricos” conquistado por Garcia, anteriormente voltado à filologia e etnologia. Assim, Damasceno no texto de apresentação às *Cartas a Rodolfo Garcia* demarcava as fronteiras disciplinares ainda pouco consolidadas no início do século XX, com o intuito de identificar Garcia como historiador inspirado em Capistrano. Nesse texto, que adiantava em três anos a comemoração do centenário do nascimento do autor, Damasceno tratou da anotação à “*História* de Visconde de Pôrto-Seguro”, considerando-a um aprimoramento da obra.²⁸

Ao apresentar essas cartas, Damasceno corrobora a interpretação recorrente no período em que a obra foi anotada, de que a história poderia ser melhorada tornando-se verdadeira e para isso destaca que a função das revisões de Garcia era concebida como

projeto da instituição, ele não cumpre em todos os casos tais requisitos ou apenas estes, deixando brechas que informam também a respeito das inimizades e discordâncias. Desse modo, Rodrigues chama atenção para uma leitura atenta aos documentos institucionais produzidos para cumprir demandas administrativas ou rituais de consagração da instituição, pois as questões neles contidas, em muitos casos, driblam a polidez esperada, possibilitando a compreensão da instituição como multifacetada, tanto quanto seus integrantes. Alessandra El Far, por sua vez, trata da escolha do modelo acadêmico francês por essa instituição literária, distancia-se de sua compreensão como cópia, mas apropriação. Para isso, pontua as especificidades da configuração da agremiação no Brasil. O processo de consagração dos acadêmicos e da academia, bem como a busca de constituir uma língua nacional, identidade comum, e especialmente benefícios econômicos decorrentes da visibilidade que ganhariam esses homens de letras, são algumas das percepções da autora para identificar originalidades na ABL. EL FAR, A. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

²⁸ DAMASCENO, D. (Org.). “Rodolfo Garcia em dois traços”. In: *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p. 9-10.

procedimento capaz de apontar equívocos, preencher lacunas, mediante a utilização de fontes documentais confiáveis e interpretação correta.

Clemente Gaspar Maria Brandenburger (1879-1947), doutor em Filosofia pela Universidade de Heidelberg e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que acompanhou o trabalho de anotação da *História* de Varnhagen, expressou seu descontentamento por considerar pequena a repercussão da “viagem penosa” e “demorada” da qual Garcia não desertou. Em correspondência, escreveu para Garcia que “Os contemporâneos não sabem, em geral, apreciar o serviço que V. prestou ao Brasil. Tenho, porém, a certeza de que gerações futuras, mais cultas e mais afeitas aos estudos do que a nossa, lhe rendam plena justiça.”²⁹ No entanto, para além dos elogios pela anotação da *História Geral do Brasil*, Brandenburger considerava que Garcia estava preparado para oferecer mais que anotações: o livro de que o “Brasil” necessitava.

No dia 10 de maio de 1932, Brandenburger escreveu para o amigo com uma questão diferente, pois sempre costumava perguntar sua opinião a respeito de diversos assuntos relacionados à história do Brasil, desde o verdadeiro autor de uma determinada obra à indicação de documentos: “Conhece V. documentos etc. sobre a proibição das indústrias no Brasil, em 1785?”, “O piloto Afonso Luís, português naturalmente, poderia escrever a introdução da *Relação*?”³⁰ Daquela vez, a pergunta sugestiva era especialmente desafiadora: “Sabe V. o que deveria fazer depois de ter concluído as anotações ao Varnhagen? Escrever uma história do Brasil-Colônia.” Brandenburger sugeriu que a obra poderia ser escrita aos poucos, começando pelo descobrimento e pela organização da colônia para tratar, posteriormente, em um segundo volume, a respeito do domínio espanhol. Orientou ainda que a história fosse escrita na forma de estudos avulsos com publicação prévia, pois facilitaria o preenchimento das lacunas, uma vez que contariam com a crítica dos leitores. Ao concluir, alertou que seria grande perda se o caso de Capistrano se repetisse com Garcia: “tantos estudos e tanto saber desaparecidos sem uma obra de conjunto”.³¹

²⁹ Carta de Clemente Gaspar Maria Brandenburger para Rodolfo Garcia, 1936. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.83.

³⁰ Carta de Clemente Gaspar Maria Brandenburger para Rodolfo Garcia, 26 de fevereiro de 1930. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.80.

³¹ A cobrança própria e dos pares no sentido de uma produção escrita mais intensa é frequente no ofício de Capistrano de Abreu. Rebeca Gontijo analisa, especialmente por meio das correspondências com os pares, as relações estabelecidas entre a prática de leitura, o trabalho da escrita e o problema da memória. Nesse sentido, as dificuldades relacionadas ao enfraquecimento da memória parecem comprometer as conexões para organizar as ideias no papel, assim, o Capistrano leitor sobressai em relação ao escritor e

Não sabemos como Rodolfo Garcia respondeu à motivação do amigo, mas o próprio Brandenburguer afirmou na mesma correspondência que Garcia detestava obrigações daquela natureza e causar-lhe-ia espanto comprometer-se com a escrita de tal obra. Além do mais, faltava-lhe ainda anotar o quarto e o quinto tomo da terceira edição da *Historia Geral do Brasil*, de Varnhagen, sem contar o trabalho posterior com os cinco tomos para a quarta edição integral. Mas havia ainda outras demandas, para além de Varnhagen.

Desde dezembro de 1930 até novembro de 1932, Garcia exerceu o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional. No mesmo ano em que recebera a carta de Brandenburguer, iniciou-se, na instituição, o Curso de Museus e a Rodolfo Garcia coube ministrar a disciplina História Política e Administrativa do Brasil (período colonial). Por conta dessa atribuição, escreveu o ensaio que levou o título da disciplina, especificando o recorte correspondente ao período colonial de 1500-1810. O *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, editado e prefaciado por Afonso de Escragnole Taunay (1876-1958) em 1956, mesmo não correspondendo aos parâmetros da grande obra esperada por Brandenburguer, é a narrativa mais extensa de Garcia.

Em um dos estudos pioneiros realizados com o intento de sistematizar a pesquisa histórica no Brasil, José Honório Rodrigues (1913-1987), que também frequentou a “Academia Garciana”, criou uma divisão entre aquilo que denominou revisionismo teórico e revisionismo factual, colocando de um lado Capistrano de Abreu, como o responsável teórico da revisão da historiografia brasileira, e de outro Afonso Taunay e Rodolfo Garcia como representantes do revisionismo factual pela prática da crítica documental presente no ofício de ambos.³²

Rodolfo Garcia compôs o volume de sua produção por edições dispersas entre textos publicados em anais institucionais, introduções, prefácios, anotações de obras e edições críticas de documentos históricos, em sua maioria, relacionados à história do Brasil colonial. Não faltaram, no entanto, incentivo dos pares como Brandengurguer e Afrânio Peixoto (1876-1947), romancista e historiador ocupante da cadeira 7 da ABL e membro do IHGB, ou propostas editoriais como a da Companhia Editora Nacional que recebeu em 1937:

essa primeira prática exerce papel fundamental na fabricação de sua identidade e autoridade intelectual. GONTIJO, R, 2013, op. cit., p.232-244.

³²RODRIGUES, J. H, op. cit., 1958, p. 97-105.

Conforme já deve ser de seu conhecimento, esta Companhia está interessada na publicação de seus trabalhos sobre história, etc, na coleção Brasileira, tendo para isso solicitado a interferência do nosso commum amigo dr. Afrânio Peixoto, junto ao senhor para que acceda o nosso pedido. Sabemos que o senhor poderia publicar logo dois trabalhos: *Notas de História do Brasil e Pequena História do Brasil* de Varnhagen-Garcia. Se v. s. estiver de accordo em preparar logo esses dois trabalhos gostaríamos de annuncial-os já. Poderia ser? Além desses dois trabalhos v. s. poderia nos dar uma relação de outros estudos de sua autoria que pudéssemos vir a editar³³

A anotação da *História Geral do Brasil*³⁴ rendeu grande parte da visibilidade conquistada por Garcia no mercado editorial, que se expandia na década de 1930. Investindo no lançamento de coleções como a Brasileira, privilegiavam-se temas nacionais por meio de obras que buscassem interpretar o passado e a realidade brasileira.³⁵ Por meio dessa carta da Companhia Editora Nacional Garcia recebeu, além de uma proposta de publicação, a chance de inserir sua produção em uma concepção de autoria oferecida pela editora, a qual atribuiu às anotações um estatuto de obra. No entanto, apenas um dos trabalhos de Garcia usufruiu dessa nova concepção de autoria e integrou a coleção Brasileira, dois anos depois desse convite.

Tratava-se do “trabalho braçal”, como se referiu à atividade de anotar e prefaciara os *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, do padre Fernão Cardim. O domínio de um conjunto amplo de conteúdos a respeito da história do Brasil somado à repetição de uma prática e de um produto específico, que é a escrita das anotações, despertou interesse e inspirou narrativas a respeito de Rodolfo Garcia, repletas de expressões como: “sábio”, “historiador laborioso”, “pesquisador permanente”, “curioso” e “erudito”, produzidas em sua maioria pelos integrantes dos locais de produção do conhecimento nos quais o historiador atuou.

Essas percepções elogiosas com as quais qualificaram o anotador e seu ofício motivaram também lamentações pelo tempo empregado em revisar obras de outros, como as duas seguintes: “Na anotação, no comentário, na retificação – no enriquecimento, enfim – da obra alheia pôs Rodolfo Garcia o melhor de seu saber”,

³³ Carta da Companhia Editora Nacional para Rodolfo Garcia, 4 de maio de 1937, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

³⁴ Para uma análise das anotações dessa obra de Varnhagen, ver: BATALHONE JÚNIOR, V. C, 2011, op. cit.

³⁵ Para uma análise de alguns projetos editoriais que propunham a publicação de novos conhecimentos a respeito do Brasil, nas décadas de 1930 até 1960 e suas relações com as transformações historiográficas do período, ver: FRANZINI, F. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 24 - 45.

declarou Damasceno.³⁶ Elmano Cardim parece compreender Garcia como um artesão que optou por lapidar as obras alheias sem qualquer pesar. Na tentativa de demonstrar o potencial desperdiçado por Garcia, Cardim comenta no discurso de posse na ABL sobre a chance que Robert Southey (1774-1843) perdeu de ultrapassar Varnhagen, pois Rodolfo Garcia faleceu tão logo havia iniciado a reedição de sua obra, *History of Brazil*, a pedido de Afrânio Peixoto.³⁷

Desse modo, Cardim atribuiu ao ofício de Garcia uma autoridade de reposicionamento das obras na posteridade da historiografia brasileira. Travando uma luta contra a ausência de Garcia e de seu saber, criou em sua narrativa um lugar simbólico para aquilo que ficou por fazer e para o morto que tinha o potencial para redefinir a ordem assumida pelo discurso historiográfico.

A comemoração do centenário do nascimento de um autor, por meio de publicações, foi outra ocasião para reavaliar sua produção. Em 1973, Rodolfo Garcia completaria 100 anos e, nessa ocasião, a BN reuniu vinte e quatro textos, sob o título *Escritos Avulsos*, as “Explicações” escritas por ele, com intuito de acompanhar as coleções documentais publicadas nos *Anais* daquela instituição, também escritos por Garcia durante o período em que a dirigiu. Pedro Muniz de Bitencourt Calmon foi incumbido de prefaciar a publicação. Mas que vínculo ele tinha com o percurso do homenageado?

Calmon iniciou a graduação em direito na Faculdade de Direito da Bahia e a concluiu na Universidade do Rio de Janeiro. Em 1935, tornou-se livre-docente de Direito Público Constitucional, por concurso, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.³⁸ Possivelmente, a convivência entre Calmon e Rodolfo Garcia se intensificou no período em que este dirigiu o MHN, instituição para a qual Calmon foi nomeado conservador em 1925. Ambos formados em direito, dedicaram a maior parte de seus escritos aos estudos históricos, sem desconsiderar as diversas obras de Calmon na área do direito, literatura e biografia bem como a dedicação de Garcia ao jornalismo, etnografia e filologia. Também trabalharam juntos, ao lado de Afrânio Peixoto, na anotação de duas obras do período colonial, dentre as escolhidas por

³⁶ DAMASCENO, D. (Org.). “Rodolfo Garcia em dois traços”. In: *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit. p.12.

³⁷ CARDIM, E. *Rodolfo Garcia* (No centenário do seu nascimento). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1973, p. 30.

³⁸ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Pedro Calmon*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=315&sid=193>> Acesso em: 05 nov. 2013

Capistrano de Abreu para integrar a Biblioteca de Cultura Nacional da ABL; *O Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, que foi publicado no ano de 1939 em dois tomos, e *Tácito Português*, de Dom Francisco Manuel de Melo, no ano seguinte.

Se, por um lado, Calmon compartilhou da mesma prática pela qual Garcia foi considerado erudito, com a anotação de obras do período colonial pautada na utilização dos métodos modernos de escrita da história, por outro, foi um historiador que participou intensamente das transformações historiográficas ocorridas nas décadas de 1930 a 1970. Em carta, datada de 27 de março de 1932, enviada para Rodolfo Garcia, Calmon comenta a respeito da perspectiva adotada em um programa de arqueologia brasileira que preparava: “Tenho estudado os vários problemas que me propus, v.g, a casa colonial, a vida doméstica, nos primeiros tempos, transportes, alfaias, armamentos, e daí por diante. A matéria é vasta, as fontes esparsas, a novidade tão grande como a incerteza.”³⁹ Também menciona que tinha o auxílio de Afonso de Taunay nessa empreitada. Taunay, por sua vez, foi encorajado e orientado por Capistrano de Abreu para pesquisar um tema pouco estudado pela historiografia brasileira, até as primeiras décadas do século XX: o bandeirismo.

Capistrano propunha uma escrita da história que tivesse como centro o povo brasileiro e a compreensão da formação de sua identidade por meio de elementos como os costumes, a geografia e a economia, opondo-se às grandes sínteses restritas ao colonizador português e seus aparatos políticos e administrativos. Rodolfo Garcia seguiu as indicações de Capistrano no trabalho de divulgação e crítica documental, no entanto, seus escritos pouco assimilaram as novas temáticas sugeridas pelo mestre. As obras de Pedro Calmon, por sua vez, demonstram esforços em interpretar a identidade brasileira por meio do cotidiano do povo, como ele havia comentado com Garcia sobre os “problemas” que estudava já em 1932, em carta citada anteriormente.

Em 1959, Calmon publicou, pela editora José Olympio, uma coleção composta por sete volumes de sua *História do Brasil ilustrada*. O terceiro deles dedicou à “Formação Brasileira” (século XVII) e às “Riquezas e Vicissitudes” (século XVIII). Identificando a formação de uma cultura literária na sociedade colonial brasileira do século XVII, Calmon apontou também a constituição de um “espírito brasileiro” que “teria de definir-se lentamente, não pela originalidade de um ou outro homem de gênio,

³⁹Carta de Pedro Calmon para Rodolfo Garcia, 27 de março de 1932. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.86-87.

porém pelas influências de clima e povo (alma cálida e mestiça)”⁴⁰. Com essa noção de formação gradativa de um espírito brasileiro fundamentada em fatores climáticos e raciais, utilizados em vários discursos sob diferentes perspectivas desde o século XIX, Calmon buscou demonstrar que já no século XVII havia a formação harmoniosa de um povo brasileiro em potencial, a caminho da civilização. No entanto, mesmo atribuindo ao povo e não a “homens de gênio” a formação do espírito brasileiro, a coleção de caráter didático, que abrange um amplo recorte temporal - iniciando com “As origens” no século XVI e terminando com “A república e o desenvolvimento nacional” no século XX - trata essencialmente do papel dos letrados e políticos, ou seja, dos “homens de gênio” na formação nacional.

No decorrer dos 7 volumes, Rodolfo Garcia foi com quem Calmon mais dialogou, por meio de 209 citações, muitas delas relativas às anotações que Garcia fez à *História Geral do Brasil* ou, ainda, às explicações que escreveu a respeito de conjuntos documentais publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Dentre aqueles que se tornaram representantes da chamada “nova” historiografia, estava Gilberto Freyre, citado 7 vezes, e Sérgio Buarque de Holanda, com 6 menções. Os espaços que Calmon destinou aos escritos de Garcia nos volumes da *História do Brasil ilustrada* não demonstram apenas seu interesse por esses textos, mas nos guiam para os diferentes anseios desses historiadores em relação ao conhecimento. As indagações de Garcia em seu ofício de historiador eram, na maioria das vezes, tão numerosas quanto pontuais. As respostas encontradas nos documentos, após submetê-los ao método crítico, geralmente tinham forma de uma breve biografia, uma data ou mesmo um nome. Em um panorama da área de história no Brasil, criado por Calmon, Garcia é situado ao lado de Max Fleiuss e Augusto Tavares de Lira como integrante da ala dos que produziam história administrativa.⁴¹ Com seu ofício de historiador, buscou conhecer e descrever o que foi a história, especialmente a respeito do aparato político e administrativo do Brasil desde o descobrimento ao período colonial, enquanto Pedro Calmon visou à interpretação da formação do país e o que ele havia se tornado. Mesmo que os compromissos em relação ao passado diferissem, pois Rodolfo Garcia ansiava por certa “recuperação”, Calmon buscou no passado elementos que resultariam na nação civilizada e o uso que fez dos escritos de Garcia e de tantos outros foi direcionado para interpretar o Brasil. Desse

⁴⁰ CALMON, P. *História do Brasil*. Com 940 ilustrações. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 927, III volume.

⁴¹ CALMON, P. *História do Brasil*. Com 940 ilustrações. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 2332, VIII volume.

modo, referenciar Rodolfo Garcia significava também reconhecer as contribuições do saber técnico desse historiador, pois, por meio de informações sobre os indivíduos, datas e fatos, Garcia oferecia elementos para que outros historiadores abrissem uma fresta rumo à História identificada como Social e para as “coletividades”, mesmo que na coleção publicada em 1959, *História do Brasil Ilustrada*, elas aparecessem mais como público alvo que como objeto.

Incumbido de uma das homenagens póstumas destinadas a Garcia, por meio de publicações, Calmon prefaciou os *Estudos Avulsos*. Inicialmente, apresentou os lugares nos quais Rodolfo Garcia atuou e comentou brevemente suas publicações. Na sequência, ao invés de ater-se ao conteúdo da publicação, sua narrativa intercalou essas informações com lembranças do cotidiano de Garcia no convívio com ele e com os pares.

Foi Garcia quem obteve o consentimento da visita e acompanhou Calmon até o “porão habitável da Travessa Honorina”, onde morava Capistrano. Calmon lembra essa visita de maneira emblemática: “a única, e inesquecível, que fiz àquele estranho laboratório de ciência e verdade, o tribunal supremo da história brasileira”.⁴² Naquela ocasião, o mestre havia resumido “o louvor definitivo de Garcia”; “Preferira-o para continuar a anotação, linha por linha, do texto de Varnhagen, porque tinha tenacidade e saber”. Para inserir Garcia nesse laboratório de ciência e verdade, Calmon citou as considerações de seu próprio dono, Capistrano, reafirmando, assim, a cientificidade atribuída à tarefa de depositar o saber em obras alheias. Para desempenhá-la bem, era necessário, dentre outras qualidades, a tenacidade.

Em outro episódio escolhido para compor o prefácio, Calmon validou a tenacidade como um traço da personalidade de Garcia. Segundo Calmon, ele teria investigado por vários anos o destino e a linhagem de órfãs trazidas de Portugal para o Brasil por Tomé de Souza⁴³; “Um dia, muito satisfeito, esfregando as mãos, como se tivesse tirado a sorte grande, surpreendeu-o Montello, ao começar o expediente. Explicou num supremo alívio: casara a última órfã!”.

Garcia foi descrito como um historiador curioso, capaz de dedicar anos de pesquisa para concluir, por meio das fontes documentais, um quebra-cabeça histórico;

⁴² CALMON, P. Prefácio. In: GARCIA, Rodolfo. *Escritos Avulsos*. Op. cit.

⁴³ Essa pesquisa resultou em um pequeno texto, *As órfãs*, publicado, em 1946 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nele, Rodolfo Garcia apresentou seu roteiro de pesquisa e as fontes documentais que possibilitaram o estabelecimento da linhagem das órfãs: GARCIA, R. As orfãs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Rio de Janeiro, v.192, p.137-143, 1946.

como anotador erudito, que soube atrair novos leitores para obras que não mais despertavam curiosidade; também como dono de um vasto conjunto de saberes, mas, no entanto, incapaz de escrever uma obra de conjunto. Talvez essa percepção de seu próprio ofício não o desagradasse, pois quando falou de si ou demonstrou suas concepções tratando dos pares, seu autorretrato sempre pareceu configurá-lo antes como um bom leitor, que partilha da “moderna cultura do comentário”, do que como autor.⁴⁴

1.2. Rodolfo Garcia na “senda dos desbravadores” da história erudita

Elmano Cardim, em seu discurso de posse na ABL no ano de 1950, também optou por caracterizar Garcia como “discípulo” e “herdeiro legítimo de Capistrano”. Ao reafirmar essa parceria historiográfica, inseriu, ainda, em uma mesma tradição, Porto Seguro e Oliveira Lima:

Na senda dos três desbravadores, Porto Seguro, Oliveira Lima e Capistrano, Rodolfo Garcia fez também a história erudita, em que os fatos, sabiamente pesquisados, superam a filosofia neles contida. Não se preocupou com o sentido dos acontecimentos, mas apenas com a sua realidade, para, situando-os na verdade oriunda do documento, colocar a narrativa a coberto de qualquer controvérsia e fornecer ao exegeta o manancial para a interpretação. Haurida no exemplo de Varnhagen, sua obra o situa na seqüência de Oliveira Lima e Rocha Pombo, para formar na coerência de vocações da Cadeira 39.⁴⁵

As tentativas para se estabelecer cânones da pesquisa histórica brasileira entre os letrados podem ser verificadas a partir das últimas décadas do século XIX, quando se inicia a busca para delimitar o saber histórico paralela aos esforços em delinear uma identidade para o Brasil, empreendidos por diversas áreas do conhecimento e que se estenderam para além da década de 1950.⁴⁶ Os discursos de posse, como o de Elmano Cardim, figuraram também como ocasiões de trazer à tona autores do passado, e seus

⁴⁴ François Hartog observou que ao aumentar o cuidado com o texto, através dos métodos filológicos, o conhecimento histórico auxiliou na configuração da chamada “moderna cultura do comentário”. Tal cultura alterou o modo de conceber o ofício e o lugar do historiador, posicionando-o acima de tudo como leitor a serviço do texto do outro. Desse modo, tal historiador moderno se aproximaria mais do comentador, do escritor e compilador do que do autor. HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003, 127-129.

⁴⁵ CARDIM, E, 1973, op. cit, p.23.

⁴⁶ Muitos trabalhos trataram desse processo de constituição da identidade nacional e suas relações com o conhecimento histórico. Ver, por exemplo: FERREIRA, A. C. A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002; GOMES, A. C. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; LUCA, T. R, 1999, op. cit.; MALATIAN, T, 2001, op. cit.; OLIVEIRA, L. L. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

escritos, que já haviam alcançado um consenso acerca de sua legitimidade enquanto produtores de história.

Capistrano de Abreu é o único posto na “senda” sem ter sido membro da cadeira 39 ou mesmo da ABL, pois nunca apreciou os rituais das instituições em que circulavam muitos dos letrados brasileiros dedicados aos estudos históricos na primeira metade do século XX, apesar de seus textos e prescrições em relação à escrita da história do Brasil por lá circularem. Capistrano tornou-se, pela “produção de si” e por um conjunto de empreendimentos de seus pares, um modelo de historiador, que indicou novos rumos metodológicos e temáticos para a escrita da história do Brasil, configurando-se como precursor da historiografia brasileira moderna.⁴⁷

Os alertas feitos por Elmano Cardim em relação “às tentações de inovar” os métodos de escrita da história, em seu discurso de 1950, tornaram-se apontamentos interessantes a respeito das demandas que deveriam ser atendidas pelos que faziam história erudita; “Nem a História poderia coadunar-se com a realidade e ser dela um repositório se a desviassem para o arbitrário as tentações de inovar na sistemática dos seus princípios.”⁴⁸ Certo da função da história como arquivo da realidade, Cardim indicou a conservação do trabalho metódico de crítica e interpretação dos documentos como a maior garantia de sua cientificidade, compreendida em oposição à arte; “Romanceá-la com os artificios da imaginação, fugindo às regras da sua estrutura, seria construir no vago um edifício aberto a todas as incursões e sujeito a utilidades de capricho ou fantasia. A História seria assim Arte e não Ciência”.⁴⁹

Capistrano de Abreu defendeu a necessidade da utilização do método crítico no trabalho com documentos desde o final do século XIX e considerou, como Cardim, a história uma ciência. Mas, para ele, quais práticas garantiriam o *status* de ciência para a história? As orientações para a escrita de uma história do Brasil que suprisse as lacunas da grande obra de Varnhagen *História Geral do Brasil* foram temas recorrentes em textos e correspondências escritas por Capistrano. Dentre as amplas prescrições para os jovens historiadores, estava a defesa do método crítico como fundamental para situar a história entre as ciências; no entanto, se não houvesse o cuidado com o estilo da narrativa, que resultava da pesquisa documental, o convencimento do leitor a respeito da

⁴⁷ A respeito do processo de construção da memória e da identidade de Capistrano de Abreu, bem como de seus investimentos na escrita de si, ver: GONTIJO, R, 2013, op. cit.

⁴⁸CARDIM, Elmano. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁴⁹ Ibidem

verdade histórica ficaria comprometido. A crítica histórica pressupunha, além da prova documental, uma atribuição de sentido aos fatos para que houvesse condições para interpretá-los e estabelecer distinções entre os períodos da história do Brasil e, nesse sentido, Capistrano considerou a obra de Varnhagen negligente.⁵⁰

Em um artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1882, “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Capistrano critica a “falta de aptidões artísticas” de Varnhagen, e, desse modo, põe em questão os elementos literários acionados na escrita da história. Havia muitos documentos reunidos, mas, para Capistrano, faltava o esforço em estabelecer relações entre o todo da obra e a ausência de convergência entre as partes foi atribuída à falta de diálogo com a nova “ciência sociologia”.⁵¹ No entanto, Capistrano também reconheceu, em muitas ocasiões, os méritos da obra que inspirou grande parte de sua produção, considerando-a fundadora da historiografia brasileira, mesmo quando propôs a escrita de uma história do Brasil que tomasse forma, temática e cronologia diferentes.

A *História Geral do Brasil* apresentou um grande número de documentos coletados por Varnhagen nos arquivos europeus, principalmente a respeito do período colonial, que não haviam sido acionados até então. Tal esforço vinha ao encontro do projeto que se constituía no IHGB, em meados do século XIX, de atribuir uma identidade para a “nação brasileira” que havia se tornado Estado Nacional. Desse modo, as fontes documentais eram fundamentais nos investimentos para a escrita da história nacional.⁵² A única obra que Capistrano considerou superior a de Varnhagen foi a *History of Brazil*, do poeta inglês Robert Southey, cujo primeiro dos três volumes fora publicado em Londres, no ano de 1810. Ao descrever os aspectos geográficos do Brasil e do “selvagem” que ali habitava, Southey demonstrou sensibilidade e imaginação, recursos poéticos que demarcam a sua da obra.⁵³ Os elementos que serviram de

⁵⁰ Ver: OLIVEIRA, M. G., 1913, op. cit.

⁵¹ ABREU, C. Sobre o Visconde de Porto Seguro. *Ensaio e Estudos* (Crítica e História). 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

⁵² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p.5-27, 1988.

⁵³ Temístocles Cezar analisa a relação entre história e o gênero ficcional da poesia a partir dos usos que Francisco Adolfo de Varnhagen faz na *História Geral do Brasil* da *História do Brasil* de Robert Southey e aponta que a experiência historiográfica brasileira, no século XIX, esteve dividida entre a “a busca do verdadeiro e as tentações do poético”. Nesse embate, certa poética encontrou brechas e permeou textos como o de Varnhagen, seja na imaginação mobilizada para constituir hipóteses ou mesmo na utilização de “fontes”, como a obra de Southey. Lilian Martins de Lima também tratou da obra de Southey ao lado de outros dois letrados ingleses que também compuseram suas *Histórias do Brasil*, o físico Andrew Grant e o diplomata James Henderson, buscando analisar as interpretações do Brasil e de suas Histórias entabuladas pela historiografia inglesa. CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, v.11, p. 306-312,

justificativa para que Capistrano posicionasse a obra do poeta inglês à frente de Varnhagen foram: a concepção, forma e intuição.⁵⁴

Capistrano compartilhou do receio de Cardim em construir a história “no vago”, mas o que temia não era simplesmente “os artificios da imaginação” e sim uma narrativa que, embora pautada em documentação confiável, não fosse capaz de seduzir o leitor a ponto de convencê-lo da verdade, o que talvez tenha motivado sua preferência por Southey no texto de 1882. No entanto, incluir “aptidões artísticas” dentre as habilidades de um historiador, não significava, para Capistrano, conceber a história como arte e ciência, mas considerar a utilização de recursos literários atraentes uns dos requisitos para produzir essa história/ciência. Foram outras, entretanto, as impressões do discípulo Rodolfo Garcia, ditas no discurso de posse na ABL a respeito da cientificidade e estilo na escrita da história de Varnhagen.

Depois de reafirmar “o primado das letras históricas” do Visconde de Porto Seguro, Rodolfo Garcia narra o impacto que sentiu ao ler sua *História Geral do Brasil*: “era diferente das outras histórias: mais fatos, mais pormenores, mais críticas, mais lúcida interpretação, mais ciência, mais história, em suma.”⁵⁵ A descrição feita por Rodolfo Garcia de sua recepção da obra de Varnhagen, mesmo que sintética, é expressiva a respeito do tipo de história que apreciou e escreveu. Uma narrativa comprometida em apresentar os fatos e por eles conduzir-se, sem constrangimentos quantos às rupturas que, porventura, a descrição de um novo assunto ou documento pudesse causar. Importava a divulgação das informações dos documentos devidamente criticados, sem demoras com introduções e conclusões. Dessa forma, Rodolfo Garcia escreveu seu *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil*, alertando que seria pontual já na explicação introdutória: “Assim, fica entendido que no decorrer desse estudo, não entraremos em minúcias supérfluas de que os compêndios estão cheios e de que os ginásios vos fartam; mas havemos de acompanhar a evolução do país desde as feitorias, nos primórdios da época colonial, até as últimas e mais adiantadas instituições sob que vive a nação”.⁵⁶ Talvez assim fez porque viu na *História Geral do*

2007; LIMA, L. M. *O Brasil na Historiografia inglesa dos anos joaninos*. 2012.165f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

⁵⁴ ABREU, op. cit.

⁵⁵ GARCIA, R. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁵⁶ GARCIA, R, 1956, op. cit., p.29.

Brasil “mais ciência” e “mais história” que em outras obras e por apreciar a suposta “falta de estilo” de que fala em seu discurso. Esse entusiasmo com a obra veio acompanhado de crítica ao estilo narrativo rebuscado como o chamado realismo, adotado por letrados no início do século XIX:

Nesse tempo, na província, como no Brasil em geral, fazia-se questão absoluta, para que um escrito, um livro pudesse ser lido, que tivesse estilo, e por estilo entendia-se a superlativação à maneira de Eça de Queirós, em que o substantivo tinha que vir sempre escorado por dois adjetivos e às vezes mais, o adjetivo por um ou dois advérbios em mente, o que, na opinião abalizada dos estilistas, servia para dar ou aumentar a intensidade, o colorido, o pitoresco da frase; havia ainda o emprego compulsório das comparações, destinadas a animar o escrito de imagens evocativas: período sem uma comparação, ao menos, estava demitido de período. A arte de escrever era então complicada e difícil. Mas, apesar de também participar eu da influência derramada pela Correspondência de Fradique Mendes e pela Cidade e as Serras, li, como vos disse, e reli por meu prazer, o grande livro de Varnhagen, que os meus companheiros do cenáculo da Livraria Silveira, no Recife, em princípios do século corrente, incluíam em seu Index librorum prohibitorum, por pesadão, massudo, sem estilo...Vem daí o entusiasmo, a admiração, de que vos falei, pela obra do historiador do Brasil, acrescida sempre, no curso dos tempos, à medida que melhor a conhecia através de sua avultada bibliografia.⁵⁷

Mesmo irônico quanto ao estilo apreciado pelos “companheiros do cenáculo da Livraria Silveira”, do qual Eça de Queirós era visto como referência, Rodolfo Garcia não deixou de afirmar que também compartilhou de tal influência. Participar daqueles encontros literários promovidos no Recife, em princípios do século XIX, rendeu a Rodolfo Garcia e seu irmão Aprígio os apelidos de Jules (1839-1870) e Edmond de Goncourt (1822-1896). Os chamados “gêmeos literários” foram romancistas franceses conhecidos por deixarem em testamento um pedido para a fundação da Académie Goncourt, concebida em oposição à Academia Francesa por recusar a “imortalidade” a figuras como Baudelaire, Zola, Flaubert, dentre outros. A intenção dos irmãos era recriar a atmosfera dos salões literários do século XVIII e promover premiações anuais de obras poéticas e biográficas.⁵⁸

Os encontros na Livraria Silveira dos quais Garcia participou, eram tidos como imitadores dos salões franceses em que se reuniam artistas, escritores e políticos.⁵⁹ Em

⁵⁷ Ibidem

⁵⁸ A Académie Goncourt, criada em 1903 mantém um endereço virtual. Disponível em: <http://www.academie-goncourt.fr/?rubrique=1229171232> Acesso em: 18 out. 2014.

⁵⁹ A chamada *Belle Époque* brasileira abarcou amplas invenções culturais, que, pautadas nos moldes franceses, impulsionavam a usufruir a vida moderna que se estampava no Brasil até mesmo pelas remodelações urbanas. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se referência desse culto ao progresso que, do fim da década de 1880 até a década de 1930 permeou os modos de convivência social, produção artística

um texto de informações biográficas a respeito de Rodolfo Garcia, Helio Viana aponta que a repercussão do apelido de Aprígio e Garcia inspirou o presidente daquele grêmio, Faelante da Câmara (1862-1904), professor da Escola do Recife e da Faculdade de Direito do Recife, a dedicar-lhes os seguintes versos:

Rodolfo Garcia
 Se nunca me passara pela mente
 -E entanto a coisa é toda verdadeira-
 -Conversava pessoalmente
 Com o Júlio de Goncourt, lá no Siqueira...
 E que espanto, que cara de maluco.
 Quando o Júlio puxou do bolso, a rir,
 O seu trabalho acerca do Nabuco
 Com que fez o Cenáculo dormir⁶⁰

Distinguindo-se dos colegas da Livraria Silveira, Garcia buscou assinalar em seu discurso na ABL que alguns textos que fariam seus colegas dormir, dentre os quais Câmara incluiu os do próprio Garcia, lhe causavam efeito inverso. Assim, a inclusão da *História Geral do Brasil* no “Index librorum prohibitorum”, por ser considerado seu estilo “massudo”, não alterou em Garcia seu prazer por essa leitura. Afinal, escrever e apreciar história também eram questões de temperamento.

Assim ele argumentou para tratar da biografia a respeito de Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, proposta por Alberto de Faria. Segundo Rodolfo Garcia, o autor apresentou nas primeiras páginas um “plano arquitetural” que não conseguiu executar. Mas a conclusão a respeito do trabalho do integrante da cadeira 39 não poderia ser apenas esta. Era preciso destacar suas habilidades e compreender os motivos que deram a biografia outros contornos no momento da escrita: “Conter o surto de fogoso entusiasmo ante a vida dinâmica, múltipla e sugestiva do biografado, à proporção que se alterna o pesquisar com o redigir, não seria fácil tarefa a um

e literária. No entanto, da capital cultural do Brasil, a ânsia por compartilhar dessa modernização europeia se difundiu por diversos estados. Marcia Camargos investiga a *Belle Époque* paulistana tendo como referência a Villa Kyrial. Por meio de fontes iconográficas como cardápios, caricaturas e panfletos dos sarais promovidos na residência do mecenas José de Freitas Valle, a autora percebe ao lado da suntuosidade das reuniões descontraídas na Villa Kyrial as ambiguidades das tentativas de modernização atreladas à tradição. CAMARGOS, M. *Villa Kyrial: Crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: Senac, 2001.

⁶⁰Disponível em: VIANA, H. *Curso Varnhagen – Rodolfo Garcia (1873-1949)* http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/hv19660813.htm Acesso em: 18 out. 2014.

temperamento mais de artista que de historiador, mais de jornalista que de biógrafo, como o de Alberto de Faria.”⁶¹

Desse modo, Rodolfo Garcia demarca uma especificidade para o trabalho do historiador em contraposição ao do artista e o mesmo faz com o biógrafo contrapondo-o ao jornalista. Historiador e biógrafo teriam um compromisso maior com certa transposição da pesquisa para a escrita, sem poderem impressionar-se com as diversas facetas da vida, que o trabalho do artista e do jornalista permitia incorporar. Entretanto, Garcia considera que a obra de Alberto Faria perdeu em “metodização aos moldes clássicos”, mas ganhou em “vivacidade” dando ao livro “a forma desses modernos estudos das grandes vidas, tão em voga na literatura contemporânea” Desse modo, Garcia demarca o cuidado metodológico como elemento característico da escrita da história, uma história vista como ciência e não como arte ou literatura, na qual situou a biografia de Alberto Faria.

Ao apresentar suas prescrições para a escrita da história, Cardim, que era jornalista de formação e profissão, busca assinalar uma relação de complementaridade entre a história e o jornalismo; “essa realidade que é o *fiat* da História está contida no subsídio quotidiano do jornal. O fato, alimento diário da imprensa, constitui, depurado das suas emoções, a substância da História.”⁶² Mesmo considerando o fato como ponto de partida comum, para Cardim, a neutralidade era um dos compromissos exclusivos da história, que deveria depurar os fatos por meio de seus métodos científicos, o que a distinguiu do jornalismo. Possivelmente, os que foram excluídos da “senda dos desbravadores” da história erudita não atenderam às demandas da história moderna defendida por Cardim, na fundamentação de seus edifícios.

Esse foi o caso de Rocha Pombo. Também eleito para a cadeira 39, escreveu história e acreditou que ela poderia ser considerada ciência, mas não menor enquanto obra de arte. Ivan Norberto dos Santos investigou a recepção de sua *História do Brasil*, ilustrada pelos letrados das primeiras décadas do século XX, e observou posicionamentos superficiais que se tornaram senso comum, pautados apenas no prefácio da extensa obra composta em X volumes desde 1905 até 1917. Nesse prefácio, Rocha Pombo justifica-se pelo pouco uso de fontes originais em sua obra, alegando a

⁶¹ GARCIA, R. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁶² CARDIM, Elmano. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

impossibilidade de frequentar arquivos europeus e tempo escasso para ir aos arquivos nacionais. Rodolfo Garcia foi um dos letrados que Santos apresentou como responsável por uma apreciação limitada do trabalho de Rocha Pombo, escrita em seu discurso de posse na ABL.⁶³ Mesmo que breves, pois o discurso perpassaria a produção de todos os membros da cadeira 39, e talvez sem ter lido os dez volumes da obra de Rocha Pombo, as considerações feitas naquela ocasião expressaram convicções essenciais de Garcia a respeito do ofício do historiador.

Sabemos que as fontes documentais eram tidas como indispensáveis na produção da história. Entretanto, as opiniões pessoais dos letrados ou mesmo as pactuadas com tantos outros em relação ao estilo da narrativa, à confiabilidade das fontes e aos procedimentos aos quais deveriam submetê-las, funcionaram como um guia dos limites e permissões que compuseram as regras do discurso histórico naquele regime de historicidade.⁶⁴ Ao ultrapassá-las ou mesmo deixar de explorá-las, corria-se o risco de comprometer a credibilidade do texto tornando-se um referencial de perspectivas teórico-metodológicas a não ser seguido.

Como na praxe acadêmica, Garcia apresentou dados biográficos e listou a bibliografia do predecessor Rocha Pombo, elogiando sua atuação intelectual incansável em diversos gêneros. Em seguida, ateu-se à *História do Brasil, ilustrada*, constatando que, por não consultar fontes confiáveis, o autor acabou por repetir o que outros já haviam narrado, inclusive os fatos deturpados. Garcia também considerou inadequado pesquisar a história do Brasil a partir das concepções de história de Henry Thomas Buckle, opção declarada por Rocha Pombo no prefácio da obra mencionada:

Rocha Pombo fez o que foi possível fazer. O conceito de Buckle, sobre os materiais acumulados para a formação da História, mais se aplica às velhas civilizações ocidentais que aos países da idade moderna, nascidos na época dos grandes descobrimentos, o Brasil inclusive. Outros são os materiais de que nos havemos de utilizar para escrever a nossa história, depositados, como sabeis, nos arquivos dos descobridores ou colonizadores, portugueses ou espanhóis, ou nos daqueles que em nossa vida se intrometeram, franceses, flamengos e ingleses.⁶⁵

⁶³ SANTOS, P. A. C, 2009, op. cit., p. 148-168.

⁶⁴ A noção de “regime de historicidade” pode ser compreendida de duas formas, conforme François Hartog: Relaciona-se, em uma primeira via, ao modo como uma dada sociedade trata seu passado. De modo mais amplo, designa também a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana HARTOG, F, 2013, op. cit, p.28.

⁶⁵GARCIA, R. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

Mesmo reconhecendo certa legitimidade das concepções de Buckle, Garcia expressa seu descontentamento no que se refere à condução da escrita da história do Brasil a partir delas. Para Buckle, a civilização estava fora do alcance do Brasil pela preponderância do meio natural em relação às forças mentais, Garcia, por sua vez, buscou apontar brechas desses determinismos, orientando o caminho da pesquisa como maneira de constituir a história do Brasil e o caminho das letras como forma de garantir a civilização.⁶⁶ Desse modo, consultar as “fontes originárias” e os arquivos legítimos foram considerados critérios fundamentais dessa escrita, acima de qualquer referencial.

Ao indicar para os pares a localização dos arquivos conhecidos como portadores de fontes para a história do Brasil, Garcia reafirma a função indispensável das fontes originais para aquela história e demonstra também certa conformação à cronologia centrada na tradição portuguesa, considerando os franceses, flamengos e ingleses como os que se intrometeram “na vida” do Brasil, enquanto os portugueses e espanhóis são legitimados como descobridores e colonizadores. Falar da história dos arquivos, para Garcia, foi também falar de si e demarcar uma autenticidade que não o configurou enquanto autor, mas enquanto conhecedor dos caminhos para acessar a verdade do passado nacional, portanto, apto a apontá-los aos errantes.

Assim, colocar “na senda dos desbravadores” Porto Seguro, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia não seria apenas reafirmar um cânone englobando esses autores e suas obras, mas nos parece também uma forma de dar destaque aos seus procedimentos metodológicos, para consagrá-los ou, como no caso de Rocha Pombo, excluí-los, configurando, simultaneamente, uma imagem para tais autores e uma memória disciplinar para a história em processo de delimitação, enquanto área do conhecimento.

1.3. “Encomendas” para Rodolfo Garcia: usos de um saber

Os primeiros esforços que resultaram na constituição dos cursos universitários de História, na década de 1930, possibilitaram uma importante mudança na produção dessa área. No entanto, as novas formas de se relacionar com o conhecimento histórico e com os que produziam esse saber se configuraram lentamente com e, ao mesmo

⁶⁶ A respeito da difusão da noção de civilização e do chamado determinismo mesológico de Henry Thomas Buckle entre os letrados brasileiros, ver: GOMES, A. C, 2009, op. cit.; MURARI, L. *Tudo o Mais é Paisagem: Representações da Natureza na Cultura Brasileira*. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo, 2002.

tempo, ao lado dos chamados homens de letras, autodidatas no conhecimento histórico que necessitavam de determinados requisitos para tornarem-se reconhecidos como historiadores. A maneira de conceber a identidade e nomear os que se dedicavam aos estudos históricos no Brasil também ganhou novas possibilidades durante a primeira metade do século XX. Mudanças nas regras desse saber com pretensões de cientificidade abrem caminho para a coexistência da figura antiga do erudito com a do intelectual. Na sequência, trataremos de algumas das “encomendas” feitas a Rodolfo Garcia por meio de correspondências enviadas por seus pares, amigos e autoridades estatais durante as décadas de 1930 e 1940. Dentre tais “encomendas” estão a anotação de textos históricos e a participação em inquéritos com temas relacionados a projetos na área da cultura. Por meio da análise desse material, investigaremos alguns dos papéis atribuídos a ele e a seus pares nesse período no qual se delineava um novo modelo de historiador no Brasil.

Começemos pelas encomendas feitas por Gustavo Capanema. Eram geralmente datilografadas em papel timbrado do Ministério da Educação e Saúde, instituição em que esteve à frente desde 1934 até 1945. Quase os mesmos longos anos que Rodolfo Garcia passou ocupando também um cargo público, porém subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, enquanto diretor da Biblioteca Nacional entre 1932 e 1945. A permanência de Garcia naqueles anos de incerteza nos quais o golpe do Estado Novo foi planejado e executado parece justificar-se tanto pelo conjunto de saberes de “cultura geral” e especialmente da história do Brasil que possuía e dispunha para a edificação da nação, quanto pelas boas relações que procurou manter com os representantes do poder político.

Esse contato, não só auxiliou sua própria estabilidade no serviço público, mas fez com que outros servidores, como Artur César Ferreira Reis (1906-1993), que iniciou um vínculo com o poder em duas vias, pelo trabalho na pasta do Ministério do Trabalho e pelos estudos históricos relacionados ao Amazonas, recorressem ao prestígio de Garcia junto à Capanema. Em carta escrita no ano de 1938, Reis apresenta diversos materiais do Arquivo do Estado do Pará, onde se encontrava provisoriamente por conta do serviço no Ministério do Trabalho, e dispõe das manhãs que tinha livre para enviar cópias de documentos, caso interessassem à Garcia. Após essas gentilezas, Reis conta também com as de Garcia:

Quero pedir-lhe agora sua intervenção em meu favor. Trata-se do seguinte: Abriu-se vaga no Museu Histórico com a opção de Pedro Calmon. Desejava, de acordo com a legislação em vigor, passar do Ministério do Trabalho para o da Educação, indo servir no Museu. Estaria mais à minha vontade. Sei que tem ótimas relações com o Ministro Capanema e com o Gustavo. Poderá obter para seu amigo essa grande mercê.⁶⁷

Entre os anos de 1930 e 1945, ocorrem modificações na forma de recrutar os chamados intelectuais para os cargos públicos. A dependência das relações familiares e pessoais que dava acesso a esses postos na Primeira República começa a ser substituída por outros critérios, como a exigência do diploma universitário acompanhada de determinada especialização na área de atuação.⁶⁸ No entanto, como vimos, tal processo se configura lentamente e mesmo com a burocratização dos aparatos estatais, as formas tradicionais de contratações e alterações no quadro de funcionário não deixam de coexistir. Reis chega a distinguir a figura pública e privada quando trata das relações profissionais de Garcia “com o Ministro Capanema” que, no entanto, estendiam um vínculo de amizade “com o Gustavo”. Essa relação íntima que Reis esperou favorecer Garcia na solicitação de mudança ministerial requerida.

Da mesma forma que Garcia, Reis integrou o grupo de funcionários-historiadores, conciliando o serviço público com as pesquisas da história amazônica, temática preponderante em sua vasta produção. Nessa jornada dupla de trabalho, muitos contavam com a viabilização do próprio Estado que promovia a difusão das obras que lhes interessavam. Por meio das letras ambos garantiram seus postos no projeto cultural ambíguo que Gustavo Capanema dirigiu. O ministro combinou a criação de um mecenato estatal para a valorização dos chamados eruditos, ao passo que investiu na substituição dos formalismos da República pela produção de símbolos culturais do Estado Novo.⁶⁹ Assim, Capanema se cercou de nomes ligados a diversas áreas e perspectivas do conhecimento que reconheceu como intelectuais, concedendo-lhes cargos ou mesmo enviando inquéritos, uma de suas práticas recorrentes para obter pareceres a respeito de assuntos que considerava relevantes.

Em novembro de 1936, enviou para Rodolfo Garcia uma circular de interesse da Comissão de Teatro Nacional, que fora criada naquele mesmo ano, indicando o início

⁶⁷ Carta de Artur César Ferreira Reis para Rodolfo Garcia, 5 de dezembro de 1938. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.131.

⁶⁸ A expansão de um mercado de postos, bem como as mudanças na forma de cooptação dos intelectuais é analisada por Sergio Miceli em: MICELI, S, op. cit.

⁶⁹ Ver: SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B; COSTA, V. M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

de um processo de constituição de uma política governamental para o teatro.⁷⁰ Dentre as principais atribuições da Comissão estava a promoção de estudos a respeito da história da literatura dramática estrangeira e a seleção de obras para a tradução, que ficou a cargo de Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982). A circular enviada a Rodolfo Garcia solicitava a indicação de vinte peças que correspondessem aos seguintes critérios: a) serem obras-primas da literatura; b) terem sentido universal e harmonioso; c) serem capazes de despertar interesse no grande público. Mas, antes de apresentar esse inquérito redigido por Sérgio Buarque, havia uma identificação do grupo a quem se destinava: “Para a escolha dessas obras opina a Comissão de Theatro Nacional que nenhum processo será mais adequado e seguro do que organizar-se um inquérito entre nossos intellectuaes mais autorizados para falar sobre o assumpto.”⁷¹

Se os destinatários eram os “intellectuaes mais autorizados” para tratar de “teatro universal” o que incluiu Rodolfo Garcia nesse rol? Suas pesquisas dedicadas principalmente à publicação comentada de documentos e anotação de obras de história do Brasil Colônia, pouco ou nada trataram de teatro. A dificuldade na demarcação de fronteiras entre as áreas do conhecimento que participavam de um projeto de constituição da “cultura brasileira” no período e a insipiência do teatro enquanto área do conhecimento no Brasil são algumas possibilidades, que, no entanto, valeriam para a escolha de qualquer outro. Talvez tenha sido o acesso privilegiado à literatura dramática estrangeira enquanto diretor da BN, mas também esse cargo devia-se ao reconhecimento que adquirira como historiador erudito. Nessa condição, Garcia ganhou autoridade para também definir quem era erudito. Afonso d’Escregnolle Taunay é um dos que escreve para Garcia com intuito de sanar uma dúvida nesse sentido: “O que o senhor sabe a respeito de Frei João de Arronches? Seria realmente um erudito?”⁷² A pergunta de Taunay nos provoca dúvidas mais amplas: De que maneira se tornava um erudito no Brasil, naquele período? Que atividades os chamados eruditos desenvolviam?

Erudito, foi um dos termos utilizados entre os homens de letras brasileiros nas primeiras décadas do século XX para referir-se a um sujeito dotado de vastas

⁷⁰ Para uma análise dos esforços em constituir uma política oficial para o teatro brasileiro, ver: CAMARGO, A. R. *Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

⁷¹ Carta de Gustavo Capanema para Rodolfo Garcia, 25 de novembro de 1936, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

⁷² Carta de Afonso d’Escregnolle Taunay para Rodolfo Garcia, 23 de abril de 1938. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.131.

informações, que, de modo geral, circulava por diversas áreas do conhecimento, em seus principais locais de produção, e possuía formação autodidata ou em área diferente daquela a que se dedicava: as humanidades. Pode-se considerar ainda o domínio da linguagem literária e o interesse pelo estudo da Antiguidade ou do que se relaciona ao antigo como uma de suas marcas.⁷³ Tal atenção ao antigo é associada também a figura do antiquário. Esse “perfil” do erudito anterior ao século XIX, que se dedicava à Antiguidade Greco-romana, foi constituído de autoridade no estudo do passado por venerar peças originais como cartas, selos, brasões, e voltar-se ao estudo de instituições políticas, costumes, religiões, invenções e línguas caídas em desuso, por exemplo. Para lidar com esses materiais e informações, os antiquários desenvolveram métodos críticos de pesquisa visando a obter um conhecimento sistemático, situar essas peças cronologicamente e praticar a exegese documental, acumulando, deste modo, um vasto saber pautado em detalhes.⁷⁴ Portanto, é possível relacionarmos a prática de pesquisa dos antiquários com a conformação do método de crítica documental que fundamenta a historiografia moderna, especialmente no que se refere às fontes como via de comprovação de um passado, talvez não tão longínquo para o antiquário como para o historiador moderno.

Mas qual a percepção dos que concebiam o conhecimento histórico a partir de suas variedades modernas, instauradas desde fins do século XVIII, a respeito da maneira que os antiquários lidavam com o passado? Os antiquários pareciam ter uma experiência específica com o passado, pois os materiais investigados por eles não significavam apenas meios de chegar à verdade dos fatos pretéritos, mas continham uma espécie de passado perpetuado, estabelecendo assim uma forte relação de continuidade com o presente. Já no regime historiográfico moderno a história é entendida como processo no qual o tempo se move para um fim, então o futuro ganha mais espaço no presente que o

⁷³ A respeito da passagem da figura do erudito para o intelectual, Ver. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Locus*. Revista de história, UFJF, v. 10, n. 2, 2004, p.53-72; Id. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajetos*. Revista de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, vol. 3. n.6. 2005.

⁷⁴ MOMIGLIANO, A. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____ *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004; GRAFTON, A. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de Rodapé*. Campinas: Papyrus, 1998; FURET, F. O nascimento da história. In: _____ *A oficina da história*. Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, s.d, p. 109-135.

passado. Nesse sentido, Arnaldo Momigliano aponta que o antiquário era visto pelos modernos como: “aquele que se interessa pelo passado sem se interessar pela história”⁷⁵

Para além de certo desdém, essa nova experiência de tempo, em que passado e presente são articulados em função do futuro, rendeu um novo estatuto à tradição e às práticas eruditas. A importância que foi atribuída por países europeus ao conhecimento do passado, em busca de avaliar o presente e projetar o futuro visando ao progresso, impulsionou um novo interesse pelas “antiguidades nacionais” no campo da história e a incorporação de técnicas eruditas como a exegese documental, bem como uma aproximação das chamadas ciências auxiliares, dentre elas a filologia, arqueologia e cronologia, fazendo com que alguns dos saberes dos chamados antiquários fossem utilizados na produção do conhecimento histórico.⁷⁶

Diversos usos do passado na formulação de projetos, com vistas ao futuro e à conformação de uma identidade nacional, também foram constantes na historiografia brasileira e aumentaram a busca de fontes desde o século XIX. Mesmo que não tenha sido nomeado antiquário e que suas aspirações em relação aos vestígios do passado tenham lhe dado o *status* de historiador, Rodolfo Garcia figurou entre os conhecedores de um suporte de “antiguidade nacional” privilegiado pelos que se dedicavam à escrita da história do Brasil: o documento escrito. No entanto, seu interesse pelos vestígios do passado centralizado nos suportes textuais não se reduziu a eles. Em algumas das incumbências recebidas por correspondência, percebe-se que a experiência obtida enquanto diretor da Biblioteca Nacional é que o tornou habilitado, por seus contemporâneos, a desenvolver algumas atividades próximas do chamado antiquário. Vejamos esse pedido enviado em 1945, por Antonio da Silva Ferreira Costa:

Possuo varios livros com data bastante antiga e de vários autores, e entre eles existe um que aqui não apareceu quem podesse decifrar o ano da edição. E são como segue: Primeiro: Um dicionário encyclopedico, (2 volumes), por D. Jose Maria de Almeida Correa de Lacerda, Quinta edição, ano 1878. Segundo: A Biblia Sagrada, “O Velho e Novo Testamento”, tradução do Padre Antonio Pereira de Figueiredo, ano 1852. Terceiro: Biblia (em latim) ano de -M.D> LXIII. Quarto: Arte poética de Q. Horacio Placo. Escrita em latim e português por Candido Luzitano, ano D.CC.LVIII. Quinto: Intitucione de Verborum significatione et Regulis Juris [...]. Junto Remeto fotografias para melhor avaliar. Éra todo meu desejo que V. Ex^a me elucidasse do valor desses livros inclusive o material de cada um. Tambem possuo um bronze estilo Romano do qual junto também uma fotografia, assim como de Cristo, tambem em bronze conforme fotografia e obra de

⁷⁵ MOMIGLIANO, A, 2004, op. cit., p.85.

⁷⁶ GUIMARÃES, M. L. S. *Reinventado a tradição: sobre antiquariado e escrita da história*. Humanas/IFCH-UFRGS, Porto Alegre, vol. 23, n.1/2, 2000.

Teixeira Lopes, português. Para esses também pedia a V. Ex^a bondade de vossas referencias.⁷⁷

Além de avaliar obras, Costa confiou também a Garcia a análise de materiais iconográficos, ampliando a aposta em seu conhecimento de tipologias textuais para outros suportes. Sem uma política nacional orientadora na qualificação de acervos, os critérios de raridade que agregam valor simbólico e monetário às obras também variavam em cada instituição naquele tempo. No entanto, a Biblioteca Nacional tornara-se referência nesse sentido desde o século XIX. Na atribuição de valor às obras, diversos elementos eram tomados como parâmetro, dentre eles a autoria, o período da impressão, existência de comentários ou dedicatória do autor, qualidade do papel, da encadernação e tipo de edição: especiais, clandestinas, censuradas, esgotadas ou com tiragem reduzida, etc.. Mesmo partindo de alguns parâmetros, essa atividade requeria um elemento importante também para o antiquário: a experiência obtida pela prática de adquirir materiais nos quais se identificava “valor” cultural e histórico. Se por um lado, essas “consultorias” exigiam de Garcia esforços análogos àqueles realizados na ampliação dos acervos da BN e do MHN em que também ocupou o cargo de diretor no ano de 1932, por outro, avaliar materiais que compunham um acervo iconográfico e bibliográfico em diálogo com a museologia e biblioteconomia (saberes dos quais Garcia participou da institucionalização no Brasil, durante a década de 1930, conforme trataremos no próximo capítulo), eram atividades diferentes de emitir parecer a respeito de materiais isolados, pois o valor de um acervo era estimado pela configuração do todo que os materiais compunham. Essa visão de conjunto não foi exercida por Rodolfo Garcia apenas no que se refere ao acervo da BN e do MHN:

Meu Prezado Rodolpho Garcia: Há tempos dirigi-lhe dois cartões de visita numerados, no mesmo envelope, solicitando a sua opinião sobre a classificação, em importância, de algumas brasileiras, públicas e particulares, que existiram e ainda existem no Brasil. Tendo examinado algumas dellas mais de perto do que eu, encontra-se você nas condições de me fornecer tal subsídio, ou informação autorizada, para firmar meu conceito, em ligeiro estudo comparativo, produzido por mim. Perguntava-lhe eu, mais ou menos, qual a ordem de valor ou supremacia, que deveriam ser collocadas as seguintes collecções: 1) a da Bibliotheca Nacional, havida pela primeira do Brasil e do Mundo; 2) a do Instituto Histórico Brasileiro; 3) o antigo acervo, monographicamente catalogado pelo Dr. José Carlos Rodrigues e hoje incorporado á Bibliotheca Nacional; 4) a reunião dos livros do assumptos,

⁷⁷ Carta de Antonio da Silva Ferreira Costa, 06 de abril de 1945, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

contidos no Itamaraty; 5) a Bibliotheca que pertenceu Alberto Lamego, a que foi vendida, á municipalidade de São Paulo, pela viúva Felix Pacheco.⁷⁸

Rodolfo Garcia provavelmente atribuiu ao acervo da instituição que dirigia a primeira colocação na resposta dada a Eurico de Góes, diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo por muitos anos. Mas o que interessa percebermos, para além do parecer de Garcia que não encontramos, é o valor simbólico atribuído às “brasilianas” e sua relação com o conhecimento histórico.

Em meio à ânsia pelo “moderno”, que acelerou as transformações presenciadas pelos letrados desde o início do século XX, nos modos de vida, no espaço público ou mesmo nas profissões, as coleções abrigadas em prédios como o da BN e o Palácio do Itamaraty, que misturavam estilos neoclássicos, pareciam estar em direção oposta à novidade.⁷⁹ No entanto, essas “antiguidades” as quais tais materiais e espaços remetiam não eram entulhos, mas preciosidades. Tinham função fundamental na construção de um Brasil civilizado, que deveria compartilhar da valorização às letras, aos moldes dos países europeus. Além disso, sem as “provas” do passado, por meio das quais era possível escrever a história, o futuro não teria seu devido destaque na constituição dessa nação promissora.

A figura de Rodolfo Garcia tornou-se referência para todo tipo de conhecimento dessas “provas” do passado, desde a orientação a respeito do paradeiro de um documento e sua credibilidade até a indicação de profissionais para restaurar manuscritos. Afinal, o diretor de uma BN, incumbido de garantir a conservação de um grande acervo, era um dos poucos que saberia indicar um bom zincógrafo:

Meu eminente coetâneo: Mais uma vez lhe bato ao ferrolho com affectuoso importuno. Recorro a sua bondosa assistência para haver um informe que ninguém me sabe fornecer. Preciso de zincografar um manuscrito, mas este se acha com as letras mui apagadas. Indica-me artista capaz de fazer o restauro, com absoluto respeito ao que consta em tal documento?⁸⁰

Nessa carta, enviada por Alfredo Varela, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense, nota-se que, além da restauração do manuscrito,

⁷⁸ Carta de Eurico de Góes para Rodolfo Garcia, 04 de novembro de 1937, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

⁷⁹ A respeito da aceleração das mudanças comportamentais e urbanas entre o fim do século XIX e início do XX, ver: SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). SEVCENKO, N.(org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras 1998, p.513-619.

⁸⁰ Carta de Alfredo Varela para Rodolfo Garcia, 28 de fevereiro de 1942, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional. (grifo do autor)

há uma preocupação com a fidelidade ao documento original. Como é sabido, esse aspecto foi fundamental não só para Varela como para Garcia e todos os que compartilhavam de uma concepção moderna da história, na qual o documento deveria ser submetido a procedimentos críticos que comprovassem sua autenticidade. Assim, trabalhar para e na conservação dos documentos era também colaborar para a escrita da história do Brasil em bases sólidas e confiáveis. Tanto na carta de Costa quanto na de Varela, Garcia é solicitado como alguém que possui saberes raros. Costa reclama que não encontrou alguém que pudesse “decifrar” o ano de edição de uma das suas obras. Varela também aponta que ninguém soube fornecer a informação de que precisava. Em tempos de busca pelo “moderno”, termo que permeava as aspirações e ações em diversos âmbitos na primeira metade do século XX, eram poucos os que viam no documento algo além de um registro ultrapassado: a possibilidade de progredir na escrita da história do Brasil. Dentre os letrados dedicados aos estudos históricos, os que se dedicavam a um trabalho mais técnico com os documentos, mapeando coleções documentais e estudando os sistemas de classificação, restauração e conservação desses materiais, compunham um grupo ainda mais reduzido. Essas práticas, com raízes inclusive no saber antiquário, também ganharam novas formulações com os cursos de Biblioteconomia e de Museus, instituídos na década de 1930, que incluíram os saberes antigos entre as novidades profissionais daquele período de transições.

Como vimos, a descrição de possíveis características do chamado erudito, no Brasil, não nos guiará até essa figura que é multifacetada, mas a análise das atividades de sujeitos considerados como tal pode guiar para alguns desdobramentos do que esse termo significou naquele período, ou mesmo para a utilização simultânea do termo erudito e intelectual, para designar um mesmo perfil. Diante de inquietações tão amplas, retorno para a “caixa de correio” de Rodolfo Garcia, vasculhando as encomendas que Capanema enviou e as motivações dos que se dirigiram a Garcia como erudito ou intelectual.

Dessa vez, encontramos uma oferta de Cr\$10.000,00 como pagamento de uma encomenda já entregue. Trata-se da reedição anotada da *História da República Jesuítica do Paraguai*, de autoria do cônego João Pedro Gay, feita por Rodolfo Garcia a pedido de Capanema. Alfredo Varela, quando soube que Garcia iniciaria esse trabalho, em 1941, lhe escreveu: “Folgo com a notícia de que vai anotar o Gay. Faço idéia das

eruditas, succulentas notas que nos promete.”⁸¹ No final do próximo ano, Varela retornou a tratar do assunto, agradecendo o exemplar que considerou grande serviço às letras pátrias: “Facultar-me-ão as consultas às preciosíssimas, eruditíssimas notas com que enriqueceu o livro do padre Gay”⁸² Varela associa a figura de Garcia à erudição pelo elogio às anotações. Desse modo, sua maneira de produzir o conhecimento histórico é que legitimou sua figura e de muitos dos chamados homens de letras, como eruditos. As anotações foram uma prática constante na produção de Rodolfo Garcia, ao lado da divulgação documental e de uma escrita pautada nos procedimentos metódicos, de acordo com a concepção moderna de história que compartilhou, especialmente, com Capistrano de Abreu com quem anotou a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. No entanto, muitos dos que foram chamados eruditos no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, compartilham de uma nova erudição histórica, diferenciando-se dos antecessores pela busca de uma história científica em que não bastava acumular os vestígios do passado, mas sim submetê-los a procedimentos rigorosos de verificação documental, classificando esses materiais com objetividade e neutralidade.⁸³

Foi também pelo trabalho de historiador que Capanema considerou Rodolfo Garcia um intelectual:

De como o ilustre historiador realizou esse trabalho, dá-lo a bela publicação hoje distribuída, em que o original do cônego Gay nos é apresentado com a absoluta fidelidade à edição de 1863, enriquecida por 514 anotações de pé de página e 39 notas complementares. A proficiência do organizador e o esmero posto na tarefa justificam os melhores louvores ao douto intelectual, a quem já os transmiti, em nome de V. Exc.⁸⁴

Como vimos, os mesmos tipos de atividades que fundamentaram a constituição da imagem de Rodolfo Garcia como erudito, foram também motivações para Capanema se referir a ele, como intelectual. Para investir em iniciativas de profissionalização e especialização, o ministro envolveu sujeitos que lidavam de diferentes formas com o conhecimento histórico: tanto aqueles que possuíam o saber abrangente e autodidata e

⁸¹Carta de Alfredo Varela para Rodolfo Garcia, 8 de outubro de 1941. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.139.

⁸² Carta de Alfredo Varela para Rodolfo Garcia, 9 de novembro de 1942. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p. 141.

⁸³Ver. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. Op. cit., p.53-72.

⁸⁴ Carta de Gustavo Capanema para Rodolfo Garcia, 7 de novembro de 1943, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

produziam grandes sínteses, ou possuíam um conhecimento que se fundamentava pelos dados documentais relativos à história do Brasil, como também com os considerados intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, mais próximos à figura do intelectual. Portanto, o termo intelectual se tornou usual no Estado Novo, configurando-se como uma noção abrangente que deu uma roupagem nova aos que representavam a ilustração. Assim, uma só designação abarcou formas diversas de atuação e compreensão dos saberes representados.⁸⁵

Em meio a essas tensões entre a figura do erudito e do intelectual que se adensaram na década de 1930, Garcia parece adequar-se mais ao perfil do erudito, seja por conhecer minuciosamente um grande número de fontes documentais, dedicando-se ao seu tratamento e divulgação, seja por desempenhar a função de funcionário público e ter os estudos históricos como ofício paralelo, mesmo que as atividades estivessem associadas, ou ainda pela “cara fechada” e conhecimento amplo. No entanto, tais características não o impediram de estabelecer uma troca de saberes com os chamados intelectuais, aliás, seu conhecimento factual foi uma das maiores motivações para que nomes como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda “cruzassem” com ele por correspondência. Esses integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX, descentralizaram os aspectos cronológicos e os vários “detalhes” eruditos que constituíam a maioria dos estudos monográficos, para cunhar, cada um com suas especificidades, interpretações do processo histórico nacional a partir de novas maneiras de entender o país e outro estilo de escrita da história.

⁸⁵ Ao investigar *quem* era abarcado pela definição de historiador, nos anos de 1940, e o que se buscava estabelecer como saber histórico e ofício do historiador, Angela de Castro Gomes aponta que o próprio perfil do historiador estava em aberto e era objeto de discussões e disputas, seja quanto ao tipo de produção cultural que caracterizava seu ofício ou mesmo em relação às atividades profissionais e sociais que caberiam a um historiador desenvolver. Nesse sentido, a autora insere os historiadores numa categoria mais ampla de intelectuais do pensamento social brasileiro, ao perceber uma participação ativa em dilemas mais gerais e em temas político-culturais que envolveu também literatos, médicos, engenheiros, bacharéis em direito, etc. Muitos dos que possuíam tais formações, conciliavam suas atividades com os estudos históricos ou mesmo dedicavam-se exclusivamente a esse ofício, compondo, assim, textos com perspectivas diversas. Ao tratar da expansão do mercado de trabalho, bem como do acirramento da concorrência dos postulantes às carreiras intelectuais que emergiam com novas exigências entre os anos de 1920 e 1945, Sergio Miceli analisa as estratégias que as diferentes categorias de intelectuais utilizaram para ocupar as posições nesse mercado de postos. Dentre os setores em expansão identificados pelo autor, está o serviço público que abarcou uma grande quantidade de intelectuais, escritores e artistas. Ao conciliar os encargos no serviço público com os projetos intelectuais, a produção desses servidores, como Garcia, era viabilizada pelo próprio Estado à medida que contava com a difusão e consagração das obras por meio dessa instância. Ver: GOMES, A. C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; MICELI, S, op. cit.

Mas que contribuições daria Rodolfo Garcia ao trabalho daqueles a quem foi atribuída a instituição das modernas ciências sociais no Brasil? Mesmo sem a pretensão de adentrar à operação historiográfica complexa desses autores, algumas cartas endereçadas a Garcia podem guiar-nos nesse sentido:

Prezado Sr. Rodolfo Garcia: Saudações

Escrevo para pedir-lhe um esclarecimento relativo à nossa história: Trata-se do seguinte: Na devassa a que se procedeu em consequência dos acontecimentos de 21 de abril de 1821 na Praça do Comércio (publicada nos Documentos para a História da Independência – Biblioteca Nacional), figura uma testemunha, José Joaquim da Rocha, que era aliás um dos eleitores. Muito me interessava saber se este é o mesmo que o mais tarde Conselheiro José Joaquim da Rocha, que tamanho papel desempenhou na independência.⁸⁶

A relevância que Caio Prado Jr. deu para a pesquisa solicitada nessa carta datada de 13 de dezembro de 1942, ano em que publicou a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, parece também uma forma de valorizar a prática e empolgar aquele que foi incumbido dela. Na continuação da carta, o historiador paulista, cuja obra é associada à promoção da nacionalização do marxismo, fez questão de pontuar que a informação requerida ia além de um “pormenor curioso”, característica geralmente atribuída pela história moderna à perspectiva da pesquisa antiquária, considerada restrita ao passado e desvincilhada da história. Se Rodolfo Garcia levantasse informações que confirmassem sua hipótese, elas trariam contribuições para a história da independência, acrescenta o autor, pois o depoimento dado pelo leitor Rocha ganharia novo significado vindo do Conselheiro Rocha.

Essas justificativas dadas por Caio Prado Jr. para sua “encomenda” nos remete a uma definição do ofício de Rodolfo Garcia. Não se tratava “simplesmente” de um erudito, pois as informações que tinha potencial para fornecer vinculavam-se a uma das temáticas fundamentais da historiografia brasileira. Além de erudito, tratava-se de um historiador, em consonância com a declaração de Pedro Calmon utilizada como epígrafe nesse capítulo, “São Rodolfo das Dúvidas Históricas!”. Em pouco tempo Garcia tinha a resposta. Um dos Rocha era contador fiscal do Hospital Real Militar e prócer da independência e o outro homônimo cartógrafo e testemunha da Inconfidência Mineira.⁸⁷

⁸⁶ Carta de Caio Prado Júnior para Rodolfo Garcia, 13 de dezembro de 1942. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.145.

⁸⁷ Carta (rascunho) de Rodolfo Garcia para Caio Prado Júnior, s/d, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

Desfazer esse tipo de dúvida exigiam práticas metódicas, como o confronto do mesmo assunto em diversos documentos e a certificação de sua proveniência e sinceridade, além do traquejo adquirido na experiência de lidar com esses materiais de forma imparcial. Também o conhecimento do período histórico e dos personagens em questão que ajudariam a eliminar várias hipóteses até alcançar a resposta verdadeira. Caio Prado Jr. também compartilhou de uma sistematização na escrita da história conforme a concepção moderna, mas, enquanto Garcia trabalhou para tornar-se um grande “leitor” de documentos e por essa via metódica preencher lacunas na história, ele desejou compor e compartilhar uma “leitura” do Brasil pautada no materialismo histórico. Nesse sentido, considerou a história como “um presente de nossos dias”, por identificar sucessões dos mesmos ciclos no tempo e espaço, e privilegiou a economia em busca de interpretar a realidade formadora da nacionalidade brasileira. Os métodos para observá-la iam além do gabinete: “é muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos.”⁸⁸

A viagem enquanto experiência que possibilita encontrar e conhecer foi uma questão que perpassou a historiografia brasileira desde o século XIX.⁸⁹ Também em Gilberto Freyre, o sentido da viagem ganha destaque. Entre essas idas e vindas, ele enviou de Lisboa, no dia 18 de fevereiro de 1931, a seguinte carta para Garcia:

Ilustre amigo e conterrâneo: Soube pelo meu querido amigo Manuel Bandeira da sua nomeação para Diretor do Museu Histórico. Ótima. Havia o Brasil de escrever sempre tão certo com a mão esquerda... Aqui estou desde os primeiros dias de novembro. Tenho estado sempre com o João Lúcio de Azevedo, que anda doente, mas sempre vivo de espírito. E na Biblioteca Nacional tomei assinatura. Estou agora de partida para os Estados Unidos, passando antes um mês na Espanha, da qual desejo conhecer aspectos do Sul, já tendo atravessando o Norte da outra vez que estive na Europa. Dos Estados Unidos, da Universidade de Stanford, Califórnia, recebi um convite para dar curso de história social do Brasil, na Faculdade de Ciências Sociais. Devo partir a 17 de março para New York. Ficaria muito agradecido se o ilustre amigo enviasse seu trabalho de história, para aquela Universidade. O endereço é: Gilberto Freyre, Department of History, Stanford University, Cal., U.S.A. O mesmo pedido faço, por seu intermédio, ao Dr. Max Fleiuss e outros distintos investigadores [...].⁹⁰

⁸⁸ PRADO JÚNIOR, C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1954, p.30.

⁸⁹ Para além do Brasil, o papel da viagem na escrita ocidental é investigado por François Hartog, tendo como fio condutor o esquema narrativo constituído por viajantes, como o famoso Ulisses. Tal experiência é vista como demarcadora de fronteiras, à medida que, na busca continua de retornar para sua ilha natal guiado pela memória de quem ele é, o personagem da Odisseia delinea, também pelo contato com os outros, os contornos de uma identidade grega. Ver: HARTOG, F. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

⁹⁰ Carta de Gilberto Freyre para Rodolfo Garcia, 18 de fevereiro de 1931, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

Para demonstrar seu contentamento com a nomeação de Rodolfo Garcia como diretor do MHN, Freyre expressa também uma visão otimista de um Brasil que fazia escolhas certas, mesmo que por acaso. O otimismo, além de adjetivo, funcionou como crítica de pesquisadores da escravidão que discordaram da amistosidade com que Freyre concebia a relação entre senhores e escravos.⁹¹ O estilo ensaístico de sua produção, que possibilitava burlar a dicotomia entre poético e científico, também abriu caminhos para interpretações tidas como ousadas. Nesse estilo de história, as viagens de Freyre ganharam, com frequência, um estatuto de autoridade daquele que *viu*, legitimando sua perspectiva a respeito de questões norteadoras de sua produção, como a mestiçagem tratada na obra *Casa-grande & senzala* a partir da relação entre raças e culturas.⁹²

O olhar e ouvir do viajante, enquanto investigação para a produção do conhecimento histórico, podem ser vistos como uma forma de inteligibilidade que os antigos legaram aos modernos. Enquanto o ateniense Tucídides privilegiou o que viu para registrar os acontecimentos como um exemplo perpetuado, em Heródoto é especialmente pelo sentido da audição que o narrador investiga os feitos dos homens, atribuindo, assim, marcas de credibilidade para torná-los memoráveis.⁹³ Na carta, Freyre afirma que o “desejo de conhecer aspectos do Sul” é que motivou sua viagem para Espanha. Além do prazer da viagem, os relatos a respeito das diversas regiões que visitou e viveu poderiam fazer com que seus leitores também compartilhassem de um “deslocamento” seguro, conduzido pela escrita daquele que conhecia por ter visto.

Foi nas viagens que fez pelos arredores de Stanford, por ocasião do convite para ministrar o curso de história social do Brasil, que uma região entre a Califórnia e Nova Iorque lhe remeteu ao sertão do Brasil e possibilitou o estabelecimento de associações entre a experiência escravocrata brasileira e o chamado *deep South* americano. Tanto o

⁹¹ Stuart Schwartz percebe o otimismo como característico da obra de Freyre e explica-o a partir da proximidade do autor com intelectuais norte-americanos e suas convicções de um futuro promissor para seu país. SCHWARTZ, S. “Gilberto Freyre e a História colonial: uma visão otimista do Brasil” In: Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza Araújo(orgs.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

⁹² Fernando Nicolazzi, no capítulo intitulado “Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios” de sua tese de doutorado, trata dos diversos sentidos que a viagem ganhou na escrita do autor, especialmente como experiência utilizada para validar seus registros históricos. Essas viagens possibilitaram o emprego de expressões comprobatórias como “eu conheço”, que segundo Nicolazzi “funciona de modo similar ao “eu vi” de Heródoto, da maneira como essa marca de enunciação funcionava nas *Histórias*”. NICOLAZZI, F. Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2008, p.237.

⁹³ François Hartog trata da autópsia na obra de Heródoto como uma forma de intervenção do narrador em sua narrativa, com o intuito de provar algo: HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

tipo de aristocracia e de casa-grande até o gosto pela cadeira de balanço e pelo jogo foram assuntos em seus textos.⁹⁴ Também, por ocasião do curso ministrado na Universidade de Stanford, é que Freyre pediu para Garcia o envio de seus trabalhos de história e de outros “pesquisadores distintos”, como Max Fleiuss, então secretário perpétuo do IHGB.

Alguns escritos de Garcia já haviam viajado para Nova Iorque antes de Freyre, com Rüdiger Bilden. Esse jovem veio de Eschweiler, na Alemanha, para os Estados Unidos e iniciou o mestrado na Columbia University em 1920, onde estabeleceu contato com o colega Freyre e o professor Franz Boas. Antes de Freyre, Bilden já apontava para um equilíbrio social e fusão de elementos étnicos no Brasil. Suas pesquisas a respeito da “influência da escravidão no desenvolvimento do Brasil”, tema pouco abordado até então, impulsionou sua vinda ao Brasil em 1925, onde permaneceu até abril de 1927.⁹⁵

Em maio do mesmo ano, escreveu de Nova Iorque para Garcia. Além da saudade do Brasil, das conversas com Garcia e Max Fleiuss e das pesquisas no IHGB, Bilden “ameaça” iniciar naquela carta escrita em inglês, um “bombardeio” de perguntas e pedidos:

Você me enviaria, por gentileza, o número da Revista (84, 1918), que contém o seu artigo "A Capitania de Pernambuco no Governo de José Cesar de Menezes", o qual eu estou ansioso para ler. Além disso, assim que o livro do Dr. Calógeras estiver disponível no Instituto, me envie uma cópia, preciso muito desse trabalho para a minha escrita. Mostrei seu Glossário de palavras indígenas em Claude d'Abbeville para Professor Franz Boas, Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia. Ele estava muito interessado nela e solicita através de mim para enviar-lhe uma cópia, se isso é possível.⁹⁶

O texto de Garcia que interessou a Franz Boas, reconhecido como fundador da moderna pesquisa etnográfica nos Estados Unidos, foi, na verdade, uma edição crítica e anotada feita da obra escrita em 1614, pelo frade francês Claude D'Abbeville, a respeito dos tupis do Maranhão; *Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Marignan et terres circonvoisines où est traicté des singularitez admirables & des moeurs merveilleuses des indiens habitans de ce pais*. Garcia selecionou palavras e frases da língua Tupi, contidas no livro e formou um Glossário que acompanhou a primeira

⁹⁴ NICOLAZZI, F, 2008, op.cit., p.228.

⁹⁵ A respeito da trajetória intelectual de Rüdiger Bilden, ver: BURKE, M. L. G. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

⁹⁶ Carta de Rüdiger Bilden para Rodolfo Garcia, 25 de maio de 1927, Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.

edição da obra publicada no Brasil, em 1922.⁹⁷ Mas esse não foi o único esforço de Garcia para criar “inventário das palavras”, como definiu o objetivo de seu *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)*.⁹⁸ As pesquisas linguísticas que acompanharam todo seu percurso e merecem estudo específico, filiaram-se a uma matriz que reconhecia os regionalismos como evolução e não deturpação da língua. Por esse viés, o vocabulário regional correspondente às *peculiaridades pernambucanas* era parte de um vocabulário brasileiro, os *brasileirismos*.

No início de 1931, quando Garcia recebeu o pedido de Freyre, ainda não havia escrito sua *História Política e Administrativa do Brasil*, mas, além do *Glossário* e do *Diccionario de brasileirismos*, que teve a primeira publicação em 1913, tinha textos avulsos na área de história, etnografia e pequenas biografias publicadas em revistas. Havia participado também na escrita coletiva do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* com os capítulos “Etnografia Indígena” e “História das Explorações Científicas no Brasil”, além da anotação de importantes obras do período colonial e publicações comentadas de conjuntos documentais. Não sabemos se Freyre utilizou alguns desses materiais no curso de história social do Brasil, mas, na obra publicada dois anos mais tarde, *Casa-grande & senzala*, fez sete referências aos escritos de Garcia, três delas a respeito das notas aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Nesses “monólogos” estabelecidos em uma espécie de “segundo plano” dos textos, as notas de rodapé de Freyre a respeito das anotações de Garcia tinham a função de legitimar e complementar a narrativa.⁹⁹ Se no texto Freyre tratava do aumento da produção do açúcar em Pernambuco no início do século XVII, Garcia informava a quantidade de engenhos na nota.¹⁰⁰ A respeito das superstições e medos de animais monstruosos entre os chamados “selvagens”, o comentário de Garcia traz exemplos contando do agouro atribuído ao canto da peitica,¹⁰¹ um tipo de pássaro que, segundo ele, permanecia temido

⁹⁷ D'ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução: Sérgio Milliet. Introdução e notas: Rodolfo Garcia. São Paulo: Livraria Martins, 1945.

⁹⁸ GARCIA, R. *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)*. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte I. 1913, p. 638.

⁹⁹ A respeito da função das notas de rodapé na historiografia ocidental moderna desde o século XVII até o XX, ver: GRAFTON, A, 1998, op. cit.

¹⁰⁰ FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003, p.558.

¹⁰¹ As descrições fantásticas da fauna brasileira pelos viajantes europeus que percorreram o Brasil desde o século XVI despertaram interesse nos letrados brasileiros das primeiras décadas do século XX e certo compromisso em oferecer percepções verdadeiramente nacionais. *Monstros e monstregos do Brasil e Zoologia fantástica do Brasil*, ambos de autoria de Afonso d'Escragnolle Taunay, são algumas das obras

por seus contemporâneos nos Estados do Norte.¹⁰² Mas a prática de esclarecer a quais pessoas correspondiam os nomes e apelidos mencionados em documentos, parece estar entre as atividades que os chamados intérpretes do Brasil da década de 1930 mais delegaram à Garcia. O nome de Garcia foi citado por Freyre para confirmar a hipótese de que Manguê La Bote correspondia ao conhecido capitão-mor Baltasar de Aragão, falecido no mar.¹⁰³ Esse mesmo tipo de investigação Caio Prado Jr. pediu na carta, em relação a José Joaquim da Rocha.

Constituir um estilo de escrita diferente das monografias predominantes até então, não significava ignorar a necessidade de investigar e dar a conhecer a credibilidade dos dados, mas talvez ampliar as modalidades dessa verificação, delegando a confirmação e retificação de informações documentais aos que tinham maior domínio da prática do método crítico, enquanto buscava-se interpretar a realidade, que já não era suficientemente inteligível pelas fontes escritas e oficiais do passado, pois reclamava por uma investigação mais atenta ao presente, em diálogo com os métodos das Ciências Sociais.

Também para Rüdiger Bilden, Garcia era o modelo de historiador com tirocínio metodológico, e, no entanto, pouco reconhecido por suas atividades, o que demonstrava o atraso cultural do Brasil e sua incapacidade de valorizar as realizações científicas dos próprios brasileiros. Segundo ele, Garcia era uma “figura um tanto patética, vivendo em relativa pobreza e num meio superficial, não tendo oportunidade de viajar ou debater com seus iguais”.¹⁰⁴ Mas talvez era nas conversas que tinha em seu gabinete da BN que Garcia sentia-se a vontade para “debater com seus iguais”. Costumava viajar sim, para pesquisar o passado nos documentos, não sem antes certificar-se que o “trajeto” era seguro. Essas viagens de gabinete, próprias da história erudita, eram insuficientes para ensaístas que buscavam apreender a experiência histórica do povo como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre.

Estas várias possibilidades que o período ofereceu para inventariar o Brasil e escrever sua história, guardavam um compromisso comum com a especialização dessa área do saber e com a promoção de um status de profissão, seja por meio dos resultados de pesquisa que testavam os limites das regras estabelecidas até então, ou mesmo pelos

que tomaram essas narrativas como fonte, e com uma ironia cômica buscaram identificar invenções fantasiosas a respeito da fauna brasileira e retificá-las.

¹⁰² FREYRE, G, 2003, op. cit., p.250.

¹⁰³ Ibidem, p.264.

¹⁰⁴ Citado em BURKE, M. L. G. *O triunfo do fracasso*: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.169.

esforços, como os de Rodolfo Garcia, para reafirmá-las. Para esse letrado que se tornou referência e incorporou as características do chamado erudito, a especialização da história vinculava-se a especialização de outras áreas que tinha o papel de reunir, conservar e classificar a matéria-prima do historiador. Com esse ímpeto, colaborou na constituição dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia que analisaremos a seguir, atentando-nos para a maneira Rodolfo Garcia concebeu essas formações e para as relações que estabeleceram com o conhecimento histórico.

2. Formar especialistas para o trabalho com acervos no Brasil: a constituição dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia

As diversas áreas do conhecimento que utilizam acervos possuem expectativas e práticas peculiares em relação a eles, que se modificam no tempo juntamente com a maneira de conceber o próprio ofício. Neste capítulo, tratarei da dedicação de Rodolfo Garcia aos acervos bibliográficos e museológicos e da constituição de um saber especializado para o trabalho com esses materiais por meio do Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional (BN), e do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional (MHN), durante as primeiras décadas do século XX.

Considerado como portador de um saber polivalente, característica dos chamados eruditos, os esforços de Rodolfo Garcia na formação de especialistas para o trabalho com acervos poderiam parecer contraditórios, se não estivesse situado nas décadas de 1930 e 1940, período em que muitos dos eruditos e letrados diletantes asseguraram ou mesmo conquistaram vagas no mercado de trabalho pondo seus conhecimentos abrangentes, e frequentemente autodidatas nas áreas nas quais atuaram, a serviço de cursos e graduações planejados em uma nova perspectiva do conhecimento que buscava promover a especialização de cada domínio. Rodolfo Garcia figurou entre esses eruditos dedicados à formação de especialistas, e a partir do Estado Novo passam a ser designados com mais frequência, especialmente pelos integrantes do poder público, como intelectuais. A maior recorrência do termo naquele momento expressa a necessidade de renovar a figura daqueles que representavam a ilustração brasileira, mas também as táticas desses letrados para permanecer em seus cargos de confiança enquanto administradores da cultura, naquele período no qual novas carreiras técnicas, como técnicos de educação, cientistas sociais, estatísticos, etc., se dispunham a colaborar com a política cultural do regime Vargas.¹⁰⁵

Diante disso, a necessidade de especialização para a atuação profissional não se restringe, nessa pesquisa, a uma constatação de Rodolfo Garcia, mas torna-se uma problemática que envolve atores sociais com diversas formas de atuação e compreensão dos saberes que representavam. Pensar a respeito do momento da instituição desses cursos para formar técnicos especialistas no trabalho com acervos remete-nos às

¹⁰⁵Ver: MICELI, S, op. cit.

seguintes interrogações: Quais os saberes acionados e as condições para a constituição desses “novos” saberes? Para os letrados daquela época, o que é ser especialista?

Nas decisões e escolhas que competem ao diretor de um acervo, como a disposição e organização dos documentos ou a aquisição de novas peças, assim como a disponibilização de determinada formação aos funcionários, é possível perceber como se concebem os saberes envolvidos e a função da instituição. A fundação do MHN pelo Presidente Epitácio Pessoa, aprovada pelo Decreto Nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, compõe a construção de um Brasil com as marcas da civilização europeia, graças à presença e à tradição portuguesa. Naquele ano, no conjunto arquitetônico designado para alojar o Palácio das Grandes Indústrias ocorreu uma restauração com objetivo de prepará-lo para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, nesse mesmo espaço por indicação de Gustavo Barroso instalou-se meses depois o MHN. Também a BN, símbolo de ilustração, inseriu-se desde sua fundação, em 1810, entre as instituições comprometidas em forjar uma identidade nacional, processo que durante as primeiras décadas do século XX abarcou propostas de diferentes vertentes.

Na década de 1930, o governo aumentou sua atuação em diversos setores voltados para a cultura, concebendo-os como elemento essencial para constituição da nacionalidade e legitimação do regime.¹⁰⁶ Com esse ensejo, foram instituídos vários órgãos¹⁰⁷. O primeiro deles, voltado para proteção ao patrimônio histórico, foi a Inspeção dos Monumentos Históricos Nacionais que inicia em 1934, ligada à estrutura do Museu Histórico Nacional sob a direção do historiador cearense Gustavo Barroso, destinada a restauração de monumentos de Ouro Preto.¹⁰⁸ Em 1937, as atividades da Inspeção foram encerradas e criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

¹⁰⁶ Cf. OLIVEIRA, L. L. *Cultura é Patrimônio – Um Guia*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008; WILLIAMS, D. *Culture Wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-45*. Durham & London: Duke University Press, 2001

¹⁰⁷ Destacamos entre os órgãos criados com foco cultural o Instituto Nacional do Livro (INL), dirigido por Augusto Meyer; o Serviço Nacional do Teatro (SNT), por Thiers Martins Moreira e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince), por Roquete-Pinto.

¹⁰⁸ Segundo Siqueira et al., “A idéia de criação de um Curso de Museus remonta à criação do Museu Histórico Nacional - MHN, idealizado por Gustavo Barroso, em 1922. Dois fatos interligados, a criação do MHN e, na gestão de Rodolfo Garcia no museu, o advento do Curso Técnico de Museus, em 1932, gerido posteriormente por Barroso, ainda que separados por dez anos, materializam o nacionalismo característico do contexto das transformações políticas e ideológicas que repercutiram na área cultural, nesse período.” SIQUEIRA, G. K.; GRANATO, M.; SÁ, I. C. *Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil*, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, n. 6, São Paulo, 2008, p. 142.

Essas novas configurações que ocorreram nas áreas da cultura compunham um projeto amplo de mudanças no país, que, no entanto, seguiam perspectivas variadas, compreendidas por alguns estudos como “Modernização conservadora”. Conforme Simon Schwartzman, et al, tal processo combinou elementos de modernidade e racionalidade com um poder centralizador que levou à substituição de uma elite política mais tradicional por outra de formação e faixa etária mais jovem. Esta elite vislumbrou possibilidades favoráveis ao compartilhar os posicionamentos do novo regime, mesmo percebendo suas limitações.¹⁰⁹

Muitos estudos associaram os que se dedicaram para atividades voltadas à preservação do patrimônio, na década de 1930, as concepções do chamado Modernismo¹¹⁰. Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho desses intelectuais vinculados aos órgãos do Estado Novo na constituição de uma nova identidade nacional, opondo-se aos formalismos da cultura ilustrada e defendendo que os elementos escolhidos para representar a nação deveriam ser autênticos, não pautados em tendências europeias. Entre eles são elencados Rodrigo de Melo Franco Andrade e Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 e 1945, a quem esteve subordinada a administração da BN durante a maior parte da gestão de Rodolfo Garcia (1932-1945). Desse modo, observam-se variações na maneira de conceber e exercer as atividades relacionadas à cultura e patrimônio no Modernismo e fora dele, nesse período.¹¹¹

Rodolfo Garcia figurava entre os letrados ligados à tradição do passado em um país que se queria novo. Conhecedor de acervos por todo o país, dedicou-se ao estudo e organização desses espaços e aos estudos históricos, concebendo a história do Brasil em uma cronologia centrada na tradição portuguesa e na eleição de grandes personagens que representariam a polidez da aristocracia brasileira e se tornariam exemplos de dedicação à nação. Destoando das principais vertentes do Modernismo que definiram concepções de patrimônio cultural do país e ocuparam cargos de chefia nos órgãos criados nas décadas de 1930 e 1940, Rodolfo Garcia, se dedicou ao trabalho com

¹⁰⁹SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B; COSTA, V. M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Op. cit.

¹¹⁰ Ver: GUEDES, T. *O lado doutor e o gavião de penacho – Modernismo e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000; CAVALCANTI, L. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC/ IPHAN, 2000 .

¹¹¹ Ao investigar as narrativas a respeito do Modernismo e seus usos na historiografia brasileira, Monica Velloso observa que foi concebido frequentemente como movimento hegemônico e vinculado diretamente às vanguardas paulistas. Compreendendo o movimento como resultado de um processo histórico em uma dinâmica que combinou diferentes tradições, espaços e autores, Velloso propõe a utilização do termo Modernismos, enfatizando sua pluralidade e amenizando sua carga semântica. Cf. VELLOSO, M. P. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

acervos enquanto diretor da BN e do MHN, instituições culturais tidas como tradicionais. Mesmo não se tratando de instituições criadas pelo Estado Novo, mantê-las era interessante, considerando a ressonância já alcançada por elas no que se refere ao desenvolvimento da cultura nacional.

Nesse capítulo, composto por quatro partes, investigaremos os fundamentos do trabalho de Rodolfo Garcia com acervos, essencial para a compreensão da concepção de história desse autor. Concomitante a isso, trataremos dos saberes acionados na constituição dos cursos de Biblioteconomia e de Museologia, os quais tiveram início nessas instituições culturais em um período em que as universidades estavam em processo de ampliação e consolidação como lugar privilegiado de construção do conhecimento.

Para tanto, analisaremos inicialmente os argumentos de Rodolfo Garcia na criação do Curso de Museu e a função atribuída ao curso, tendo como fonte o relatório anual da instituição e o texto de sua aula inaugural, respectivamente. Ainda nessa primeira parte do capítulo, intitulada *Justificativa e constituição da formação de profissionais para os acervos*, faremos uma análise preliminar das disciplinas constituintes de ambos os cursos e a relação que estabeleceram com o conhecimento histórico. O quadro de disciplinas dos cursos não deve ser considerado como escolha apenas do diretor, no entanto, tal análise contribui para compreensão do modo de conceber o trabalho com acervos, à medida que, nessa junção de saberes, podem-se vislumbrar elementos a respeito da formação desejada, além do perfil de bibliotecários e museólogos buscados pelas instituições que Rodolfo Garcia dirigiu.

A investigação quanto ao delineamento do bibliotecário que se queria forjar e das aproximações com o perfil “erudito-guardião”, será aprofundada na segunda parte do capítulo: *A Biblioteca Nacional como lugar de profissionalização e profissão*, no qual trataremos também da formação e atuação dos docentes, tendo como fonte principal os relatórios anuais da administração da BN, escritos por Rodolfo Garcia. A identidade que se forjou para a constituição do Curso de Museus e dos museólogos, bem como a formação do corpo docente e sua produção serão analisadas na terceira parte intitulada *Disciplinas que formam museólogos e produzem livros*.

Lecionar nesse curso impulsionou Rodolfo Garcia e os demais docentes a produzirem textos didáticos que renderam publicações posteriores, relacionados aos assuntos das disciplinas ministradas, tendo como eixo o questionamento sobre “o que é

o Brasil”. Nessa terceira parte, percorreremos algumas dessas publicações, buscando compreender como foram pensados enquanto saberes disciplinares.

Na última parte do capítulo, analisaremos o texto de Rodolfo Garcia: *Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens*, escrito em 1914. Antes mesmo de trabalhar na constituição do Curso Museus e do de Biblioteconomia, ele estudou diversas classificações bibliográficas e, naquele período, considerou a *Classificação Decimal* de Melvin Dewey a mais adequada. A partir dos argumentos apresentados por Rodolfo Garcia em seu texto, problematizaremos os caminhos que escolheu para fundamentar o trabalho com acervos nessa atividade específica da classificação e as possíveis relações com a dedicação aos estudos históricos.

Assim, nesse capítulo, constitui desafio compreender algumas das regras de produção do conhecimento em dois pontos específicos: na escrita de Rodolfo Garcia e na configuração de saberes especializados para o trabalho com acervos nessas instituições culturais, onde tais saberes eram, até então, considerados como ciências auxiliares da história.

2.1. Justificativa e constituição da formação de profissionais para os acervos

No relatório anual do MHN, em meio à prestação de contas e a descrição das atividades desenvolvidas pela instituição em 1931, Rodolfo Garcia fez um pedido que mudou a rotina de diversos funcionários da instituição e as relações com o acervo em vários âmbitos:

Duas sugestões, Sr.Ministro, cabem aqui, como proposta que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao “Curso de Museus”. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos, de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso de Museus” habilitará esta repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá a administração, os funcionários que necessitar para o serviço deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais. A outra proposta é a de uma Inspetoria de Monumentos.¹¹²

¹¹² MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). *Relatório de Atividades do MHN*, 1931. Apud MAGALHÃES, A. M. O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 107-130, 2002.

Assim, Rodolfo Garcia oficializou a proposta do Curso de Museus, apresentando-a ao Sr. Francisco Campos, então ministro da Educação e Saúde Pública. Nessa ocasião, ofereceu uma justificativa comum para a criação dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia, os objetivos “de ordem técnica”. Enfatizar a necessidade de disponibilizar o conhecimento técnico aos conservadores e bibliotecários, talvez, tenha sido considerada por Garcia a forma mais convincente de inserir a sua proposta nas políticas de cientificização do governo. Porém, no conjunto dessa primeira sugestão feita ao Ministro, a demanda que justifica a proposta não é apenas pragmática, mas sim voltada para supostas necessidades técnicas da instituição, pois apresenta o Curso de Museus como oportunidade, tanto para atender às exigências administrativas quanto para garantir o acesso à cultura, enfatizando a dimensão educacional do MHN. A sugestão de criação do Curso de Museus ao ministro foi acatada rapidamente, conforme o decreto de criação do Curso Técnico de Museus nº 21.129, de 7 de março de 1932. A outra proposta, que visava à criação de uma Inspeção de Monumentos voltada para a implementação de políticas preservacionistas de patrimônio, foi implantada três anos depois, na segunda gestão de Gustavo Barroso no MHN.¹¹³

O Curso de Museus iniciou vinculado à Direção do MHN, com a duração de dois anos e o objetivo de habilitar técnicos para ocupar o cargo de 3º Oficial da instituição. Até então, os funcionários responsáveis pela conservação de acervos não contavam com uma formação específica e, para ingressarem na instituição, precisavam ser indicados por pessoas próximas ao diretor.

Na abertura do Curso de Museus, Garcia retomou alguns argumentos apresentados a Francisco Campos a respeito da necessidade de especialização profissional e da dimensão cultural que o curso contemplaria e acrescentou outros elementos sobre a trajetória e os encargos atribuídos ao curso:

Ao declarar aberto o Curso de Museus, antes de outras considerações, devo encarecer o ato do governo, que o instituiu. Esse ato, se por um lado consulta aos altos propósitos da administração, de desenvolver a cultura nacional, ampliando a obra de educação que compete à Universidade do Rio de Janeiro, nos termos recentes da lei que a organizou, por outro atende à necessidade de dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos

¹¹³ As atividades da Inspeção de Monumentos Nacionais são compreendidas por Aline Montenegro Magalhães, como produto de uma prática colecionista que busca legitimar a escrita da história, nas salas do MHN. Cf. MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História social) - UFRJ/ IFCS Rio de Janeiro, 2004.

de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação.

Nos tempos modernos, quer nas profissões ditas liberais, quer no campo científico, a especialização se torna cada vez mais necessária, cada vez mais exigida pelas condições da sociedade, sobretudo se se atender ao formidável acúmulo dos conhecimentos em todos os setores da atividade humana.

O decreto que criou em 1922 o Museu Histórico Nacional, instituiu o curso técnico, comum à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu; mas essa criação, por motivos independentes da vontade dos dirigentes desses estabelecimentos, não teve realização prática. Assim, restaurado o Curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional, a diretoria do Museu achou-se na obrigação de pleitear para êle o curso que hoje vamos inaugurar.¹¹⁴

Rodolfo Garcia valeu-se da experiência positiva da reabertura do curso de Biblioteconomia, que ocorreu também em 1932, para fundamentar a proposta do Curso de Museus e, em sua inauguração, demonstrou o compromisso em estabelecer uma colaboração mútua entre três instituições que têm como elemento transversal a preservação e o acesso aos acervos: o MHN, a BN e o Arquivo Nacional.

Houve também um esforço de Garcia em inscrever o Curso de Museus em um caráter de extensão da Universidade do Rio de Janeiro¹¹⁵. Naquele período, ocorreu a ascensão da Universidade brasileira e a institucionalização de novos cursos; portanto, para ele, cabia ao Curso de Museus, que se iniciava fora dela, demonstrar-se vinculado ao seu projeto. Nesse caso, o projeto comum da Universidade e do Curso de Museus, destacado por Garcia, era o desenvolvimento da cultura nacional, atitude que, no século anterior, foi atribuída e financiada pelo governo, por meio de instituições como o IHGB, ABL, BN e MHN, principais locais de produção do conhecimento histórico até a criação das Universidades na década de 1930.

O avanço da cultura que a abertura da especialização promoveria também foi destaque na carta recebida do amigo Afonso de Taunay, por meio da qual parabenizou Garcia pela iniciativa:

Tenho em mãos o vosso attencioso officio de 11 de abril ultimo e dele tomo conhecimento, felicitando vos pela excelente iniciativa de abertura do curso

¹¹⁴ GARCIA, R. Explicação In: *Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Op. cit. Paginação irregular.

¹¹⁵ A Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, foi reorganizada em 1937 e passou a chamar Universidade de Brasil (UB). Em 1965 recebeu o nome atual, Universidade Federal do Rio de Janeiro. A institucionalização do ensino superior de História iniciou, juntamente com a Geografia, em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Marieta de Moraes Ferreira investiga a trajetória do segundo curso de História criado no país, e m 1935 no Rio de Janeiro, pela Universidade do Distrito federal (UDF). A autora analisa, dentre outros aspectos, a formação dos docentes e as grades curriculares dos cursos. Após a extinção da UDF, em 1939, foi estruturado nesse mesmo ano, o Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, também analisado pela autora. Cf. FERREIRA, M. M. *A história como officio: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

de especialização cujo programa excelente certamente será preenchido com o maior brilho e proveito para nossa cultura.¹¹⁶

Quando Garcia menciona os “termos recentes da lei” que organizaram a Universidade do Rio de Janeiro, certamente faz referência à Reforma Francisco Campos.¹¹⁷ No decreto de promulgação do *Estatuto das Universidades brasileiras*, o ministro enfatizou que a função da universidade transcende à didática, contemplando também “preocupações de pura ciência” e “cultura desinteressada”. Nesse decreto, foram estabelecidos dois objetivos para a universidade: “equipar tecnicamente as elites profissionais do país” e proporcionar um ambiente adequado “às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”.¹¹⁸

O mesmo decreto que previu a conciliação da pesquisa, formação cultural e profissional, compreendeu o ensino e a pesquisa de maneira dissociada. A Universidade de Medicina, Engenharia e Direito seria destinada à formação profissional das elites, enquanto à Universidade de Educação, Ciências e Letras, que não chegou a ser fundada, caberia a cultura “desinteressada”, que teria como função formar professores. A extensão universitária também foi destacada no decreto como forma de ampliar as atividades universitárias, elevando o nível da cultura geral do povo. No entanto, o seu contato social estaria restrito à oferta de cursos.

Desse modo, os cuidados para manter o equilíbrio entre os posicionamentos opostos, declarados por Campos, expressavam a incoerência de seu projeto, que oscilou entre as propostas de renovação da educação, na perspectiva da Escola Nova, e a permanência de posturas vinculadas à Igreja Católica.¹¹⁹ Segundo Marieta de Moraes

¹¹⁶ Carta de Afonso d’Escagnolle Taunay para Rodolfo Garcia, 02 de maio de 1932. Fundo Museu Paulista/ Arquivo Permanente Museu Paulista (3ª entrada), Pasta 295.

¹¹⁷ “Reforma Francisco Campos” foi denominado o programa de reformas na educação, que iniciou com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, para o qual Campos foi nomeado ministro. Dentre os decretos que implantaram essas medidas no governo provisório de Getúlio Vargas, destacamos aqueles datados de 11 de abril de 1931, em que foi criado o *Conselho Nacional de Educação* (Decreto nº 19.850/31); promulgado o *Estatuto das Universidades Brasileiras* (Decreto nº 19.851/31); e dispõe a respeito da *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* (Decreto nº. 19.852/31). Cf. FÁVERO, M. L. A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

¹¹⁸ CAMPOS, F. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: Ministério da Educação e Saúde Pública. *Organização Universitária Brasileira*. Decretos nºs. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p.4.

¹¹⁹ Ver: FAVERO, M. L. A universidade no Brasil de 1930 a 1937. In *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2ed. Brasília: Plano, 2000, p. 29-77; FERREIRA, M. M. 2013, op. cit.

Ferreira, a disputa entre esses dois maiores grupos vinculados à educação “centrou-se inicialmente em torno das questões da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e do papel da religião na nova política educacional. Mas seus efeitos se faziam sentir por toda a década de 1930”¹²⁰.

Na relação do Curso de Museus com a Universidade, podemos identificar um movimento inverso quanto ao que prevê a Reforma, pois, considerá-lo como curso técnico de extensão universitária seria também um esforço de centralizar, nesse espaço, iniciativas que não se configuraram a partir da Universidade, tendo em vista as condições de criação dos Cursos de Museus e Biblioteconomia, não apenas sediados pelo MHN e BN, mas dependentes das instituições também no que se refere aos elementos essenciais da configuração dos cursos: a composição do corpo docente e a determinação dos conteúdos.¹²¹

Cabe ressaltar ainda que os cursos tornaram-se efetivos devido à combinação de vários fatores, dentre eles, o interesse dos funcionários do MHN, que compunham o corpo docente do Curso de Museus, e dos diretores das seções da BN, que lecionavam no Curso de Biblioteconomia, bem como os projetos do governo de Getúlio Vargas para consolidar uma identidade nacional¹²², que tinham como fundamento a constituição de um passado comum. Nesse sentido, diversos foram os usos do conhecimento histórico no período, encontrados em projetos que promoviam a cultura nacional.

Enquanto diretor do MHN e da BN, no início da década de 1930, Rodolfo Garcia, como vimos anteriormente, encaminhou as propostas de criação do Curso de Museus e da reativação do Curso de Biblioteconomia, mas, no entanto, houve planejamentos semelhantes anteriores no MHN, durante a gestão de Gustavo Barroso, e na BN, durante a direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva, quando foi criado o curso, em 1911, cujas atividades foram encerradas em 1922.¹²³ Muito do trabalho desses

¹²⁰ FERREIRA, M. M. 2013, op. cit, p. 20.

¹²¹ A respeito do planejamento curricular no ensino de Biblioteconomia no Brasil Cf. CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002, p. 25-48; SANTOS, J. P., 2007, op. cit, p. 35-47.

¹²² Ver: GOMES, A. C., 1996, op. cit.

¹²³ O Curso de Biblioteconomia, criado em 11 de julho de 1911, através do decreto 8.835, inicia suas atividades três anos depois, em 1915. Dentre os motivos desse atraso elencados nos relatórios anuais da instituição, está a indisponibilidade de alguns diretores das seções que ministrariam as aulas, por falta de preparo e a ausência de inscritos para o curso, motivo este, pelo qual o curso foi extinto em 1922. Essas dificuldades com a implementação e andamento do curso, são compreensíveis, considerando que no período, não havia se constituído tal demanda, tanto pela pouca visibilidade da profissão, quanto pela possibilidade de ocupar o cargo de bibliotecário por concurso, sem a exigência do diploma. Ver:

diretores foi incorporado nos cursos efetivados posteriormente. Rodolfo Garcia recordou, na abertura do Curso de Museus, citada acima, a tentativa, nesse mesmo ano, de instituir um curso único, destinado à formação dos funcionários da BN, do MHN e do Arquivo Nacional (AN).

Apesar da falta de êxito do curso que pretendia formar oficiais, como eram denominados os bibliotecários, até então, admitidos por concurso, para o MHN, e os amanuenses¹²⁴, para a BN e AN, a iniciativa de sistematização de um ensino integrado foi expressiva pelo modo com que concebeu tal capacitação. Tratava-se de uma forma de especialização do conhecimento que, no entanto, não requeria uma departamentalização rígida, até mesmo porque estava ainda sendo forjada. Essa característica foi percebida mais acentuadamente na escolha das disciplinas que compuseram o Curso de Museus do que nas do Curso de Biblioteconomia:

Cadeiras do Curso de Museus (Museu Histórico Nacional) 1º ANO – 1932	Cadeiras do Curso de Biblioteconomia (Biblioteca Nacional) 1º ANO - 1932
História Política e Administrativa do Brasil	Bibliografia
Numismática (parte geral)	Paleografia e Diplomática
História da Arte (especialmente do Brasil)	
2º ANO – 1933	2º ANO - 1933
História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)	Iconografia
Numismática (brasileira) e sigilografia	
Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	História da Literatura (aplicada à Bibliografia)

Fonte: Decreto N. 21.129 de 7 de março de 1932; *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1932, 1933.

BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1911, 1913, 1915, 1921, 1933.

¹²⁴ Iuri A. Lapa e Silva define amanuenses como “os encarregados de todo tipo de trabalho biblioteconômico e arquivístico – organização de acervos e sua catalogação -, mas também exerciam funções de secretariado, copiando ofícios e afins, e de atendimento aos usuários. Um cargo típico dentro do funcionalismo público de então, o amanuense acabou sendo identificado como o protótipo de burocrata” SILVA, I. A L. Biblioteca Nacional no processo de Demarcação de Limites com a Guiana Francesa: Os Usos Políticos de um Acervo Documental. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 128, 2008, p. 18-19.

Na constituição da grade do Curso de Museus, o saber histórico esteve envolvido de modo expressivo, especialmente a História do Brasil, pois, além de constituir-se em um museu voltado para a História Nacional, ao eleger o conjunto de saberes que formariam esses profissionais, levou-se em conta a função dos museus no Brasil, que, a partir do início do século XX, tornou-se cada vez mais atrelada à construção de uma identidade direcionada para a memória nacional. Desse modo, observamos que os cursos dedicados a formar técnicos para o trabalho com materiais que compunham os acervos do MHN e da BN não se configuraram estritamente como instituições culturais ou politicamente neutras, mas como lugares onde havia outros saberes presentes, também dotados de historicidade.

O vínculo do MHN com a História buscou constituir-se, de modo especial, sob a égide de Gustavo Barroso, como espaço em que as peças por si só remetiam ao passado e o comprovavam.¹²⁵ Já na organização projetada por Garcia, houve um esforço em construir o passado nacional expondo-o em uma continuidade que, pelo estabelecimento de sentido entre as peças, buscava reconstituir períodos históricos. Tal perspectiva de Garcia remete às diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu, estabelecido simultaneamente à anotação da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dentre as críticas expostas por Capistrano a respeito da obra de Varnhagen, está a ausência de uma narrativa que encadeasse os fatos, esforço identificado na disposição do acervo programada por Garcia.¹²⁶

No Curso de Biblioteconomia, as cadeiras que compuseram as disciplinas de Paleografia e Diplomática e Iconografia acompanhada da Cartografia, a partir de 1935, eram constituídas, essencialmente, por áreas do conhecimento que figuravam dentre aquelas concebidas e legitimadas de maneira instrumental desde o século XIX como auxiliares da história. Considerando o Curso de Biblioteconomia da BN como um ensaio de autonomia da área, é possível compreender a pequena participação da História, que aparece na grade apenas na disciplina História Literária, configurando-se de maneira semelhante às chamadas ciências auxiliares. Assim, a História Literária exerceria a função de fornecer o contexto histórico-literário para a análise dos livros.

¹²⁵ Ao analisar as formas de representar a história e o patrimônio, durante a gestão de Gustavo Barroso no MHN, Myrian Sepúlveda dos Santos percebe que os detalhes e as próprias peças compreendidas como “amostras do passado” é que legitimam o culto do passado, forjado por Barroso, sem a preocupação de estabelecer um processo ou encadeamento de fatos; SANTOS, M. S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

¹²⁶ A respeito da relação estabelecida por Capistrano de Abreu com a obra de Varnhagen, ver: OLIVEIRA, M. G., 2013, op. cit.

Tais disciplinas eram as mesmas que compunham a grade do curso criado na BN em 1911, exceto pela Numismática, que foi extinta, e a História Literária aplicada à Bibliografia, inserida pelo decreto nº 23.508, de 28 de novembro de 1933. Esse decreto também alterou a ordem das disciplinas, passando Iconografia e História Literária para o 1º ano, enquanto Bibliografia e Diplomática e Paleografia constituíam a grade do 2º ano do curso. Desse modo, os saberes eleitos para a formação do bibliotecário na BN durante as décadas de 1910 e 1930 não sofreram mudanças significativas, permanecendo a ênfase na cultura geral em detrimento da técnica.¹²⁷

2.2. A Biblioteca Nacional como lugar de profissionalização e profissão

Símbolo da Ilustração no Brasil, a Biblioteca Nacional guarda o compromisso com a História Patriótica desde a vinda da Biblioteca dos Reis.¹²⁸ A principal contribuição da instituição para o desenvolvimento do conhecimento histórico esteve ligada à aquisição, organização, catalogação e disponibilização de materiais imprescindíveis para a pesquisa histórica.

A capacitação para essas funções foi prioridade no Curso de Biblioteconomia. Seu desempenho permeava a prática dos bibliotecários da BN e as atividades de Rodolfo Garcia, de modo especial, no período em que foi diretor da instituição. As diversas solicitações de documentos, bibliografias e informações pontuais a respeito de datas, fatos ou personagens históricos, enviadas a Garcia por vários letrados demonstram a rede de intelectuais que integravam a BN, a grande recorrência ao seu acervo e um reconhecimento de Rodolfo Garcia como erudito, seja para auxílio no desenvolvimento de pesquisas históricas, seja em busca de um dado, ou até mesmo de materiais que tornassem o trabalho mais instigante:

¹²⁷ Dedicado ao estudo do ensino de biblioteconomia no Brasil, Carlos Augusto Castro, estabeleceu uma periodização compartilhada entre a maioria dos pesquisadores dessa área, em que divide fases relativas às perspectivas adotadas nesses cursos do país. A primeira fase, de 1879-1928, corresponde à concepção humanística francesa associada ao Rio de Janeiro, e ao movimento fundador da biblioteconomia na BN. A segunda fase abrange os anos de 1929 a 1939 e é definida pelo predomínio do modelo pragmático americano em contraposição ao modelo anterior, vinculada ao segundo curso de Biblioteconomia do Brasil, criado no ano de 1929, no Instituto Mackenzie em São Paulo, onde predominavam disciplinas relacionadas à classificação bibliográfica. A terceira fase (1940-1961) é demarcada como o período de consolidação e expansão do modelo pragmático americano; a quarta fase (1962-1969) corresponde à uniformização dos conteúdos pedagógicos e regulamentação da profissão e a quinta (1970-1995) refere-se à diminuição das escolas de graduação e ao aumento dos cursos de pós-graduação na área de Biblioteconomia. CASTRO, C. A. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹²⁸ SCHWARTZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Tendo concluído a *Educação do Príncipe*, pretendo quebrar-lhe a charrice e insulsez com alguns retratos da gente da época, direta ou indiretamente imiscuída no caso histórico que me abalancei a remanusear. É assim que desejava obter os do Aureliano Coutinho, Paulo Barbosa da Silva, Marquês de Itanhaém, Bispo de Crisópolis, José Bonifácio, Anemuria e Feijó. Infelizmente não poderei socorrer-me dos desenhos do Boulanger e outros do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo dissídio que ultimamente me separou do Sr. Max Fleiuss (o amigo bem sabe quanto é feito da nossa pobre terra cimentar a dissidência de opiniões, repugnando servir de qualquer forma aos que de nós divergem por meras cousinhas...) Mas, conto que na seção das gravuras da sua Biblioteca Nacional seja possível conseguir as efigies desses figurões, preferidos os retratos mais raros, embora piores.¹²⁹

Nessa carta, datada de 23 de setembro de 1936, Alberto do Rego Rangel (1871-1945) realizou o pedido, constante na maioria das cartas enviadas à Garcia na década de 1930, de materiais do acervo da BN. Rangel mencionou a Coleção do retratista francês Luís Aleixo Boulanger, do acervo do IHGB, como primeira opção para encontrar os retratos que buscava para ilustrar a *Educação do Príncipe*, mas preferiu evitar contato com o secretário perpétuo Max Fleiüss (1868-1943), por conta de uma “dissidência de opiniões” que houvera entre eles. Seu pedido denota que afinidades e hostilidades permeavam o acesso aos documentos, facilitando-o ou impedindo-o.

Garcia não foi apenas mediador, mas, por conta de sua dedicação aos estudos históricos, também solicitou materiais e recebeu “presentes de papel”¹³⁰. Afonso D’Escragnolle Taunay foi um dentre os correspondentes com quem Rodolfo Garcia tratou de diversas questões relacionadas ao ofício do historiador. Eram recorrentes as reclamações pela falta de um documento que paralisara determinada obra, posicionamentos a respeito de um livro ou, ainda, as “mexericagens acadêmicas e palpites de candidaturas”.

Em carta datada de 24 de maio de 1935, Taunay avisou que estava mandando um presente a Garcia. Tratava-se de uma coleção de sete fotografias de mapas de Diogo Soares e Domenico Capa. Concluindo a carta, Taunay acrescenta: “Esqueci-me de dizer

¹²⁹ Carta de Alberto do Rego Rangel para Rodolfo Garcia, 23 de setembro de 1936. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.110.

¹³⁰ Ao explorar as correspondências que compõe o arquivo pessoal de Oliveira Vianna, Giselle Martins Venancio dedica-se especialmente à análise das que foram escritas em agradecimento pelos “presentes de papel”, como denomina os livros de autoria de Oliveira Vianna doados por ele. Essa troca de livros e correspondências é compreendida por Venancio no artigo *Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna*, “como uma estratégia de organização e desenvolvimento de suas relações de sociabilidade e principalmente de estruturação de uma comunidade de leitores que garantiria a propaganda e a propagação de suas idéias” VENANCIO, G. M, 2001, op. cit., p. 41.

que os originais destes mapas estão no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Figueira de Melo mandou copiá-los em atenção a mim para o Museu Paulista. Veja que intenção delicada.”¹³¹ Nessa carta, observamos a preocupação de Taunay em informar a procedência do material enviado a Garcia e dar os créditos da obtenção da cópia, que, segundo ele, fez-se em sua atenção, ao Museu Paulista. Essa mediação da documentação para o Museu Paulista,¹³² também presente nas práticas de Garcia, deveu-se à função de diretor da instituição que Taunay ocupou entre 1917 e 1945.

Muitos dos documentos procurados por Garcia e adquiridos para a Biblioteca Nacional, assim como os adquiridos por Taunay para o Museu Paulista, também podem ser relacionados aos seus próprios interesses de pesquisa ou, ainda, aos temas e períodos da História do Brasil, que ambos consideravam carentes de estudo. No entanto, é interessante observar que tanto Garcia quanto Taunay estão inseridos na constituição de uma prática historiográfica em que “a descoberta de novos documentos, muitas vezes, guiou a escrita dessa história”.¹³³ Além disso, o documento não se limitaria à propriedade privada, mas deveria ser disponibilizado aos pesquisadores para a escrita da História Nacional, em acervos que representavam a ilustração do país.

Essa tarefa desempenhada pelos diretores das instituições foi central nos objetivos de formação dos funcionários do Curso de Biblioteconomia. Nesse sentido, a identidade do bibliotecário, que, no momento, estava sendo forjada, esteve vinculada à imagem do erudito,¹³⁴ prezando pelo conhecimento dos acervos de cada seção para auxiliar o leitor em suas pesquisas e pela habilidade em sua organização e conservação. Vários autores associaram o Curso de Biblioteconomia aos moldes do curso oferecido

¹³¹ Carta de Afonso d’Escragnolle Taunay para Rodolfo Garcia, 24 de maio de 1935. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p. 61.

¹³² Ana Claudia Fonseca Brefe busca compreender a gestão de Taunay no Museu no livro *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. Nesse estudo, percebe as reformulações na instituição como parte de um movimento de especialização que se intensifica no início do século XX. Inicialmente dedicado às ciências naturais, o Museu continha também coleções de história. Nessa nova dinâmica planejada por Taunay para o Museu, está à separação das coleções de história e ciências naturais e o investimento nas narrativas do passado paulista e nacional. Brefe destaca a preocupação em obter cópias originais dos documentos que adquirira para as coleções, pois concebia o documento histórico, “como um testemunho do passado e, nesse sentido, como matéria-prima indispensável para reconstruí-lo tal como ele aconteceu.” Destaca ainda que o propósito em relação à documentação colecionada no Museu não era restrito à exposição, mas à constituição de um centro de pesquisa utilizado pelo próprio Taunay em sua escrita da história de São Paulo. BREFE, A. C. F. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005, p.99.

¹³³ ANHEZINI, K., 2011, op. cit, p.40.

¹³⁴ Ver. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. Op. cit., p.53-72; Id. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. Op. cit.

pela escola francesa¹³⁵ École Nationale des Chartes, situada entre as primeiras instituições do mundo dedicadas a profissionalizar o trabalho com arquivos. O curso, criado em 1821 para formar arquivistas-paleógrafos, era fundamentado na cultura geral. Tal noção de viés humanista indica uma perspectiva de ensino mais voltada para a amplitude do conhecimento do que para a sua aplicação imediata. O “princípio da proveniência”, também denominado “princípio do respeito aos fundos”, que é uma das contribuições mais difundidas pela arquivologia francesa. Tal método de organização foi criado pelo historiador Natalis de Wailly, enquanto chefe dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, em 1841. Esse postulado difere das classificações sistemáticas por assuntos ao propor a organização dos arquivos de acordo com a proveniência dos documentos, criando, assim, a noção de “fundos”.¹³⁶

Sem a pretensão de situar em uma determinada perspectiva os cursos da BN e MHN, que na década de 1930 estavam em processo de configuração, é possível perceber algumas indicações a respeito da formação que se queria disponibilizar: ela não estaria restrita aos saberes necessários para o exercício profissional específico. O curso de Museus buscou tornar científicas as práticas museológicas e desenvolver a cultura nacional, recorrendo, de modo específico, ao estudo da História do Brasil.

O Curso de Biblioteconomia, por sua vez, também compartilhou da missão de desenvolver a cultura nacional pela via da ilustração, considerando que, da forma como o profissional estava sendo formado e, embora tivesse como objetivo facilitar a função do historiador, não se limitava a ela e pouco a contemplava. Interessava mais o contato com as tantas áreas do conhecimento que o acervo da BN abrigava. Dentre os saberes disponibilizados pelos professores autodidatas na área de Biblioteconomia, predominavam as chamadas disciplinas técnicas, mesmo que seu desenvolvimento não se restringisse a essa dimensão: Bibliografia, Paleografia, Diplomática e Iconografia, que, após 1935, passou a ser acompanhada pela Cartografia. Tais disciplinas visavam à compreensão dos processos de fabricação desses diversos materiais como suportes de informação, conservação e acesso. Já a disciplina História Literária aplicada à

¹³⁵ Ver: CASTRO, C, 2000, op. cit.; OLIVEIRA, M; CARVALHO, G. F; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Inf & Soc.: Est. João Pessoa*, v.19, n.3, p.13-24, 2009; SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. v. 3, n. 6, p. 35-47, 2007.

¹³⁶ SANTOS, P. R. E. *A arquivística no laboratório: história, teoria e método de uma disciplina*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Bibliografia denotava a preocupação com a cultura geral, dedicando-se à compreensão do livro em um contexto histórico-literário.¹³⁷

A seguir, verificaremos algumas escolhas e possibilidades do período, que moldaram o Curso de Biblioteconomia, por meio da análise do corpo docente e da distribuição das disciplinas entre 1932 e 1943.

Professores	Ano em que lecionaram	Disciplinas	Cargo na BN
Constâncio Antônio Alves (1862-1933)	1932	Bibliografia	Diretor da 1ª seção/ Impressos
Mario Marinho de Carvalho Behring (1876-1933)	1932	Paleografia e Diplomática	Diretor da 2ª seção/Manuscritos
Carlos Mariani (*-1937)	1933	Iconografia	Diretor da 1ª seção
	1934	Bibliografia	
	1935-1937	Iconografia e Cartografia	Diretor da 3ª seção/Estampas e Cartas Geográficas
Florianio Teixeira Bicudo (1885-*)	1933-1934	Iconografia	Amanuense
	1937-1939	Iconografia e cartografia (Substituto)	Bibliotecário
	1940-1943	Iconografia e cartografia	
Emanuel Eduardo Gaudie Lei (1892-1953)	1933	História literária aplicada à Bibliografia	Oficial
	1934		Sub-bibliotecário
	1939		Diretor da 1ª seção
	1935-1940	Bibliografia	
Jose Bartolo da Silva (*)	1934	Paleografia e Diplomática	Oficial
	1936-1943		Diretor da 2ª seção
Eugênio de Teixeira Macedo (*)	1934	Iconografia	Diretor da 3ª seção
Luiz Corte Real Assunção (*-1936)	1935	Paleografia e Diplomática	Diretor da 2ª seção
Manuel Cassius Berlink (*-1938)	1935-1938	História literária aplicada à Bibliografia	Diretor da 4ª seção / Jornais e Revistas
Otávio Calasans Rodrigues	1938- 1939	Iconografia e Cartografia	Bibliotecário

¹³⁷ Marieta de Moraes Ferreira analisa a trajetória dos professores, das cadeiras que ocuparam, bem como das diferentes concepções de ensino e pesquisa que permearam a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFI). Para tanto, a autora trilha um caminho profícuo no que se refere a compreensão da constituição desse campo disciplinar em um período de transição entre práticas amadoras para a profissionalização do historiador. Diferente do perfil docente dos primeiros profissionais que trabalharam com acervos, composto unicamente por brasileiros, nos cursos de História e Geografia, professores, principalmente vinculados à missão universitária francesa, exerceram um papel significativo tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Ferreira aponta, entre as principais contribuições desses professores de formação e perspectivas distintas, a atualização bibliográfica disponibilizada aos alunos, a forma de estruturar os cursos e uma maior visibilidade do Brasil pela França¹³⁷. Nesse período, na área de Biblioteconomia, inclusive no curso da BN, a maior parte da bibliografia disponível também era francesa; por isso entende-se a exigência do domínio dessa língua para o ingresso no curso.

(*)		(Substituto)	
João Carlos Moreira Guimarães (1892-1979)	1941-1943	História literária aplicada à Bibliografia	Bibliotecário

*Tais informações não foram encontradas no material pesquisado.

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.

Entre as informações dispostas no quadro, destaca-se a alta rotatividade dos professores no Curso de Biblioteconomia nas décadas de 1930 e 1940. A curta permanência na instituição também é constatada por Ferreira ao analisar o corpo docente do Curso de História da UDF, que, segundo a autora, “indica dificuldades para a institucionalização do campo profissional”.¹³⁸

Constâncio Antônio Alves e Mario Behring lecionaram apenas no ano de 1932 e faleceram no ano seguinte. Essa foi a causa da entrada de novos docentes em, pelo menos, quatro disciplinas do Curso de Biblioteconomia durante o período analisado. Tais mortes chamam a atenção para a faixa etária elevada de parte do corpo docente.

Constâncio Antônio Alves formou-se em 1885 pela Faculdade de Medicina da Bahia e teve grande atuação profissional no jornalismo, atividade que desenvolveu no *Jornal do Brasil* e no *Jornal de Commercio*, ambos do Rio de Janeiro. Conciliou essa atividade com as de funcionário da Biblioteca Nacional desde 1895, onde dirigiu a Seção de Manuscritos entre 1903 e 1913 e, posteriormente, a Seção de Impressos.¹³⁹ Essa alternância na direção das seções também refletiu no Curso de Biblioteconomia, configurando-se como desafio no seu processo de especialização, pois, mudando de seção, os professores deveriam passar a ministrar a disciplina que correspondesse a ela.

Mario Behring estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola da Bahia, em 1896. Em sua cidade natal, Ponte Nova, Minas Gerais, lançou o jornal *Tupinambá*. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1902, onde fundou e dirigiu as revistas *Kosmos*, *Para Todos*, na qual usava o pseudônimo de “O operador”, e *Cinearte*. Também atuou significativamente no jornalismo, assinando com pseudônimos nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Commercio*, e nas revistas *Fon-Fon*, *Careta*, *Ilustração Brasileira* e *Revista da Estrada de Ferro*. Um ano depois da chegada na capital, foi aprovado em primeiro lugar no

¹³⁸ FERREIRA, M. M, 2013, op. Cit., p. 149.

¹³⁹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Constâncio Alves. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=422&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

concurso da Biblioteca Nacional e, entre 1924 e 1932, assumiu a direção da instituição.¹⁴⁰

A respeito dos outros nove professores, não encontramos informações em relação à formação acadêmica ou à atuação profissional exercida além da BN, o que talvez indique dedicação exclusiva à instituição. Garcia refere-se, nos relatórios anuais, a Carlos Mariani e José Bartolo da Silva como bacharéis, porém, também não se teve acesso às informações relacionadas à produção ou à publicação de materiais voltados para as disciplinas que ministraram no curso, como ocorreu no Curso de Museus.

O único dos professores, no período em questão, eleito como membro da Academia Brasileira de Letras, foi Constâncio Antônio Alves. No espaço do *site* da academia dedicado a ele, um dos “Textos escolhidos”, como é denominada a aba em que há trechos de escritos dos acadêmicos, é *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*, publicado na seção cotidiana *Dia a Dia*, do *Jornal do Commercio*, para a qual escreveu durante 36 anos.¹⁴¹

Tal texto nos remete ao perfil do bibliotecário “erudito-guardião”, associado à École Nationale des Chartes. Ao tratar da dificuldade de restituir livros emprestados, mesmo que de maneira irônica, Alves apresenta o hábito de emprestar e não devolver como um problema de todos os tempos que fez com que bibliófilos de Londres, fundassem, no século XIX, a Liga Contra o Empréstimo de Livros. Esse eixo é tratado em todo o texto, narrando episódios de bibliotecas particulares e os diferentes modos de lidar com a propriedade dos livros. O texto diz que Rui Barbosa estaria entre os ciumentos; o poeta André Chénier havia compartilhado em versos a tristeza de ver borrões no livro que retornou; Miguel Becon chegava a ser imprudente, tamanho desapego que demonstrava quando se tratava de empréstimo; e Capistrano de Abreu também figurou entre os que emprestavam “até com amor”, no entanto, seu cuidado com os livros, segundo Alves, não era exemplar.¹⁴² Além dos dramas causados pelo empréstimo dos livros no que tange ao seu retorno ou rasura, Alves conta episódios relacionados às anotações que os proprietários costumam fazer em caráter confidencial, emitindo opiniões a respeito de obras de determinados autores, o que, muitas vezes, torna a leitura de terceiros motivo de fofoca e desavença. O texto conclui tratando das

¹⁴⁰ SANTOS, R. S. C. *Projeto à nação em páginas de Cinearte: A construção do “livro de imagens luminosas”*. Dissertação (Mestrado em História social) – PUC, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁴¹ ALVES, C. A. *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=424&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

¹⁴² Ver: GONTIJO, R, 2013, op. cit.

anotações como um espaço textual onde as coisas são ditas apenas para si. Tal constatação é utilizada para elogiar D. Pedro II, que, segundo o autor, em suas anotações, fazia referência a escritores como Joaquim Nabuco e Conde Afonso Celso, não tendo motivos para se constranger pela divulgação de seus escritos.

A imagem de D. Pedro II é mencionada por Alves como figura central na representação de ilustração do Império brasileiro. Tal esforço foi empreendido pelo próprio imperador, que defendia a arte e a ciência como instrumentos de civilização e constituição identitária para o país, e retificado por diversos letrados, especialmente a partir da independência do Brasil.¹⁴³ A perspectiva de Alves quanto ao cuidado com os livros expressa também o papel simbólico de ilustração associado a esses materiais, bem como à atribuição do responsável pela biblioteca de proteger o acervo.

Na Biblioteca Nacional, é perceptível uma orientação rigorosa nesse sentido, contando com a vigilância permanente dos depósitos. Tal cuidado, que está entre as principais funções das instituições dessa natureza, é perceptível graças à seção “Elogios”, que era expedida pelo diretor geral e publicada nos relatórios anuais da instituição. Observa-se que tentativas de furto eram frequentes na BN e que os que tinham percepção e agilidade para salvar o material a tempo eram homenageados, como consta no relatório de 1936: “Por portaria de 18 de Dezembro, foi louvado o auxiliar Bernardino Carioca, pela vigilância e diligência com que evitou fossem roubados 3 livros da 1ª seção”.¹⁴⁴

Nesse espaço, também foram tecidos elogios em diversas situações, como aos funcionários mais antigos da instituição por ocasião da aposentadoria, aos que ministravam aulas no Curso de Biblioteconomia, publicados no relatório de 1934 em que são mencionados Carlos Mariani e Emanuel Eduardo Gaudie Ley “pela muita proficiência com que lecionaram as respectivas cadeiras do Curso de Biblioteconomia em 1933”¹⁴⁵, ou ainda aos funcionários a quem se desejava dar destaque pelo bom desempenho das funções. Nesse caso, pode se dar o exemplo do elogio feito ao bibliotecário Otávio Calasans Rodrigues, “pela inteligência e zelo com que executou o trabalho de discriminação das coleções da Biblioteca”.¹⁴⁶ Rodrigues formou-se em 1933 no Curso de Biblioteconomia e, em 1938/1939, foi professor-substituto do mesmo curso

¹⁴³ Cf. SCHWARTCZ, L. M. *Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁴⁴ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), op. cit, 1937.

¹⁴⁵ Ibidem, 1934, p. 6.

¹⁴⁶ Ibidem, 1937, p. 5.

na disciplina de Iconografia e Cartografia. José Bartolo da Silva também formou-se em 1933 e lecionou nessa disciplina em 1934 e, depois, de 1936 até 1943. Rodrigues e Silva figuraram como os primeiros professores do Curso com formação na área de Biblioteconomia.

Os elogios eram publicados em relatórios destinados ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, com o intuito de dar visibilidade ao curso, bem como de demonstrar uma forma de reconhecimento aos docentes pelo trabalho não remunerado. No entanto, não eram apenas elogios que Capanema lia nos relatórios.

Além do aumento das atividades de alguns funcionários envolvidos com o Curso de Biblioteconomia, outras alterações na rotina burocrática, estrutural e na legislação da BN são observadas. Já no primeiro relatório após a reabertura do Curso, em 1932,¹⁴⁷ Garcia pediu que o ministro tomasse providências no que se referia à mudança de legislação para promoção dos funcionários, que assegurava preferência absoluta aos detentores de diploma em Biblioteconomia e aos concursados na instituição, mas não garantia o mesmo benefício aos funcionários formados em Biblioteconomia pela primeira edição do curso, de 1915 a 1922. Quanto ao número de funcionários, o diretor solicitou um aumento de quadro no relatório de 1935, justificando tal necessidade através da comparação do número de funcionários existentes em 1911, superior ao do período em que escreveu o relatório (1935). Em 1911, 40.186 leitores foram atendidos pela instituição, enquanto em 1935 o número foi maior que o dobro, com 81.972 leitores¹⁴⁸ atendidos.

Outras reivindicações constantes nos relatórios se referem às condições precárias dos serviços de encadernação, terceirizados, no período, para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, que, segundo Garcia, em 1933 atendeu menos de 50% do volume solicitado, acarretando no atraso da disponibilização das obras para consulta. Os serviços de publicação que estavam a cargo da Imprensa Nacional também não correspondiam à demanda. Quanto aos problemas apresentados, o diretor sugeriu que uma pequena oficina de encadernação, publicação e restauração de livros fosse montada na BN, utilizando máquinas remanescentes de antigas oficinas gráficas, e que os serviços fossem contratados com a verba destinada para esse fim, verba essa considerada por ele “deficientíssima”. Essas solicitações feitas desde 1933 tiveram resposta apenas em 1936, não com a instalação dos serviços na BN, mas com a abertura

¹⁴⁷ Ibidem, 1932, p.17-18.

¹⁴⁸ Ibidem, 1935, p. 27-28.

de licitação para a transferência dos serviços para a firma José Lino Martins & Cia, “Casa Vallette”.

Apesar de o governo ter dado uma brecha no início da década de 1930, ao decretar a reabertura do Curso de Biblioteconomia, os recursos financeiros que destinou à BN eram limitados, o que dificultou o desempenho de alguns saberes instrumentais ensinados no curso, como a restauração de obras raras que não tinham a permissão para serem retiradas da BN e nem os equipamentos necessários para realizar o processo na própria instituição.

Quanto às atividades profissionais do corpo docente de Biblioteconomia, ficaram restritas às atribuições como funcionários da própria instituição. As exceções foram Behring, que trabalhou também como jornalista, e Alves, que além de jornalista, foi membro da ABL e produziu diversos ensaios. Na BN também é perceptível uma maior rotatividade de funcionários entre as seções e, conseqüentemente, uma grande rotatividade de professores nas cadeiras do curso. Talvez essa característica também explique a ausência de publicações desses docentes a respeito das disciplinas ministradas, em oposição às publicações recorrentes do corpo docente no Curso de Museus, que será analisada a seguir.

Assim, percebe-se que as condições incipientes do Curso de Biblioteconomia dão pistas a respeito das possibilidades e limitações para a configuração dessa área do conhecimento na década de 1930, bem como das especificidades da BN e do MHN enquanto lugares de profissionalização e profissão. Tal configuração teve grande alteração com a reforma de 1944, pelo decreto 6.440, de 27 de abril. Nessa ocasião, as finalidades do curso, a administração e a grade tiveram a sua maior reestruturação desde a criação do curso, em 1911, visando a uma formação homogênea que capacitasse profissionais para dirigir, organizar e executar serviços técnicos em bibliotecas oficiais ou particulares. Previa-se também a abertura de cursos de especialização ou aperfeiçoamento para profissionais que já atuavam nessas funções e buscava-se uma conexão maior com a produção e o ensino em âmbito nacional e internacional no campo da Biblioteconomia. Instituiu-se, também, com tal reforma, o cargo de coordenador dos cursos, subordinado ao diretor geral da BN, que foi ocupado por Josué Montello (1917-2006), na época, Técnico de Educação do Departamento Administrativo de Serviços Públicos (DASP).

Para atender a essas finalidades, estabeleceram-se três cursos, que foram denominados Cursos da Biblioteca Nacional: o Curso Fundamental de Biblioteconomia

habilitava para o desempenho de serviços técnicos sob a supervisão de bibliotecários; o Curso Superior de Biblioteconomia era responsável por formar administradores de bibliotecas e os Cursos Avulsos visavam atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e de seus auxiliares através de conteúdos propostos pelo coordenador. Dentre as disciplinas obrigatórias inseridas na grade dos dois primeiros cursos citados, destacamos a de Classificação e Catalogação, que demarcava a aproximação com um modelo norte-americano de ensino da biblioteconomia. Castro observa que, nessa reestruturação, houve a inclusão de um modelo pragmático, no entanto, ela é percebida como resposta a uma pressão externa exercida pelo DASP, que exigia um perfil profissional capacitado para o atendimento de todo o tipo de biblioteca, conforme o modelo adotado em São Paulo desde a década de 1930.¹⁴⁹

Diante do exposto, observamos que tal reforma, mesmo saindo do recorte proposto para essa investigação do Curso de Biblioteconomia, demonstra que o processo de constituição dessa formação, na década de 1930, quando os novos saberes coexistam com práticas e conhecimentos estabelecidos anteriormente na BN, sustentou-se até 1944, sendo, então, alterada, com vistas a uma especialização mais rígida e, ao mesmo tempo, uniformizadora dos conteúdos.

2.3. Disciplinas que formam museólogos e produzem livro

Considerando o período de emergência do Curso de Museus, que se deu nos seus dois anos iniciais, como um momento ímpar no que se refere à mobilização dos saberes para a constituição dessa formação, busca-se verificar, por meio das disciplinas que compunham a grade da primeira turma do Curso de Museus, nos anos de 1932 e 1933, e do corpo docente, algumas escolhas em relação à identidade que se forjava para a sua constituição e formação de seus profissionais.

Enquanto o corpo docente de Biblioteconomia ficou restrito ao desenvolvimento de atividades profissionais como funcionários da própria instituição, na BN, é perceptível uma maior rotatividade de funcionários entre as seções e, conseqüentemente, uma grande rotatividade de professores nas cadeiras do curso. Talvez essa característica também explique a ausência de publicações desses docentes a

¹⁴⁹ CASTRO, C. A., 2000, op. cit.

respeito das disciplinas ministradas, em oposição às publicações recorrentes do corpo docente do Curso de Museus, que serão analisadas a seguir.

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS E CORPO DOCENTE (1932-1933)	
1º ANO – 1932	2º ANO - 1933
Disciplina: História Política e Administrativa do Brasil (período colonial) Docente: Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	Disciplina: História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade) Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Disciplina: Numismática (parte geral) Docente: Edgar de Araújo Romero	Disciplina: Numismática (brasileira) e sigilografia Docente: Edgar de Araújo Romero
Disciplina: História da Arte (especialmente do Brasil) Docente: Joaquim Menezes de Oliva	Disciplina: Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia Docente: Gustavo Barroso
Disciplina: Arqueologia aplicada ao Brasil Docente: João Agyone Costa	_____

Fonte: SIQUEIRA, G. K, Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2009. P. 170-171.

Dentre as disciplinas cursadas no primeiro ano, está a História Política e Administrativa do Brasil (período colonial), ministrada por Rodolfo Garcia. Por conta dessa atribuição, ele escreveu o ensaio que leva o título da disciplina, especificando o recorte correspondente ao período colonial de 1500-1810.¹⁵⁰ Lecionar no curso não impulsionou apenas Garcia, mas a maioria dos docentes, a produzirem textos que renderam publicações posteriores, relacionados aos assuntos das disciplinas ministradas, tendo como eixo o questionamento sobre “o que é o Brasil”. O *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* (1500-1810), mesmo não correspondendo aos parâmetros de uma grande obra, é a narrativa mais extensa de Garcia. O volume de sua produção é composto por edições dispersas, como textos publicados em anais institucionais, introduções, prefácios, anotações de obras e edições críticas de documentos históricos, em sua maioria, relacionados à história do Brasil colonial. O ensaio em questão, que merece uma análise detalhada, será abordado rapidamente neste

¹⁵⁰ GARCIA, R, 1956, op. cit.

trabalho, compreendendo-o como um programa indicativo dos propósitos dessa disciplina e de parte da grade curricular do curso de museus. Cabe investigarmos alguns dos caminhos escolhidos para tratar da história política e administrativa do Brasil, dado o caráter polissêmico do título da disciplina, que designa, ao mesmo tempo, as configurações de um governo português e suas formas de gestão, o corpo de funcionários, as relações de poder e uma disciplina. Na explicação que precede a obra, há indicações de como a disciplina foi pensada:

Coube-me, na distribuição das cadeiras, a de História Política e Administrativa do Brasil, o que significa que vamos estudar a História do Brasil sob os aspectos de suas instituições políticas e de seu aparelhamento administrativo. Assim, fica entendido que no decorrer desse estudo, não entraremos em minúcias supérfluas de que os compêndios estão cheios e de que os ginásios vos fartaram: mas havemos de acompanhar a evolução do país desde as feitorias, nos primórdios da época colonial, até as últimas e mais adiantadas instituições sob que vive a nação; estudaremos desde os forais da capitania até a legislação mais moderna, analisaremos os regimentos dos governadores, dos oficiais da fazenda e da justiça, a formação do município e das câmaras, os códigos, as leis, todo o regime político e administrativo, que vigorou no Brasil colonial e no Brasil império, e ainda vigora no Brasil república.¹⁵¹

De início, o professor anuncia que essa história política e administrativa do Brasil seria estudada sob uma perspectiva evolutiva, a partir da colonização portuguesa e, de fato, a obra inicia-se com “O Descobrimento”. O diálogo com Varnhagen e Capistrano de Abreu é frequente na obra; já, na primeira parte em que narra a organização da expedição que teria sido planejada para confirmar o descobrimento, identificam-se os esforços de revisão factual que permeiam a obra. Garcia observa que a hipótese de Varnhagen de que D. Nuno Manuel foi o comandante dessa expedição havia sido afastada “depois dos estudos modernos de Harisse, Capistrano de Abreu, Vignaud e outros”, que afirmaram ter sido André Gonçalves quem comandou a frota.

Garcia segue as coordenadas de Capistrano no que se refere ao trabalho metódico com os documentos, mas não corresponde às diretrizes do projeto historiográfico desse autor no que se refere à nova ordenação do tempo, considerando, dentre outras reformulações, que a história do Brasil, na proposta de Capistrano, deveria ser estudada desde “Os antecedentes indígenas”, como inicia sua obra *Capítulos de História Colonial*¹⁵², escrita entre 1905 e 1907.

¹⁵¹ GARCIA, R., 1956, op. cit, Paginação irregular.

¹⁵² ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Também na maneira de narrar a história por meio do acervo do MHN, Garcia utilizou-se de uma cronologia centrada na tradição portuguesa e na eleição de grandes personagens que representariam a polidez da aristocracia brasileira e se tornariam exemplos de dedicação à nação.

As salas principais foram organizadas do seguinte modo: Arcada dos Descobrimentos (no Pátio de Minerva, logo à entrada do Museu); Colônia (Sala D. João VI); 1º e 2º Reinados (respectivamente Pedro I e Pedro II); Marinha (Tamandarê); Paraguai (Duque de Caxias); Osório, Miguel Calmon¹⁵³, Jóias (Guilherme Guinle); Sala da Nobreza Brasileira e Getúlio Vargas, dentre outras.

Além do espaço dedicado a D. Pedro I, nessas exposições permanentes, sua figura ganhou destaque entre a seleção de objetos que compuseram uma exposição de curta duração, organizada em 1931. Ao analisar, por meio de seu catálogo, essa “Exposição comemorativa do Centenário da Abdicação de D. Pedro I - 1831-1931” percebe-se uma forma de narrativa feita a partir de um tipo de artefato social, na qual os objetos são expostos em “uma tentativa de aplicar no Museu o método de crítica documental em que já vinha se especializando”.¹⁵⁴ O personagem central, posto em diversos contextos, do âmbito público ao privado, criou um eixo temporal que tinha como finalidade o fato, tornando assim a revisão factual uma perspectiva inovadora no MHN.

Desse modo, a função da disciplina de História política e administrativa do Brasil foi concebida de maneira vinculada aos projetos de organização do MHN, portanto, estabelecia diálogos com disciplinas que abrangiam conteúdos de classificação e conservação como a Numismática e Sigilografia e Técnicas de Museus, Epigrafia e Cronologia.

Coube a Edgar de Araújo Romero (1884-1968) ministrar a disciplina de Numismática (parte geral), a respeito da qual produziu duas apostilhas publicadas em 1957, Numismática (brasileira) e Sigilografia. Tais disciplinas, tendo por objeto de estudo as moedas, cédulas, medalhas militares e civis e selos nos quais figurava

¹⁵³ A doação da Coleção Miguel Calmon por sua esposa Alice da Porciúncula Calmon Du Pin ao MHN em 1936, foi objeto de estudo de Regina Abreu na obra *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Ao investigar as motivações dessa doação, bem como os critérios de seleção dos objetos que a compuseram, a autora observa que “O perfil do titular da coleção é delineado por meio dessa construção modelar de homem público”. (ABREU, 1996: 142).

¹⁵⁴ BITTENCOURT, J. *Museu Histórico Nacional, 1931*. O nascimento de uma museografia no Brasil? Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. XXXIII. Ministério da cultura/ IPHAN/MHN, 2001, p.9-16.

símbolos do governo, tinham um viés de fortalecimento da identidade nacional, voltada para exaltação de heróis e grandes feitos.

A formação de Romero se deu na área do Direito, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1910, foi nomeado amanuense da BN e chefe da seção de Numismática dessa instituição, transferindo-se para o MHN em 1924, onde permaneceu na função até sua aposentadoria compulsória em 1954. Dentre suas principais publicações nos Anais do MHN está *O meio circulante do Brasil Holandês* de 1940, *Numismática Brasileira – Reinado de D. José I*, de 1943, *Numismática Brasileira – Reinado de D. Maria I*, de 1945 e *Catálogo das moedas brasileiras do MHN – Moedas da República* de 1960.¹⁵⁵ O esforço que fez na aplicação da disciplina Numismática (brasileira), ao estudo do Brasil em uma área do conhecimento, até então sem uma trajetória de ensino no país, é perceptível também nas disciplinas História da Arte (especialmente no Brasil) e Arqueologia aplicada ao Brasil.

A disciplina História da Arte (especialmente no Brasil), ministrada por Joaquim Menezes de Oliva (1893-1978), existiu com a mesma denominação na Escola Nacional de Belas Artes, no entanto, dedicava-se ao estudo da arte clássica europeia; já Oliva, pesquisador da cultura popular, propunha focá-la no estudo da história da arte brasileira. Além do trabalho no MHN, onde implantou a seção de história em 1922, Oliva lecionou em universidades e no Colégio D. Pedro II e sua formação foi na área do Direito.¹⁵⁶ Dentre seus escritos, destacamos as aulas inaugurais, publicadas no MHN, nomeadas como *Os falsos painéis de Leandro Joaquim* e *Tentativa de Classificação dos balangandãs*.

À disciplina Arqueologia aplicada ao Brasil e ao contato com os alunos, João Angyone Costa (1888-1954) atribuiu a inspiração para a escrita de *Introdução à Arqueologia Brasileira: etnografia e história*¹⁵⁷ que foi publicada pela primeira vez em 1934. Natural do Rio Grande do Norte iniciou sua formação acadêmica na área da medicina, no entanto, largou o curso no segundo ano e dedicou-se principalmente ao

¹⁵⁵ SÁ, I. C. História e memória do curso de museus: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.39, p.10-49, 2007.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 17.

¹⁵⁷ COSTA, J. A. *Introdução à Arqueologia Brasileira: etnografia e história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

estudo da etnografia e da arqueologia brasileira, áreas nas quais foi considerado especialista.¹⁵⁸

A obra citada é identificada como o primeiro manual de arqueologia brasileira constituindo-se como “uma árida compilação dos achados arqueológicos no Brasil” que demonstra o vácuo teórico em que a disciplina foi programada.¹⁵⁹ Ao tratar dessas comissões que se dirigiram ao Brasil no decorrer do século XIX, Costa considera o texto *Explorações científicas*¹⁶⁰, de Rodolfo Garcia, como um “magnífico roteiro”; nele, Garcia apresenta a investigação científica como atividade que ocorreu desde o descobrimento.¹⁶¹ O autor tece um capítulo embasado pelas discussões levantadas por Garcia, em que propõe descrever a terra paralelamente ao itinerário das expedições, pois, segundo ele, é nela que se encontra o material etnográfico, desenvolvem-se as análises científicas, e se estabelecem as zonas arqueológicas. Desse modo, percebe-se que ao descrever a geomorfologia brasileira, bem como a fauna e flora, e narrar as inúmeras comissões científicas, vindas de outros países ou organizadas por brasileiros em busca de vestígios materiais para conhecer o passado do país, para além da compilação de achados arqueológicos, Costa delinea uma imagem nacional em que o espaço físico torna-se determinante e o trabalho com os vestígios arqueológicos são indícios de ilustração e evolução humana, demonstrando apropriações das leituras de Hippolyte Adophe Taine (1823-1893) e Hebert Spencer (1820-1903), dentre os autores que fundamentam sua perspectiva de estudo da arqueologia brasileira.

A disciplina Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia, foi ministrada pelo fundador do MHN, Gustavo Barroso (1888-1959). Nascido em Fortaleza-CE, iniciou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, mas mudou-se para o Rio de Janeiro, tornando-se bacharel em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na capital, atuou como político, jornalista, ensaísta, professor, e foi membro dos principais locais de produção

¹⁵⁸ SOMBRIO, M. M. O; LOPES, M. M; VELHO, L. M. L. S. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008.

¹⁵⁹ BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 32-51, 1999-2000.

¹⁶⁰ GARCIA, R. *Explorações Científicas*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Rio de Janeiro, v.2, p.189-223, 1942.

¹⁶¹ A respeito da atividade científica no Brasil em fins do século XIX e início do XX: Ver. FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997. Ao buscar compreender o processo de implantação e desenvolvimento das ciências geológicas, Figueirôa investiga sua configuração em diversas instituições brasileiras, problematizando aspectos mais amplos do próprio processo de institucionalização e da especialização desses espaços, dos usos da ciência e do retorno prático dela esperado. Com esse estudo a autora contribui para a compreensão das motivações na promoção das ciências em via tripla, considerando o Estado português e brasileiro e também a iniciativa de cientistas como atores dessa história da ciência.

do conhecimento no início do século XX, como o IHGB e a ABL, integrando-se também em diversas academias portuguesas, à Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa e Numismática, na Bélgica.¹⁶²

O material produzido para as aulas de Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia, possibilitou a constituição da obra *Introdução à Técnica de Museus*¹⁶³, publicada em dois volumes referentes às três etapas da disciplina; parte geral, básica e especializada. A introdução, no primeiro volume, discute as funções sociais e didáticas do museu, em uma perspectiva vinculada à instrução a respeito da grandeza da pátria e à evocação do passado. Dedicar-se às noções de organização, arrumação, catalogação e restauração, apresentadas como parte geral e à cronologia, epigrafia, bibliografia, diplomática e iconografia correspondentes à parte básica. A parte especializada, no segundo volume, trata das noções de heráldica, bandeiras, condecorações, armaria, arte naval, viaturas, arquiteturas, indumentária, mobiliário, cerâmicas e cristais, ourivesaria, prataria, bronzes artísticos, máquinas e instrumentos de suplício, e apresenta técnicas que abrangiam o trabalho com as peças de diferentes naturezas que compunham o acervo do museu.

Ao investigar a construção do caráter educativo do MHN, Ana Carolina Gelmini de Faria identifica no Curso de Museus uma das representações educativas da instituição que se deve destacar, porque, segundo a autora, constituiu uma matriz intelectual dos museus brasileiros à medida em que os profissionais oriundos do Curso, titulados como conservadores de museus, disseminaram as concepções do MHN para outras instituições e profissionais, configurando o Curso de Museus como formação embrionária do que é atualmente a graduação em Museologia, disponível em 14 universidades do Brasil.¹⁶⁴ A respeito do manual de Barroso, Faria aponta que tornou-se referência básica na área de museologia até a década de 1970, e integrante dessa matriz intelectual de museus.

Percebe-se que as disciplinas do Curso de Museus eram muito pautadas na experiência dos professores, funcionários das instituições e, em sua maioria, autodidatas vindos de outras áreas do conhecimento como Engenharia, Medicina e Direito. No

¹⁶² ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Gustavo Barroso*. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=617&sid=213>> Acesso em: 05 nov. 2013.

¹⁶³ BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946, 2 vols.

¹⁶⁴ FARIA, A. C. G. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

entanto, é interessante observarmos também que dentre as diferenças na formação e nos interesses de pesquisa, a graduação em Direito predomina, conforme tradição cultivada desde o século XIX pelas elites. Cabe destacar também que metade do corpo docente, Garcia, Calmon e Barroso, estava vinculada ao IHGB e à ABL como sócios. O quadro de professores da primeira turma do Curso de Museus, formada em dezembro de 1933, foi designado pelo diretor, que não recebiam remuneração pela função de docente, pois o regulamento vigente, não previa o aumento de despesa. O programa das disciplinas era formulado pelos próprios professores e analisado pelo diretor da instituição.

No MHN, essa configuração ganha outros encaminhamentos apenas doze anos depois da criação do curso, com a Reforma de 1944, na gestão de Gustavo Barroso.¹⁶⁵ A partir das reestruturações desse período, é que ocorre a consolidação de um caráter universitário, aspirado desde a sua criação. Mesmo permanecendo subordinado à direção do MHN, foi instituído o cargo de coordenador do curso, ocupado por uma egressa, Nair de Moraes Carvalho. A partir de então, os formados começaram a substituir seus professores, constituindo a primeira geração de museólogos não mais autodidatas.¹⁶⁶

Também para a História, a década de 1930 foi um momento de investimentos na especialização. Mesmo que com outras configurações, enquanto curso universitário, compartilhou desafios com esses cursos técnicos, como o da formação docente ainda incipiente. Pedro Muniz de Bitencourt Calmon (1902-1985), participou dos dois lugares sociais, no MHN ministrou a disciplina *História Política e Administrativa do Brasil* (até a atualidade), que em 1934 passa a ser denominada *História da Civilização Brasileira* no MHN. Calmon também se dedicou a essa cadeira em 1935, na Universidade do Distrito Federal. Dela resultou seu primeiro livro que leva o nome da disciplina, *História da Civilização Brasileira*.

Compreendendo a mudança na denominação da disciplina, como indicativa da disputa entre diferentes concepções de história, Ferreira aponta que a proposta de uma história da civilização desenvolvida durante a década de 1920, se deu em contraposição às histórias nacionais. Tendo em vista as perdas da Primeira Guerra Mundial e a

¹⁶⁵ Dentre as reestruturações previstas pelo decreto nº 6.689 de 13 de julho de 1944, está a ampliação da duração do curso para três anos, os professores passam a ser remunerados, são previstas excursões e concedidas bolsas de estudo, para funcionários de museus, estaduais e municipais, que não residiam no Rio de Janeiro. BRASIL. *Coleção das Leis de 1944 – Volume VI. Atos do Poder Executivo: Decretos de julho a setembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944. p. 137-144. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocericizadas%5CLEis1944v6.pdf>> Acesso em: 20 out. 2013.

¹⁶⁶ SÁ, I. C., 2007, op. cit.

possibilidade de novos conflitos, as correntes históricas dedicadas aos grandes eventos políticos e a criação de heróis nacionais foram identificadas como aquelas que fomentavam conflitos entre os países. Desse modo, a história da civilização defendida pela Comissão Internacional para o Ensino de História, criada na Europa no início da década de 1930, planejava rever os livros didáticos nesse sentido e propunha o estudo das sociedades em detrimento do estudo da nação. No Brasil, tal orientação ressoou na reforma educacional de 1931, adotando essa denominação também no curso de museus.¹⁶⁷

Entretanto, compreender a denominação do livro *História da Civilização Brasileira*, em suas relações com uma diretriz mais ampla, não significa considerar que a perspectiva da obra é desvinculada da ideia de constituição de uma identidade brasileira, discussão central no texto de Calmon. O recorte temporal adotado pelo autor, característico das grandes sínteses, inicia com a chegada de Cabral em 1500 e vai até 1920, discutindo a consolidação da República no Brasil. Concomitante ao avanço da cronologia é o esforço em demonstrar uma homogeneidade na identidade brasileira, por meio de argumentos como a unidade da língua ou a definição do carácter da população.

A relação de Pedro Calmon com o MHN precede a direção Rodolfo Garcia na instituição e durante esta, é lembrada em prefácio à obra *Escritos Avulsos* que Garcia associou-o “benevolmente ao governo da casa”.¹⁶⁸ Veio da Bahia para o Rio de Janeiro a pedido de seu padrinho Miguel Calmon, para trabalhar como secretário da Comissão Promotora do Centenário da Independência, comemoração que buscou apresentar um país integrado a modernidade e a um progresso geral das nações.¹⁶⁹ Em carta enviada por Pedro Calmon a Rodolfo Garcia no período da gestão deste, há uma sugestão a respeito da disposição de um objeto no acervo, que permite identificar a consideração da Europa como referência estética, buscando representar também o Brasil e, especialmente, as elites brasileiras nesse padrão. Ao expressar a consideração da Máscara de Napoleão como peça de alto valor, aponta com que conjunto seria adequado expô-la, “embaixo dos retratos de amigos estrangeiros de D. João VI,” para que forme “ambiente europeu”.

¹⁶⁷ FERREIRA, M. M, 2013, op. cit, p. 28-29.

¹⁶⁸ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit.

¹⁶⁹ A respeito dos investimentos para firmar uma ideia de nação e inserir o Brasil entre os países integrados na modernidade, através da comemoração do Centenário da Independência, ver: MOTTA, M. S. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

Leio na Patrie Suisse que só se conhecem quatro ou cinco máscaras de Napoleão, com a rubrica do Dr. Autommarché. Uma delas é um dos melhores objetos do museu de família do príncipe Vítor Napoleão, em Bruxelas. Portanto a nossa é um objeto de altíssimo valor, que ficaria bem - parece-me - embaixo dos retratos dos amigos estrangeiros de D. João VI, formando ambiente europeu. É uma sugestão, que o Senhor meu caro Dr. Garcia, acolherá como uma certeza de que tenho aí o pensamento.¹⁷⁰

A organização das salas de exposição do acervo do MHN passou por diversas mudanças durante o período em que Rodolfo Garcia esteve como diretor da instituição. Já não eram mais nomeadas de acordo com as coleções, mas por acontecimentos históricos e personagens. Nesse sentido, Aline Montenegro Magalhães bem observou que “Rodolfo Garcia consolidou a concepção de história do século XIX na prática de escrever narrativas com objetos”.¹⁷¹

Entretanto, foi ao trabalho com acervos bibliográficos que Rodolfo Garcia dedicou maior tempo em seu percurso, tendo sido ele um dos primeiros intelectuais preocupados com a divulgação do Sistema de classificação decimal no Brasil, criado em 1873 por Melvin Dewey, como analisaremos a seguir.

2.4. Classificação bibliográfica e o ofício do historiador

Em 1914, Rodolfo Garcia teve sua tese reprovada no concurso de bibliotecário do MHN. O seu trabalho, intitulado *Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens*, objetivava apresentar para o público brasileiro a sexta edição, e a mais recente no período, da obra de Melvin Dewey, *Classificação Decimal*.

Em sua classificação, Dewey criou um quadro sistemático de matérias, composto por dez classes que correspondiam às grandes divisões do conhecimento humano, que, por sua vez, se subdividiam em dez subclasses e assim sucessivamente, conforme a necessidade de cada grupo. Cabe observarmos que organizações técnicas também partem de determinadas concepções do conhecimento e, no caso, a classificação de Dewey estava atrelada às definições consensuais do período para cada área do conhecimento. A história não foi considerada disciplina autônoma em 1899,

¹⁷⁰ Carta de Pedro Calmon para Rodolfo Garcia, 27 de março de 1932. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.87.

¹⁷¹ MAGALHÃES, 2004, op. cit, p.43.

data da sexta edição, e aparece representada juntamente com a Geografia pelo número nove¹⁷², tendo as seguintes subclasses:

- 9 HISTÓRIA, GEOGRAFIA¹⁷³
- 91 Geografia e viagens
- 92 Biografia.
- 93 História antiga.
- 94 História moderna da Europa.
- 95 História moderna da Ásia.
- 96 História moderna da África.
- 97 História moderna da América do Norte.
- 98 História moderna da América do sul.
- 99 História moderna da Oceania. Regiões polares.

A obra *Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens*, publicada em 1929, no Boletim do Museu Nacional, foi reimpressa em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários com dois objetivos, conforme consta em sua apresentação escrita por Antônio Caetano Dias: Um deles era homenagear o “Rodolfo Garcia Bibliotecário”, como intitulou sua apresentação, pois considerava que a atuação de Garcia como bibliotecário não havia sido convenientemente examinada, e o outro era a atualização da obra. Após relatar algumas das atividades de Rodolfo Garcia como bibliotecário, o autor enfatiza as contribuições do “Diretor da Biblioteca Nacional”:

Teve a oportunidade de tomar algumas iniciativas que viriam a ter reflexos decisivos no desenvolvimento da ciência biblioteconômica em nosso país. Como, por exemplo, a reabertura dos Cursos de Biblioteconomia, logo ao iniciar sua administração, em 1932, interrompidos desde o ano de 1923.¹⁷⁴

O outro objetivo da publicação da tese de Rodolfo Garcia era proporcionar aos bibliotecários e estudantes de biblioteconomia o contato com um trabalho “altamente

¹⁷² Cabe observarmos também que, no Brasil, os cursos universitários de História, com exceção do curso da Universidade do Distrito Federal, eram integrados à Geografia até 1955, quando foram separados atendendo à Lei nº 2.594, de 08 de setembro de 1955, que dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas faculdades de Filosofia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 06 out. 2013. Cf. ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba, Appris, 2012; FERREIRA, M. M., 2013, op. cit.

¹⁷³ GARCIA, R. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: ABB, 1969, p. 23.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 4.

especializado”, pois, segundo Antônio Caetano Dias, os fundamentos históricos e bibliográficos permaneciam válidos para o conhecimento da História das Classificações Bibliográficas. Para compreendermos alguns dos fundamentos dessa tese, apresentaremos pontos nos quais é possível verificar uma preocupação simultânea do autor com a classificação bibliográfica e o ofício do historiador.

Rodolfo Garcia trata inicialmente de algumas formas de organização de livros adotadas antes da elaboração das classificações bibliográficas, momento em que se produziam listas tendo como critério de ordenação elementos como o título ou conteúdo. Rodolfo Garcia observa que as classificações precederam dois séculos ao advento da imprensa e, segundo ele, progrediram de modo simultâneo aos conhecimentos humanos e à indústria do livro. Destacamos esta percepção do autor sobre o progresso paralelo das classificações, da imprensa e do conhecimento humano, pois ela nos ajuda a compreender que, na sua dedicação à organização de acervos no Brasil, houve também uma preocupação em auxiliar o país a alcançar esse progresso ilustrado.

Na sequência do texto, Rodolfo Garcia apresenta diversos sistemas de classificação, seus autores, características gerais e combinações, apontando, assim, a diversidade de formas de organização. Dentre esses sistemas, está o sistema de Otto Hartwig, que, segundo Garcia, apresenta uma proposta interessante, porém, que atenderia apenas às necessidades de uma biblioteca pequena, e o sistema de J. Schwartz, usado nos Estados Unidos da América, que tinha como inconveniente ser alfabeticamente ordenado, pois causava indistinção entre várias obras do mesmo autor, que poderia receber um único número.

Após essas apresentações de outros sistemas de classificação, Rodolfo Garcia atém-se à classificação decimal criada por Melvil Dewey e apresenta suas vantagens, conforme o título da obra indica. Um dos elementos que faz com que o autor perceba esse sistema como o mais adequado para responder às demandas modernas da organização do conhecimento, em consonância com a Conferência Bibliográfica Internacional de 1895, que também o adotou, é a uniformidade que tal classificação possibilitava, podendo ser utilizada em todos os países. Esta classificação não corresponderia apenas às necessidades de acomodação do acervo em uma biblioteca, mas, segundo Garcia, facilitaria a classificação metódica e detalhada das obras.

Ao destacar essa uniformidade, percebemos que o mérito maior da Classificação Decimal de Dewey não estava restrito à organização de acervos nacionais, mas à

possibilidade de inserção deles em uma rede internacional de comunicação científica. O interesse por uma classificação “metódica e detalhada” das obras remete à dedicação de Garcia aos estudos históricos e à promoção do acesso a documentos considerados úteis ao historiador para a escrita da história da nação.¹⁷⁵

Nos escritos de Rodolfo Garcia, é recorrente a noção do documento como material com potencial de completar a história. Partindo dessa perspectiva, quanto maior o número de documentos verdadeiros encontrados pelo historiador e utilizados após serem submetidos ao método crítico, mais lacunas seriam preenchidas até que a História estivesse, nas palavras de Garcia, completamente feita.¹⁷⁶

Grande parte dos letrados que se dedicavam à escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX consideravam possível fazer história com a condição de que houvesse documento; tal critério permanece vigente no trabalho do historiador, no entanto, é a concepção do documento, os procedimentos e seus usos que se alteram. Muitos dos esforços desses letrados voltavam para a busca por documentos inéditos, bem como no trabalho de divulgar os procedimentos críticos a que deveriam ser submetidos.¹⁷⁷

É interessante observarmos ainda na formação de acervos no Brasil, de modo específico o da BN, do IHGB e do MHN, os esforços não se restringem à centralização das informações, mas à escolha de quais informações devem se destacar e divulgar, conforme os interesses de cada momento.

Na tese a respeito do sistema de classificação bibliográfica de Dewey, Rodolfo Garcia cita Ramiz Galvão como modelo e pioneiro entre os letrados brasileiros que contribuíram para a adaptação do Sistema decimal em relação às necessidades do Brasil:

A classificação decimal não cogitou das subdivisões relativas à literatura e História de Portugal e Brasil. Esta lacuna preencheu o ilustrado SR. DR. Ramiz Galvão, quando organizou o catálogo do Gabinete Português de

¹⁷⁵ Henry Rousso aponta que, ao tratar da relação entre o trabalho do historiador e o arquivo, “a utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de „fonte””. ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996, p.86.

¹⁷⁶ No livro *Evidência da História: O que os historiadores veem*, François Hartog também trata dessas relações, tendo como foco principal as diferentes noções e usos da evidência. Nessa investigação, o autor percebe que no século XIX, momento em que a História é entendida como ciência, as “vozes” passam a ser as “fontes” e as “testemunhas” acreditam assemelhar-se aos historiadores. HARTOG, F. *Evidência da História: O que os historiadores veem*. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autentica: 2011.

¹⁷⁷ A respeito dos usos documentais na historiografia brasileira do final do século XIX e início do século XX ver: ANHEZINI, K, 2011, op. cit.; GONTIJO, R. *O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia*. Anos 90, Porto Alegre: 2007, vol.14, n.26, p.41-76; OLIVEIRA, M. G, 2013, op. cit.; SANTOS, P. A. C, 2009, op. cit.

Leitura, pelas necessidades do meio servindo-se do modelo que Dewey instituiu para outros países.¹⁷⁸

Ramiz Galvão formou-se como bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II onde também lecionou, e em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi sócio do IHGB, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor da BN no período de 1870 a 1882 criando o periódico da instituição.¹⁷⁹

Ao estudar *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, Ana Paula Caldeiras percebe que houve nesse período uma transformação da instituição em um espaço de investigação e pesquisa para os que se dedicavam a escrever a história nacional. Tal transformação é entendida de maneira vinculada à concepção de Ramiz Galvão a respeito da função de bibliotecário, como se denominava no período também o que ocupava o cargo de diretor: “desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas” tais ações sintetizam, segundo Caldeias, as principais atribuições de um bibliotecário, para Ramiz Galvão.

Esforços para cumprir essas ações são perceptíveis em sua obra mencionada na citação acima, de autoria de Rodolfo Garcia: *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro: segundo o sistema e classificação decimal de Dewey*, publicada em 1906, em que há considerações técnicas sobre as diversas vantagens da classificação decimal para as bibliotecas buscando apresentar sua aplicação prática.

Observamos que até início da década de 1930, letrados que trabalhavam no âmbito da organização de acervos no Brasil, em sua maioria, não possuíam formação específica para o desempenho da função, mesmo que a partir de 1935 na BN, os novos concursados da instituição tenham sido obrigados a portar o diploma. Da mesma forma, os que ministraram as disciplinas do Curso de Museus e Biblioteconomia nos primeiros anos dos cursos eram autodidatas, frequentemente chefes da seção correspondente à disciplina.

Pensando de modo especial a respeito da formação acadêmica desses que lecionaram no Curso de Museus entre 1932-1933, e no de Biblioteconomia no período entre 1932-1941, como Rodolfo Garcia, Edgar de Araújo Romero, Joaquim Menezes de Oliva, Pedro Calmon e Gustavo Barroso eram formados em Direito. Constâncio

¹⁷⁸ GARCIA, R. 1969, op. cit, p.30.

¹⁷⁹ GUIMARÃES, L. M. P. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

Antônio Alves formou-se em Medicina e João Anyone Costa cursou-a durante dois anos, já Mario Behring graduou-se em Engenharia Agrônômica. Assim, percebemos que os intelectuais dedicados a formar profissionais para organização de acervos no Brasil pertencem a diversas áreas do conhecimento. Talvez Maria da Glória Oliveira nos indique caminhos mais profícuos para essa análise em seu artigo: *Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*, quando afirma que “não seria fortuito que no Brasil oitocentista, os homens de letras e de ciências compartilhassem os espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir o passado nacional”.¹⁸⁰ Mais do que deixar seus ofícios de formação pela organização de acervos, percebemos que a investigação para apurar a verdade do passado nacional não só permeou os esforços de profissionais de áreas de formação distintas, como os impeliu à constituição de um novo saber, para formar especialistas no trabalho com acervos. Nesse sentido, o Curso de Biblioteconomia mobilizou diversos saberes, considerados até então como auxiliares da história, que, no entanto, passam a compor o ensaio de sua autonomia.

O desempenho da Medicina, área de formação de Galvão e de diversos homens de letras que compuseram o corpo docente do Curso de Museus e Biblioteconomia, requeria investigação em várias etapas de suas práticas, como no caso da identificação de sintomas para elaboração de um diagnóstico. A investigação também era prática fundamental nas inúmeras possibilidades de atuação do Direito, como por exemplo, na análise de um processo e das provas da argumentação das partes envolvidas. Quanto ao estudo do passado nacional, requeria investigação minuciosa dos fatos históricos, por se tratar de um conhecimento indireto em que a forma de chegar ao fato, compactuada pelos que se dedicavam a escrita da história no Brasil em fins do século XIX e início XX, era por meio do documento.¹⁸¹ Ao investigar o passado, não só se partia do

¹⁸⁰ OLIVEIRA, M. G. *Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*. *Rev. Bras. Hist.*, v. 30, n. 59, São Paulo, 2010, p.47.

¹⁸¹ No ensaio intitulado *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, Carlo Ginzburg aproxima a produção do conhecimento histórico de outras formas de percepção da realidade nas quais vestígios, indícios e detalhes tomam lugar central nas estratégias de investigação. Partindo dos artigos publicados pelo autor Giovanni Morelli, a respeito de um novo método de atribuição de autoria para as artes plásticas, Ginzburg descreve a emergência de um paradigma indiciário, por volta do século XIX. Morelli defendeu que para atribuir corretamente à autoria de uma obra não assinada ou retificar atribuições equivocadas, era preciso examinar os “pormenores negligenciáveis” como “os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés”, ao invés de atentar-se às características mais gerais, como a escola que o pintor pertencia, ou a uma posição recorrente dos personagens em seus quadros. À medida que Ginzburg trata da oposição do modelo galileano a esse paradigma, por sua natureza conjectural, problematiza a pretensão ao racionalismo presente nas ciências modernas, na qual o conhecimento individual deve ser submetido às regularidades. A busca pela impessoalidade na análise das fontes também é um dos princípios metódicos,

documento, mas com a aquisição de maior número possível do material; após dar a eles o tratamento adequado, esperava-se alcançar a completude da história. O trabalho com acervos também requeria investigação, seja para classificar, restaurar, produzir descrições dos acervos ou vigiá-los.

Desse modo, mesmo considerando as especificidades de cada ofício, percebemos que a busca pela verdade do passado, pelo verdadeiro culpado de um crime ou ainda pela causa real de uma enfermidade, estando elas explícitas ou implícitas, bem como a datação de determinado objeto museológico ou o trabalho na discriminação de uma coleção da BN, exigiam esforços análogos no que se refere às indagações pormenorizadas e comprovações. Desse modo, retomamos a questão que motivou esse texto: a formação de especialistas para o trabalho com acervos, perguntando: que especialistas planejou-se formar no Curso de Museus e de Biblioteconomia, na década de 1930? Especialistas cujos saberes impelisses a investigação para a produção ou aplicação de um conhecimento, que facilitasse o acesso a ele, principalmente por meio da organização dos acervos, e que dominassem as técnicas necessárias para conservá-los e restaurá-los, tornando-se assim, profissionais para a ilustração nacional do ponto de vista institucional e simbólico. Enfim, buscamos demonstrar, por meio do material analisado nesse capítulo, que os fundamentos do trabalho de Rodolfo Garcia e seus pares com acervo e os saberes acionados para constituição da formação biblioteconômica na BN e museológica no MHN não eram simplesmente pragmáticos, mas permeados pelos pressupostos teórico-metodológicos daqueles que forjaram a identidade desses cursos.

porém, na escrita dos letrados brasileiros que partilhavam dessa concepção é possível identificarmos também vínculos com o paradigma indiciário, pois o faro e a intuição em relação à mentira, bem como uma percepção atenta aos detalhes que confirmariam a credibilidade de um documento, eram tidas como características fundamentais para aqueles que desempenhavam o ofício de historiador. GINZBURG, C. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____ *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e História. Tradução Federico Corotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.143- 179.

3. Práticas de um erudito em tempos de entremeio

Um dos modos de Rodolfo Garcia colaborar com a complexa tarefa de modernizar o país foi empenhando-se na constituição dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia no Brasil na década de 1930, conforme analisamos no capítulo precedente. O interesse que nutriu pelo passado nacional tornou-se a motivação principal para essa tarefa. Muitos dos materiais integrantes de acervos, como os da Biblioteca Nacional (BN), foram considerados por ele como “peças” com potencial para preencher as lacunas da história do Brasil, área do saber que, como a Museologia e a Biblioteconomia, iniciava um longo processo de profissionalização.

O interesse desse erudito pelo passado nacional não era algo casual, como dos que caminham tranquilamente pelas bibliotecas admirando a idade avançada dos livros enfileirados e as “marcas do tempo” nos códices manuscritos. Tratava-se de um interesse transformado em missão¹⁸² que impulsionou Garcia, e muitos de seus pares, a conciliar o trabalho remunerado como funcionário público, enquanto diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1932, e da BN, entre 1932-1945, com as atividades de um historiador de ofício. A busca por modernizar também os estudos históricos, pautada em elementos como a curiosidade, o compromisso com a divulgação dos materiais da BN e o prazer em compartilhar seu saber erudito, motivou Rodolfo Garcia a embrenhar-se pelo interior dos documentos e, nesse percurso investigativo, identificar “peças” legítimas, que, após serem submetidas à crítica metódica, pudessem auxiliar na escrita da história do Brasil.

Nesse capítulo, adentraremos nas atividades de Rodolfo Garcia como editor¹⁸³ de documentos, por meio da obra *Escritos Avulsos*,¹⁸⁴ na qual foram publicadas vinte e

¹⁸² Situando suas análises na Primeira República, Nicolau Sevcenko sinaliza alguns dos sentidos do comprometimento na produção de escritores, como Euclides da Cunha e Lima Barreto, em meio a um processo intenso de transformação política e social do Rio de Janeiro, do qual se sentiam protagonistas. Já Rodolfo Garcia voltou seu ofício para os estudos históricos que, naquele período, buscava estabelecer fronteiras rígidas, mas também controversas, com a literatura. Nas décadas posteriores, em 1930 e 1940, Garcia circulou pelos mesmos lugares de sociabilidade do Rio de Janeiro que esses personagens e viveu as transformações vertiginosas da cidade. Mais importante que isso, compartilhou com esses homens de letras o compromisso com a “modernização das estruturas da nação, com sua devida integração na grande unidade nacional; e a elevação do nível cultural”. Portanto, a leitura dessa obra possibilita aproximações da missão de que Garcia se sentia-se parte com a desses literatos da belle époque. NICOLAU, S. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.97.

¹⁸³ Dialogando com a conferência do filósofo Michel Foucault *O que é um autor?*, Roger Chartier problematiza o funcionamento do que o filósofo designou como “função-autor”, acrescentando uma análise que percebe os mecanismos de autoridade estabelecidos sobre um texto em sua ligação intrínseca com os suportes que o veiculam. Segundo Chartier, desde a alta Idade Média a forma mais recorrente de

quatro “Explicações” escritas por ele entre 1932 e 1945. A função desses textos era apresentar os conjuntos documentais escolhidos para publicação nos *Anais da Biblioteca Nacional*, dentre os materiais disponíveis no acervo da instituição. Nos gestos de localização, seleção, reunião e leitura crítica desses textos, Rodolfo Garcia não só constituiu arquivos e alterou seus estatutos para torná-los conjuntos documentais, como também fez prescrições metodológicas a respeito de como os pesquisadores deveriam lê-los e tratá-los. Portanto, investigaremos o papel do editor na validação do conhecimento histórico por meio dos procedimentos metódicos praticados nas “Explicações”, assim como a ênfase dada ao papel da BN, enquanto promotora de uma cultura nacional ilustrada, verificando, ainda, a recepção que esses textos tiveram entre seus pares por meio das correspondências, naqueles tempos de entremeio.¹⁸⁵

3.1. Reunir e editar documentos: uma missão entre “os vagares do ofício”

O ilustre Sr. Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, alto funcionário do corpo diplomático brasileiro, a exemplo de Varnhagen e de Oliveira Lima, tem sabido ocupar os vagares do ofício em úteis pesquisas nos arquivos estrangeiros para a aquisição de documentos que possam interessar à história do Brasil.

Com esse elogio, Rodolfo Garcia inicia a “Explicação” ao conjunto documental publicado no sexagésimo primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1939, intitulada *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi, da corte de Lisboa para a do Rio de Janeiro (1808)*. Sua narrativa segue tratando dos arquivos estrangeiros que o ministro plenipotenciário do Brasil, Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo (1879-1947), visitou e da divulgação de documentos que contribuíram para o conhecimento do passado nacional, possibilitada por ele. Ao destacar essa iniciativa de

livros eram aqueles que reuniam diversos textos em um único suporte material. Para tanto, entra em cena o que Chartier denomina função leitor, que se aplica aos que reuniram os textos dispersos para compor o livro, bem como a função copista, atribuída aos que copiavam os textos selecionados para tornar-se livro. Após a invenção de Gutenberg, as diversas operações que constituem um livro impresso sinalizam também para o papel do editor entre esses inúmeros autores que estabelecem a ordem dos livros, pois, “para “erigir-se autor”, escrever não é suficiente; é preciso mais, fazer circular as suas obras entre o público, por meio da impressão”. As considerações de Chartier nos convidam a análise das convenções que governam a ordem dos livros no período em que Garcia atuou como historiador/editor, desde os critérios para a escolha dos documentos publicados até os investimentos em orientar a leitura do material através das “Explicações”. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 45.

¹⁸⁴ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit.

¹⁸⁵ Ver: HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autentica: 2013.

aquisições de documentos, Rodolfo Garcia assinala-a como um caminho já percorrido por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), que também ocuparam os “vagares do ofício” como diplomatas, na busca desses materiais¹⁸⁶. Com a menção ao Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, no início da “Explicação”, Rodolfo Garcia cumpriu o preceito metódico da indicação da procedência e confiabilidade do documento. Veremos que, no decorrer desses textos, Melo não foi o único doutor a quem Garcia agradeceu por ceder cópias dos materiais à BN, afinal, reunir documentos e ampliar o acervo da instituição não eram tarefas para serem cumpridas de forma solitária.

Os documentos que apresentou nas “Explicações” não foram coletados durante viagens, como fizeram Varnhagen, Melo e Oliveira Lima quando visitaram os arquivos europeus, mas, principalmente, por meio de cópias concedidas pelos pares à BN e nos materiais já contidos em seu acervo. Assim, a correlação da carreira de Rodolfo Garcia com os diplomatas que elogiou pode ser identificada justamente na ocupação dos “vagares do ofício” como diretor da BN: nos estudos históricos.

Sem sair de seu gabinete da BN, Rodolfo Garcia narra o percurso desses materiais e viajava no passado por meio de seus conteúdos, trazendo nas malas algumas prescrições para distribuir aos interessados durante o trajeto. Esse lugar, por vezes “complementar”, que o ofício de historiador ocupou no cotidiano desses letrados, desde o final do século XIX até as décadas iniciais do século XX, pode sugerir, a princípio, que se tratava de uma atividade secundária.¹⁸⁷ No entanto, esse *métier* do historiador esteve associado de tal forma às profissões reconhecidas e remuneradas do período que garantia o exercício de algumas delas. Nesse momento, em que a formação da nacionalidade estava em pauta, escrever história era um dos caminhos para tornar-se

¹⁸⁶ Enfocando as relações mantidas entre Brasil e Estados Unidos na virada do século XIX para o XX, Teresa Maria Malatian analisa as relações estabelecidas entre os ofícios de Oliveira Lima enquanto diplomata e historiador. A autora aponta as questões relacionadas à identidade da nação e seus contornos geográficos como fio condutor dos estudos de história diplomática, que tendo como matriz articuladora o Itamaraty, buscavam justificar e legitimar os interesses do Estado republicano. MALATIAN, T. M. Oliveira Lima nos Estados Unidos. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez. 2008, p. 497-507.

¹⁸⁷ Essa percepção da brecha como momento de produção de história, especialmente até os anos 1940, partiu das colocações de Angela de Castro Gomes. Ao questionar “quando” e “em que” circunstâncias os textos históricos eram produzidos”, a autora aponta que, em muitos casos, os estudos históricos estavam intrinsecamente relacionados ao exercício profissional de seu produtor, mas o contrário também ocorria. Ao desempenharem funções paralelas na política e jornalismo, alguns obtinham nessas atividades inspirações que contribuíam na escrita da história. Assim, nas diversas combinações possíveis das atividades, o *métier* do historiador era considerado por muitos “um verdadeiro coroamento da trajetória intelectual de um autor”. GOMES, A. C, 1996, op. cit., p. 76-77.

representante da ilustração.¹⁸⁸ Para tanto, a edição de documentos tornou-se fundamental à medida em que apontava o que e como escrever a respeito da história do Brasil.¹⁸⁹

Alguns dos textos que Garcia escreveu nessa tarefa de editar documentos foram reunidos e publicados pela Divisão de Publicações e Divulgação da BN, chefiada por Wilson Lousada na década de 1970, com o intuito de homenagear o historiador/diretor pelo centenário de seu nascimento em 1973. Na apresentação desse volume, intitulado *Escritos Avulsos*, Lousada justifica a escolha:

E foi a partir da constatação dessa unidade de objetivos entre o historiador e o administrador, entre o editor e o introdutor e anotador dos *Anais*, que a Biblioteca Nacional decidiu-se pelo tipo de homenagem que lhe prestaria em 1973, centenário de seu nascimento, reunindo em volume, na coleção que leva seu nome, os trabalhos que Rodolfo Garcia escreveu e publicou enquanto Diretor desse órgão, e enquanto responsável pela sua atividade editorial. Evidentemente, assim balizado o terreno e focado o objetivo previsto – unir o historiador Rodolfo Garcia e o Diretor da Biblioteca Nacional – o restante de sua atividade intelectual, que ainda se prolonga em outras áreas, como a da lexicografia, por exemplo, estaria fora de nossas cogitações, fosse qual fosse sua importância ou seu interesse cultural.¹⁹⁰

Certamente, as preocupações do Garcia historiador e do Garcia Diretor não foram dissociadas. Em muitos casos, as atividades do Garcia Diretor responsável por inúmeras questões burocráticas, como a contratação de pessoal ou a aquisição de bibliografias por meio de permutas entre bibliotecas, foram viabilizadas por amizades constituídas na afinidade comum com a história. No entanto, a constatação de que as pesquisas a respeito de história foram feitas por Garcia e diversos letrados daquele período nas “brechas” de outras atividades, nos instiga a pensar no lugar ocupado, nas primeiras décadas do século XX, por essa área do conhecimento com poucas fronteiras

¹⁸⁸ Maria Helena Capelato aponta que o Estado brasileiro, ao integrar os intelectuais à máquina burocrática durante os anos 1930, buscou efetuar seus projetos políticos contando com pequena parte da população. Desse modo, restringiu a participação de muitos na esfera política. Ver: CAPELATO, M. H. R. “Estado Novo: novas histórias.” In: FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998.

¹⁸⁹ Ao tratar das mudanças ocorridas nas organizações políticas e instâncias de produção cultural, bem como nas modalidades de acesso a elas, Sergio Miceli pontua que entre os anos de 1930 e 1945 já não bastava cultivar afinidades com os representantes do poder para garantir a entrada ou permanência no mercado de trabalho, nem mesmo o diploma universitário funcionava como garantia. Era preciso adequar-se à execução de tarefas cada vez mais especializadas. Nesse sentido, Rodolfo Garcia colaborou com as táticas dos letrados que buscavam inserir os estudos históricos nesse movimento de especialização. A divulgação de documentos históricos que orientassem quais as possibilidades e prioridades de pesquisa nessa área do saber foi uma dessas atividades. Como vimos no capítulo anterior, áreas que auxiliavam na classificação e disponibilização desses materiais também receberam atenção desses letrados através da constituição de cursos destinados a formar especialistas para o trabalho com acervos. MICELI, S, op. cit.

¹⁹⁰ LOUSADA, W. “Apresentação”. In: GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., [sem paginação].

delimitadas, mas tão recrutada em função de interesses nacionais. Por meio da pesquisa e escrita da história, não sem disputas, é que esses letrados atarefados buscavam definir essa área do saber.

Os esforços de Rodolfo Garcia na demarcação de uma maneira correta para tratar os documentos e escrever a história, realizados nas “Explicações”, foram orientados pelas diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu, principalmente no que se refere à edição documental.¹⁹¹ Além disso, os vínculos entre o Garcia diretor e o Garcia historiador destacam-se nessa atividade através dos investimentos presentes nesses textos para reafirmar a memória da BN como instituição voltada para a preservação e divulgação de materiais raros, a respeito da história do Brasil e das mais diversas áreas do conhecimento.

A “absoluta raridade” do livro *Catecismo Kiriri*, de autoria do Padre Luiz Vincencio Mamiani, foi destaque na introdução que Rodolfo Garcia escreveu para esse estudo filológico que está entre os quatro trabalhos dessa natureza publicados nos *Escritos Avulsos*. A possibilidade de divulgá-lo pelos *Anais*, em 1942, foi atribuída ao “erudito Professor” Luís Camilo de Oliveira Neto, que, no curso de suas pesquisas, localizou e fotografou o exemplar em Roma, na Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele. Entretanto, comentários a respeito da existência do material no acervo da BN, quase duas décadas antes, aborreceram Rodolfo Garcia:

Em relação ao *Catecismo*, conforme ficou assegurado a Biblioteca jamais o possuiu. É, portanto, falsa e lamentável, por implicar a boa fama da repartição, a afirmativa em contrário de certo escritor cearense, que diz ter nela consultado muitas vezes, em 1923, um exemplar, que em 1928 desaparecera. Essa fantasia, ou coisa que nome mais apropriado tenha, vem candidamente reproduzida no *Journal de la Société des Américanistes*, e é mister que fique de uma vez desmascarada.¹⁹²

Nesse desabafo distinguimos duas “vozes” do mesmo personagem, a de Garcia historiador que almeja alcançar a verdade histórica e, para isso, sente-se incumbido de “desmascarar fantasias”, mas também do gestor que não quer ver seu nome manchado pelo sumiço de uma obra e que, por isso, reafirma seu compromisso com “a boa fama” da BN, associada à vigilância e à conservação de seu acervo. Tal compromisso foi incorporado também na formação disponibilizada pelo Curso de Biblioteconomia da

¹⁹¹ A respeito dos desdobramentos do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu que, desde o final do século XIX, apontou a pesquisa documental e a escrita de “monografias conscienciosas” como prioridades, ver: OLIVEIRA, M. G, 2013, op. cit.

¹⁹² GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.228.

instituição, quando promove um perfil de bibliotecário guardião, conforme verificamos no capítulo anterior.

Os *Anais* da BN que eram enviados como permuta para bibliotecas nacionais e internacionais pareceram-lhe o melhor suporte para reafirmar a credibilidade da instituição como guardiã de um acervo representativo da ilustração nacional. Dois anos depois da publicação do *Catecismo*, Rodolfo Garcia ainda recebia solicitações de interessados no volume. Tomás Pompeu Sobrinho (1880-1967), que dirigiu o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará desde 1938 até o ano de seu falecimento, foi um dos que escreveu para Garcia com esse intuito:

Recentemente soube que V. S.^a havia patrioticamente dado uma edição especial do *Catecismo Kiriri*, do P. Vincencio Mamiani, obra raríssima, existente na Biblioteca Nacional, que V.S.^a tão sabiamente dirige. Como tenho especial empenho no conhecimento da língua Cariri e na antropologia desses índios nordestinos, agora extintos, e dos quais me tenho, em várias publicações, ocupado, peço a V. S.^a o especial obséquio de remeter-me um exemplar do *Catecismo*, devendo correr por minha conta tôdas as despesas, inclusive custos. Junto, remeto a V. S.^a um exemplar de nossa última publicação “Os Crânios da Gruta de Canastra”, separata da Revista do Instituto do Ceará.¹⁹³

Engenheiro de formação pela Escola de Engenharia de Ouro Preto, Sobrinho trabalhou no Departamento Nacional de Obras contra as Secas, DNOCS, e dedicou-se ao estudo da história, geografia, antropologia e arqueologia. Nesse caso, a dedicação às chamadas ciências humanas não foi isolada, auxiliando-o na composição de projetos desenvolvidos enquanto engenheiro no combate a seca e a outros problemas ambientais do nordeste.¹⁹⁴ Sobrinho buscou mapear aspectos históricos, geográficos, antropológicos e arqueológicos e, com a autoridade desses saberes difíceis de delimitar naquele período, procurou definir quem era o nordestino e quais eram suas necessidades. Em mãos de letrados como ele, os documentos editados por Rodolfo Garcia ganhavam função prática, tão cara aos que, durante o Estado Novo, uniam-se na missão de civilizar e sanar os problemas da nação.

Mas nem só o destaque de um patrimônio bibliográfico publicado poderia conceder o destaque desejado para a imagem da mais antiga instituição cultural do país.

¹⁹³ Carta de Tomás Pompeu Sobrinho para Rodolfo Garcia, 24 de abril de 1944. In: DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.146.

¹⁹⁴ Alguns dos livros de Sobrinho são: POMPEU SOBRINHO, T. Orientação científica na luta contra as secas. *Revista Instituto do Ceará*, T. LXI I, 1958; _____ *História das Secas – Século XX*. Monografia nº23, v. 29. Fortaleza: Coleção Instituto do Ceará, Ed. A. Batista Fontenele, 1953; _____ *Pré-História Cearense*. Monografia nº 3. Fortaleza: Coleção Instituto do Ceará. Ed. Instituto do Ceará, 1 955; _____ *Manual de Antropologia*. Vols. I e 1 1 . Imprensa Universitária do Ceará, 1961.

Desde a direção de Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, em 1876, a publicação desses volumes eram também oportunidades de apresentar modos de pensar da BN, que não se compunha independentemente, mas pela reafirmação de uma partilha de pensamentos entre seus membros.¹⁹⁵ Portanto, dar visibilidade a alguns dos que colaboraram na sua constituição e manutenção, especialmente através de homenagens, foi outro modo de promover uma imagem da instituição.

Assim, Rodolfo Garcia designou a publicação do *Catecismo Kiriri* como o cumprimento de uma promessa que tinha mais de seis décadas. Seu autor foi “o eminente bibliotecário” Ramiz Galvão que a deixou em aberto, pois a BN não dispunha desse exemplar: “Cumpre-se assim, mercê do alto espírito de cooperação daqueles prestantes amigos da Biblioteca Nacional, o pium desiderium de Ramiz Galvão”.¹⁹⁶

Publicar cartas de um bibliotecário que veio de Lisboa para o Rio de Janeiro na fragata Princesa Carlota, em 1811, “com as velas avariadas, as cordas podres e tripulação imprestável”, foi também uma tentativa de entrelaçar o “espírito de cooperação” de um dos primeiros funcionários da BN, que acompanhou a segunda remessa do acervo da Biblioteca Real da corte portuguesa para o Brasil, com a história da instituição. Nas palavras do editor, publicar as cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, no centenário de sua morte, “equivale a uma homenagem da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a um dos seus primeiros funcionários em ordem cronológica, que nelas deixou subsídios apreciáveis para a história da instituição.”¹⁹⁷ Rodolfo Garcia identificou nos escritos do homenageado “uma ilustração geral apreciável” e uma “cultura de humanidades muito acima da comum craveira”, atributos que, enquanto erudito, considerava necessários em qualquer formação, especialmente na do bibliotecário que, naquela publicação comemorativa representava também a ilustração da instituição.

Porém, elogiar o saber da testemunha não bastava para provar a credibilidade da fonte. Rodolfo Garcia trata, então, da forma de escrita encontrada nas cartas e alerta os historiadores da subjetividade que as permeia:

¹⁹⁵ Mary Douglas discute em que medida os pensamentos individuais estabelecem uma relação de dependência com os pensamentos institucionais. A autora aponta que as instituições não “pensam” por si só, no entanto, possuem autoridade para conferir unanimidade, pois conforme indivíduos constituem essas instituições, deixam moldar suas ideias para chegar a consensos que legitimem tais instituições, onde tomam as grandes decisões. DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam?*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

¹⁹⁶ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.226.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 41.

O epistológrafo era em geral bem informado, e transmitia a seu pai o que ouvia dizer por pessoas fidedignas de que se acercava; se as vozes não se confirmavam, tratava logo de inutilizar o que antes escrevera. Os comentários que faz em desabono deste ou daquele indivíduo, deste ou daquele fato, não podem exprimir a verdade ou a justiça, e efetivamente não exprimem muitas vezes, porque, como todo homem, tinha paixões e preferências, e era manifesto seu respeito, mas não excluem a vantagem de chamar a atenção do historiador para tais fatos e indivíduos, no sentido de tê-los sob a reserva, que se impõe.¹⁹⁸

De acordo com os princípios da moderna crítica histórica, os fatos do passado deveriam ser contados a partir da prova, caso não houvesse outra fonte para confrontar, chamada de contraprova. Diante de tal princípio, Garcia buscou pontuar a confiabilidade dos escritos de Marrocos porque narrava somente o que ouvia de “pessoas fidedignas”, porém, se a contraprova vinda de outras vozes não confirmasse a primeira, o bibliotecário “inutilizava” depressa os fatos contados anteriormente, como deveria ser, pois informações tidas como mentirosas não teriam nada para contribuir na escrita da história. No entanto, os historiadores que tomassem as cartas de Marrocos como fonte, deveriam ficar em alerta quanto às paixões e preferências do remetente, que comprometiam a “verdade ou a justiça”. Esses últimos elementos tornam-se significativos para a compreensão do compromisso do historiador na concepção de Garcia. Estava nas mãos desses pesquisadores, interessados pelo passado, ler suas provas com neutralidade. A falta da verdade no estabelecimento dos fatos, além de disseminar mentiras, estabeleceria uma relação de injustiça com os sujeitos do passado.

Para Garcia, um tanto injusta pareceu a antipatia com que Marrocos narrou o Brasil, o Rio de Janeiro e sua gente. Este era o país de seu degredo, com “animais feios e muitos”, gente vaidosa, soberba, e com moleza até no falar. As comidas brasileiras, como o quitute de carne seca de Minas Gerais com farinha de pau e feijão preto, eram cozidos e amassados com o dedo, os quais por fim eram lambidos. Segundo o lisboeta, nauseavam. Ele apresentou muitas das queixas de Marrocos, mas, simultaneamente, buscou explicar as circunstâncias e justificar seu conteúdo por meio das doenças que portava. Possivelmente, concordava com diagnósticos como os de Macunaíma, o anti-herói de Mário de Andrade: “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são”, acrescentando ainda a “aspereza do clima do Rio de Janeiro” entre as mudanças enfrentadas por Marrocos.

¹⁹⁸Ibidem, p. 35.

Saber que Marrocos era um indivíduo doente deveria tornar seus leitores compreensivos em relação à irritabilidade e mau humor do lisboeta, pois eram as características clínicas das terríveis hemorróidas que sofria. Por volta de agosto de 1813, em uma das crises da doença, Garcia narra que Marrocos foi consultar um padre entendido em medicina, chamado Teixeira, da casa da Duquesa de Cadaval, que lhe prescreveu a seguinte receita também copiada “*ad pedem litterae*” por Garcia:

Hum frango inteiro sufocado, com o sangue, penas e tudo, posto ao lume em hua panela a cozer com meia canada dagoa: depois de cozido, e bem delido, coar a dita agoa, quando estiver em porção de hum quartilho, expremmer o mesmo frango n’hum pano forte; dividindo a dita agoa ou caldo em duas porções iguais para dous dias, se tomará huma ajuda com huma porção morna, juntando-se-lhe hua colher de sopa de assucar refinado, e outra dita de banha de flor de laranja.¹⁹⁹

Assim, como a doença foi tomada como um dos elementos representativos na constituição de retratos do Brasil, nos quais se enfatizava as mazelas de origem, os textos médico-higienistas e os discursos de outros atores sociais das três primeiras décadas do século XX também propunham alternativas, muitas delas culturalmente invasivas, para saná-las.²⁰⁰ Na narrativa de Garcia, a doença serve como elemento explicativo de um mau comportamento de Marrocos com seu destinatário e o alívio atribuído à receita do padre Teixeira demarcou uma metamorfose tida como positiva em sua vida. Mas, mesmo se a doença de Marrocos não fizesse com que o leitor redimisse seu mau humor, Garcia apresentou ainda outro argumento, dessa vez pautado na tipologia documental:

Depois, há que convir, em seu favor, que estas cartas não eram, como pasquins, endereçadas à publicidade, mas à família, ao limitado círculo doméstico, de onde não deviam passar: se chegaram ao conhecimento dos pósteros, não foi, evidentemente, por vontade ou culpa sua.²⁰¹

Garcia trata das especificidades da correspondência familiar, escrita geralmente em uma linguagem coloquial, como elemento fundamental para a compreensão da

¹⁹⁹ Ibidem, p.30.

²⁰⁰ Para uma análise da “versão do Brasil doente”, construída especialmente pelos higienistas em textos literários e de divulgação, bem como da presença desse discurso na chamada fase de institucionalização das ciências sociais no Brasil, ver: LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000200007>. Acesso em 14 Mar. 2015.

²⁰¹ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.30.

escrita de Marrocos; no entanto, esse reconhecimento não significou igualar sua importância em relação às chamadas fontes oficiais. Em alguns momentos, as cartas de Marrocos pareciam funcionar, para Rodolfo Garcia, como prova a respeito do período de transição entre a colônia e o império independente, apenas porque esse recorte temporal contava com poucas contraprovas: “Não são de molde a alterar a história do período a que se referem; mas, como essa história ainda não está completamente feita, é mais que certo que lhe hão de trazer contribuições não desprovidas de valor.”²⁰²

Garcia buscou difundir as regras metódicas que atribuem estatuto prioritário ao documento oficial, mas isso não significou aplicá-las em todo momento. Afinal, era preciso completar a história, o que requeria adequar as regras aos documentos que estivessem ao alcance. Diante disso, certo desdém em relação ao valor das cartas enquanto fonte dá, em seguida, lugar à apresentação de um conteúdo epistolar audacioso e singular por alcançar os “bastidores”:

Muitas novidades e miudezas nelas se encontram, ao par de muito mexerico, não da espécie daquele que fez com que Portugal perdesse a Índia, como disse o Conde de Ficalho, - mas o mexerico noticioso, informativo, que, com o tempo, serve para alumiar os desvãos da história, mais útil muitas vezes do que o documento oficial, pragmático e circunspecto por sua natureza.²⁰³

Se, por um lado, o diálogo privado de Marrocos com a família poderia servir para “alumiar os desvãos da história”, por outro, a utilização de expressões “chulas ou brejeiras” desconfortou o editor, levando-o a justificar, mais uma vez, o remetente, ao atribuir esse tipo de linguagem ao velho gosto português que, no entanto, não “arrepriavam a sensibilidade de pessoas bem educadas” no período em que foram escritas. Assim, o editor demarcava a importância de uma linguagem formal nas fontes, pois também a história deveria ser escrita polidamente. No entanto, a crítica documental não poderia adotar um extremo rigor a ponto de cometer anacronismos e desconsiderar as características próprias de cada tipologia documental, especialmente quando serviriam para pesquisas a respeito de um período lacunar. Assim, em contraposição às “irreverências” momentâneas da forma de escrita de Marrocos, Rodolfo Garcia destaca a maneira respeitosa, polida e cortesã com que ele se referia à família real. As informações a respeito desses personagens da corte portuguesa, que se configuraram como um testemunho de conduta, parecem ser para Garcia a grande utilidade das cartas.

²⁰² Ibidem, p.34.

²⁰³ Ibidem, p.34-35.

As atividades físicas que D. João praticava e as festas que frequentava, assim como a verminose de D. Miguel e as febres de D. Pedro de Alcântara compunham a pauta das cartas de Marrocos. Os mexericos a respeito de D. Carlota Joaquina ganharam ainda mais ênfase, chegando a serem considerados por Garcia como obra de caridade, pois, segundo ele, os episódios narrados por Marrocos a respeito dela “muito diz em crédito de seus bons sentimentos postos em dúvida pela maioria dos historiadores.”²⁰⁴

Desse modo, Garcia destaca Marrocos como testemunha confiável, porque presenciou o cotidiano da princesa, em oposição à “maioria dos historiadores” que não estiveram com ela. Ao inquirir as testemunhas a respeito do caráter de D. Carlota Joaquina, Garcia privilegiou aquele que ocupou a posição de observador do fato pela visão, em detrimento de alguns historiadores que, possivelmente, observaram somente a partir de fontes documentais. Não se trata de uma rejeição da certeza do documento como única forma de escrever história, mas da identificação da verdade histórica no chamado documento “primário”, no qual a visão ganhou efeito de evidência.²⁰⁵ Ao encaminhar sua argumentação, sempre em busca da verdade histórica, Garcia aponta alguns caminhos e desaprova outros, compondo, ao longo das apresentações, propostas metodológicas para as diferentes tipologias documentais publicadas nos *Anais*. Se as edições documentais foram um dos espaços textuais privilegiados para a constituição e divulgação de um corpo de regras para a pesquisa histórica,²⁰⁶ esse corpo de regras não deixou de tornar-se pauta em diversas correspondências nas quais os letrados partilhavam de suas aspirações em relação ao conhecimento histórico, seja como alerta para segui-lo ou como lamentação pelas produções que padeciam por “falta de tirocínio metodológico”, como fez o sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico, Clemente Brandenburger (1879-1947), na resposta dada a uma carta recebida do amigo Garcia:

²⁰⁴Ibidem, p.36.

²⁰⁵François Hartog, no livro *Evidência da História: o que os historiadores veem*, apresenta questões inspiradoras para uma análise do papel da evidência na história, tratando de como se dão as configurações entre ver e saber. Tais discussões auxiliam também na compreensão da dedicação de Rodolfo Garcia na organização de acervos e edição de documentos, de modo específico quando Hartog analisa o lugar da evidência na historiografia moderna. O autor aponta que a exigência da facilidade de acesso aos arquivos está associada ao que eles representam: a memória da nação. HARTOG, F, 2011, op. cit.

²⁰⁶Pedro Afonso Cristovão dos Santos problematiza o trabalho de Capistrano de Abreu com documentos históricos, apontando que “a tradição de anotação em edições de textos andou lado a lado com o estabelecimento de um corpo de regras, algumas implícitas, outras explícitas, da erudição histórica.” SANTOS, P. A. C, 2009, op. cit., p.135. Dentre as diversas pesquisas que tratam do trabalho de Capistrano de Abreu na publicação metódica dos documentos, destacamos ainda: OLIVEIRA, M. G. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v., p. 216-239; _____ *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Op. cit.

O que diz sôbre a leviandade, com que uns copiam os outros, é muito justo. Quanto desespero já me causou êste péssimo costume! Muitas vêzes reparo com uma data ou com a narração dum fato, que não me parece exata. Nem sempre é uma dúvida mas apenas um faro, um instinto, que me manda rever a cousa. Consulto um autor, o segundo, o terceiro e sempre encontro o mesmo. Só depois de muita pesquisa dou com a fonte comum de todos e com o êrro. Quantos erros de cópias ou de tipografias têm sido perpetuados, porque quase ninguém se dá o trabalho duma verificação, frequêntemente bastante fácil! Em grande parte devemos considerar tal leviandade uma conseqüência da falta de tirocínio metodológico. Talvez a Faculdade de Filosofia e Letras introduzirá na nossa vida intelectual êstes conhecimentos metodológicos, indispensáveis para o trabalho científico...²⁰⁷

A assimilação da crítica documental fez com que Brandenburguer considerasse instintiva a prática de verificar a procedência de um dado. Ao apontar repetições de equívocos em trabalhos de história, esses revisores correspondentes, que até então tinham os institutos, museus e bibliotecas como lugares nos quais se definiam como e qual história do Brasil deveria ser escrita, demonstram suas insatisfações com o que consideravam omissão dos pares e também com suas expectativas - já em 1919, ano em que Brandenburguer escreveu a carta - em relação ao papel das Faculdades na profissionalização dessa área do conhecimento.²⁰⁸

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela institucionalização do ensino superior de história, vinculado à geografia até os anos de 1950. Letrados autodidatas na área de história também participaram desse período não só com expectativas e opiniões a respeito das questões que deveriam tornar-se pauta na construção da história como disciplina universitária, a exemplo de Brandenburguer, mas também ganharam espaço entre docentes estrangeiros que ministraram disciplinas, como foi o caso de Afonso Arinos De Melo Franco (1905-1990), professor da disciplina História da Civilização no Brasil, entre 1935 e 1939, no Curso de História da UDF, e Hélio Vianna (1908-1972), primeiro membro catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia

²⁰⁷ Carta de Clemente Brandenburguer para Rodolfo Garcia, 22 de janeiro de 1919. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.39-40.

²⁰⁸ Provavelmente a Faculdade de Filosofia e Letras que Brandenburguer mencionou seja a Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, que foi reorganizada em 1937 e passou a chamar Universidade de Brasil (UB). Em 1965 recebeu o nome atual, Universidade Federal do Rio de Janeiro. A institucionalização do ensino superior de História iniciou, juntamente com a Geografia, em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Marieta de Moraes Ferreira investiga a trajetória do segundo curso de História criado no país, em 1935, no Rio de Janeiro, pela Universidade do Distrito federal (UDF). A autora analisa, dentre outros aspectos, a formação dos docentes e as grades curriculares dos cursos. Após a extinção da UDF, em 1939, foi estruturado nesse mesmo ano, o Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, também tratado pela autora. Ver. FERREIRA, M. M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Op. cit.

da Universidade do Brasil, entre 1939 e 1960. Ambos eram graduados em direito como Rodolfo Garcia, que, por sua vez, permaneceu nas instâncias tradicionais de legitimação da produção histórica, especialmente na BN.

Tal permanência não significou que Garcia esteve alheio à tarefa de formar profissionais ou à ascensão da universidade nesse processo. Pelo contrário, como vimos nos capítulos anteriores, Garcia buscou justificar a abertura do Curso de Museus ocorrida em 1932, quando dirigia o Museu Histórico Nacional, inscrevendo-o em um caráter de extensão da Universidade do Rio de Janeiro, pois, naquele momento no qual as universidades brasileiras estavam em processo de ampliação dos cursos e consolidação como lugar privilegiado para construção do conhecimento, ao Curso de Museus, que iniciava fora dessa instância, convinha estabelecer vínculos com o projeto universitário. O objetivo comum assinalado por Garcia foi o desenvolvimento da cultura nacional.²⁰⁹

A reabertura do Curso de Biblioteconomia também foi ocasião para que Garcia buscasse inserir a sua proposta nas políticas de cientificização do governo, enfatizando a necessidade de disponibilizar o conhecimento técnico aos bibliotecários. Nesse período, no qual ele reconhece as faculdades como instituições para as quais se transferia a autoridade de eleger as temáticas prioritárias em cada área do saber, Garcia procurou sistematizar os estudos históricos por meio de práticas como a definição de especialidades para esse campo e a atribuição de autoria, das quais trataremos na sequência, também demonstrando a sintonia da BN com as pautas das faculdades através da escolha dos documentos publicados.

Na apresentação escrita em 1943 aos “Estudos sôbre o nhêngatú, pelo Dr. Vicente Chermont de Miranda”, o editor situou os *Anais* entre as poucas publicações nacionais que davam acesso aos estudos da linguística americana, e especialmente brasileira, e retomou todos os trabalhos já publicados por esse suporte naquela área. Assim, apontou a publicação como oportuna: “porque aparece no momento em que há, evidentemente, nos meios educativos do país, vivo interesse por essa ordem de conhecimentos, demonstrado na criação de cadeiras da língua tupi em instituições superiores de ensino.”²¹⁰

²⁰⁹Um dos textos em que Garcia propõe a inserção do Curso de Museus no projeto universitário de desenvolvimento da cultura nacional é a “Explicação” que antecede o *Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. GARCIA, R, 1956, op. cit. Paginação irregular.

²¹⁰ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.176.

Desde o fim do século anterior, Garcia interessava-se por etnografia e, já em 1909, redigiu, com o irmão Aprígio, *Etimologias Tupis*. Um dos primeiros trabalhos que escreveu, assim que mudou, no ano seguinte, do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro, foi *Nomes de Aves em língua Tupi*, publicado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1913.²¹¹ Nesse texto, Garcia procurou enfatizar a participação da língua Tupi na lexicografia da língua portuguesa no Brasil. No ano de 1922, o IHGB lançou o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Garcia ficou responsável por redigir o tópico “Etnografia indígena”,²¹² no qual apresentou um histórico da classificação das tribos indígenas do Brasil, formulada nos primeiros contatos dos europeus com o continente. A extrema limitação dessa classificação que abarcou inúmeras nações indígenas em apenas dois grandes grupos, Tupis e Tapuias, é denunciada por ele, para então indicar a linguística como a maneira adequada de conhecer a diversidade desses grupos, pois, ao mapear a estrutura gramatical de cada língua, seria possível estabelecer comparações entre elas. Com esses e outros trabalhos voltados para etnografia, mercedores de estudos específicos, Garcia integrou um grupo de letrados e líderes políticos que, desde os oitocentos, interrogaram-se sobre quem era o povo brasileiro, formulando definições de perspectivas variadas.

Diante dessa questão, tão cara à trajetória da história nacional, onde os índios deveriam ser situados dentre seus personagens?²¹³ Por meio dos estudos linguísticos, Garcia buscou identificar propriedades distintivas das nações indígenas, mas também demonstrar que elas “contribuíram para o desenvolvimento do idioma dos descobridores ou conquistadores do Novo Mundo”.²¹⁴ Tal prática etnográfica pretendia corresponder também aos anseios do mestre Capistrano de Abreu. Produzindo documentos escritos para suprir a falta de “provas históricas”, não tomou apenas as línguas indígenas como objeto de investigação, mas, por meio de estudos como *Nomes de Aves em língua*

²¹¹ Esse trabalho foi publicado em três partes, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A primeira delas em 1913 e as restantes em 1914. Garcia, R. *Nomes de Aves em Língua Tupi* (Contribuições para a lexicographia portuguesa). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913.

²¹² GARCIA, R. Etnografia indígena. In: *Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1922, v. 1, pp. 249-277.

²¹³ GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos. Op. cit., p.5-27; VARNHAGEN, F. A origem turaniana dos americanos introdutório a tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc (1876). In: GUIMARÃES, Lúcia Paschoal; GLEZER Maria, Raquel. *Varnhagen no Caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013; CEZAR, T. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 29-41.

²¹⁴ GARCIA, R. Exotismos franceses originários da língua Tupi. In: *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.187.

*Tupi*²¹⁵ e *Exotismos Franceses originários da Língua Tupi*²¹⁶, assinalou as marcas recíprocas que o encontro entre os chamados civilizados e aqueles que foram tidos como selvagens deixaram em suas línguas.

No entanto, a escolha da publicação de estudos linguísticos e etnográficos nos *Anais* não foi justificada pelas afinidades de Garcia, mas o historiador/etnógrafo/editor inseriu essa iniciativa em um movimento mais amplo ocorrido nos “meios educativos do país”, no qual também estava incluso. O conhecimento etnográfico, com fronteiras pouco definidas, tinha entre os elementos comuns com a história a partilha dos anseios das ciências sociais de tornarem-se referência na compreensão das alteridades que compunham o Brasil, por meio de escritos com estilo considerado científico.

Sabemos que os argumentos de ordem metodológica eram privilegiados na atribuição do estatuto de cientificidade do conhecimento histórico e que foram partilhados tanto pelos letrados que permaneceram nos “vagares dos ofícios” institucionais, caso de Rodolfo Garcia e seu correspondente Brandenburguer, quanto por aqueles que, a partir da década de 1930, fariam parte do corpo docente das graduações em história, juntamente com professores estrangeiros. As edições documentais, nas quais estamos adentrando, sinalizam um período de transição entre esses diferentes lugares de produção do conhecimento histórico nas décadas de 1930 e 1940 e as táticas de Rodolfo Garcia para incluir a BN no processo de profissionalização desse saber, fornecendo um instrumental documental submetido ao moderno método crítico para o aprofundamento das pautas que, a partir de então, seriam ditadas especialmente pelas faculdades.

3.2. Classificação e escrita da história: definições de especialidades e atribuição de autoria

A institucionalização da história, iniciada na década de 1930, constituiu-se em um campo já composto de muitas histórias. Esse campo contava com diversos pesquisadores, em sua maioria autodidatas vinculados aos institutos históricos, que se dedicavam a sistematizar o saber e divulgar metodologias para produzi-lo. A criação do curso universitário de história, mesmo que há muito aguardada, causou diferentes

²¹⁵ GARCIA, R, 1913, op. cit.

²¹⁶ GARCIA, R, 1973, op. cit.

impactos no ofício desses letrados, despertando novos anseios, mas também inseguranças e táticas para manter os antigos postos e corresponder às novas demandas.

No entanto, a especialização dos estudos históricos e as investigações a respeito da própria prática eram preocupações que já compunham a agenda de pesquisa desses homens desde o início do século. Uma das atividades de Rodolfo Garcia, nesse sentido, foi a escrita das “Explicações” aos conjuntos documentais, por meio das quais buscou, nas décadas de 1930 e 1940, organizar a produção histórica.

Apontando as possibilidades de escrita da história percebidas nos documentos que seriam publicados pelos *Anais* da BN, o editor/historiador estabeleceu e reafirmou modalidades internas no saber histórico para situar, em uma determinada subdivisão, as contribuições do material. A atribuição de autoria dos textos anônimos também foi mais um de seus investimentos esquemáticos na especialização do conhecimento histórico.²¹⁷ Nessa busca por classificar os textos, Garcia compôs um catálogo, situando os materiais em uma determinada área do saber ou sob a autoridade de uma figura autoral. Esse catálogo, mais narrativo que pontual, configurou-se de modo disperso, pois pode ser identificado no conjunto das “Explicações” que, para além da apresentação dos conjuntos documentais, procurou colaborar no estabelecimento de metodologias visando a uma relação científica com o saber histórico, analisada no decorrer desse capítulo.

Há também outros textos desse período que poderiam ser tomados como catálogos pelo esforço que denotam em sistematizar o próprio fazer na área da historiografia brasileira. No entanto, foram os catálogos produzidos a partir da década de 1950 que se tornaram reconhecidos como pioneiros na formação de um campo disciplinar voltado para o estudo da historiografia brasileira, tendo José Honório Rodrigues como representante dessa prática.²¹⁸ Nos catálogos dessa natureza, foram

²¹⁷ Na Conferência de 1969, publicada sob o título *O que é um autor?*, Foucault problematiza a noção de autoria e sua relação intrínseca com a escrita e o discurso. Dentre os mecanismos envolvidos na emergência da figura do autor na modernidade, está a morte, ou mesmo o desaparecimento do sujeito que escreve, em detrimento da imortalização do nome do autor configurado enquanto função. No entanto, as noções de obra e escrita instigam a suprimir, em partes, o desaparecimento do autor, pois conduzem ao questionamento de quem escreveu. Essa resposta não aponta para uma existência singular como a de um nome próprio, mas remete a função-autor à medida que esse nome indica um conjunto de textos. A partir dessas contribuições de Foucault, podemos compreender a prática de atribuição de autoria, tão cara a Rodolfo Garcia e os letrados que compartilhavam de uma concepção moderna de história, também como um exercício de classificação que situa uma diversidade de discursos sob a autoridade da assinatura daquele que é designado autor. Ver: FOUCAULT, M. Op. cit.

²¹⁸ Apontando para a necessidade de repensar a construção da disciplina histórica, Manoel Luiz Salgado Guimarães identifica o início do campo da história da historiografia a partir dos trabalhos de José Honório Rodrigues, na década de 1950. Assim, acabou por desconsiderar a importância da análise dos textos

eleitos autores e obras, inseridos em contextos de produção e filiações teóricas, para figurarem como os integrantes da historiografia brasileira. No entanto, as tarefas voltadas para a profissionalização do conhecimento histórico desenvolvidas por José Honório foram amplas. Para além da produção de catálogos, ele também atuou na BN entre os anos de 1946 e 1955, como gestor da Divisão de Obras Raras e Publicações, período em que sucedeu Garcia na edição de textos raros para a Série *Documentos Históricos* e *Anais da Biblioteca Nacional*. Rodrigues buscou dar visibilidade para seus esforços como pioneiros, apontando que a escolha do material para edição e publicação não seguia um plano tão sistemático no período anterior a 1946, pois era, em muitos casos, guiada por critérios arbitrários.²¹⁹

No entanto, como pontuamos no decorrer dos capítulos, a atuação de Garcia na BN, desde os anos de 1930, foi marcada pelas mesmas preocupações em relação à sistematização dos estudos históricos. Ambos editores foram movidos pela aspiração de especializar essa área do saber, apostando, por exemplo, na escrita de prescrições fundamentadas no método crítico para acompanhar o material publicado. Sabemos que cada um agiu a partir de suas concepções, enfrentando as exigências e as condições de catalogação do acervo próprias de seu presente. Basta sinalizarmos que Rodrigues dirigiu a Divisão de Obras Raras e Publicações quando o Curso de Biblioteconomia da instituição já completava uma trajetória de quatorze anos e, portanto, contava com profissionais para o trabalho com acervos. No período da gestão de Garcia o desafio ainda era o de promover a abertura desse curso.

A opinião de Rodrigues a respeito do trabalho daqueles que o antecederam na escolha do material para edição e publicação nos *Anais* também pode ser contestada por meio de uma leitura atenta das “Explicações” de Garcia, pois, em justificativas como a

anteriores que buscava mapear a área por meio de diferentes perspectivas, voltando-se para questões relacionadas a produção desse saber. Ver: GUIMARÃES, M. L. S, 2005, op. cit.

²¹⁹Andre de Lemos Freixo analisa a atuação de Rodrigues na BN entre os anos de 1946 e 1955, como gestor da Divisão de Obras Raras e Publicações, com destaque para uma atividade precedida por Rodolfo Garcia: a edição de textos raros para a Série *Documentos Históricos* e *Anais da Biblioteca Nacional*. Mesmo mencionando letrados como Ramiz Galvão e Rodolfo Garcia, enquanto precursores dessa tarefa, Freixo se esforça para demarcar a emergência de uma cultura historiográfica renovadora apenas em meados do XX, tendo como um dos pilares a especialização. Desse modo, Freixo faz uma discussão profícua a respeito da BN enquanto lugar institucional, com autoridade também na organização de um campo do saber historiográfico profissionalizado no Brasil; no entanto, os diversos empreendimentos anteriores à década de 1940 não são concebidos como integrantes desse processo. Assim, o autor corrobora, em certa medida, com a busca do próprio Rodrigues por dar visibilidade para seus esforços como pioneiros, pois as estratégias anteriores voltadas para o estabelecimento de critérios sistemáticos para a divulgação dos materiais da instituição e para a especialização do saber histórico, nesses mesmos veículos de informação, não são assinaladas. Ver: FREIXO, A. L. José Honório Rodrigues a *Série Documentos Históricos* e os *Anais* da Biblioteca Nacional. *Voices, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI*, v. 3, n. 1, p. 235-254, 2014.

que escreveu para os “Estudos sobre o nhêngatú, pelo Dr. Vicente Chermont de Miranda”, em 1943, o editor demonstra a inserção da escolha de estudos linguísticos e etnográficos em um interesse mais amplo pela temática observado nos “meios educativos do país”, bem como “na criação de cadeiras da língua tupi em instituições superiores de ensino”. Portanto, isso nos parece mais um esforço em integrar-se às novas demandas ditadas pelas novas instituições educacionais do que uma escolha apenas arbitrária do material para publicação.

Com intuito de ampliar a investigação da dedicação de Garcia na classificação do conhecimento histórico por meio das “Explicações”, durante a década de 1930 e 1940, analisaremos alguns desses textos atentando para as definições de especialidades e atribuição de autoria. Tais estudos podem ser tomados como catálogos, pois mesmo não sendo constituídos de um rol informativo, mas de uma escrita narrativa, compõem uma espécie de guia com agrupamentos lógicos de informações a respeito das condições e possibilidades vistas pelo autor no campo histórico.

A “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”, publicada nos *Anais*, em 1940, valia, segundo Garcia, “como um capítulo inédito da história das explorações científicas no Brasil.”²²⁰ Talvez a emergência dessa subárea é que fez Garcia indicar nesse material um potencial maior que o de uma fonte por analisar. Tratava-se de uma parcela da história, um capítulo recém-descoberto, no entanto, passível de crítica.

Uma das primeiras iniciativas para uma escrita da história das explorações foi a dedicação de duas seções no Primeiro Congresso de História Nacional (1914), aos temas: História das explorações geográficas e História das explorações arqueológicas e etnográficas.²²¹ Em abril de 1931 ocorreu a segunda edição do evento, que teve como temática principal o centenário da abdicação de D. Pedro I. Naquela ocasião, Garcia apresentou o texto “Explorações Científicas”, publicado nos *Anais* do Congresso. Esse trabalho, no qual compôs um panorama bem documentado das explorações científicas consideradas por ele como principais, tornaria-se fonte para a maioria dos estudos posteriores a respeito do tema. Por meio dessa discussão, Garcia colaborou com a

²²⁰ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.165.

²²¹ Para uma análise da iniciativa pioneira de letrados e políticos para sistematizar o saber histórico disponível, por meio da organização do I Congresso de História Nacional, em setembro de 2014, ver: GUIMARAES, L. M. P. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*. Niterói, v.9, n.18, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Mar. 2015.

difusão de um nacionalismo ilustrado, apresentando a investigação científica como atividade que ocorreu já no chamado descobrimento. Trabalhos apresentados nessa mesma perspectiva colaboraram com os principais pontos dos projetos que visavam à criação de uma identidade nacional, muitos deles impulsionados por Getúlio Vargas, nos tempos da Revolução dos 30. Tanto é que, a partir desse Congresso, o presidente do chamado governo provisório tornou-se mecenas do IHGB até o fortalecimento de sua figura, por volta de 1938.

No entanto, foi no século XIX que Garcia situou o surgimento de uma nova era para a história das explorações científicas, através dos diversos empreendimentos que buscaram “mapear” o Brasil desde a geografia, fauna, flora, até os nativos, línguas e costumes. Para ele, aquele “pode ser considerado como o verdadeiro século do descobrimento de nosso país para as nações civilizadas.”²²² Mesmo demonstrando satisfação pela visibilidade que a catalogação das “riquezas” do Brasil possibilitou, especialmente entre os pesquisadores das chamadas nações civilizadas, ele não deixou de alertar para a maneira fantástica com que alguns viajantes narraram personagens e experiências em terras brasileiras.

O livro *Wanderings on South-America*, no qual o naturalista e ornitólogo Charles Waterton teria “enfeixado” o “resultado” de suas andanças pela América do Sul, passando por Pernambuco e Maranhão entre 1812 a 1816, era um exemplo das narrativas que Garcia classificou como duvidosas, mas também responsáveis por despertar na Europa a mais viva curiosidade pelo Brasil: “Nos *Wanderings*, o naturalista narra aventuras extraordinárias por que passou no Novo Mundo, algumas das quais de duvidosa fidelidade, como, por exemplo, ter cavalgado o dorso nu de um jacaré e ter travado combate singular com uma giboia...”²²³

Para além das cavalgadas em jacarés e lutas heróicas com jiboias, Garcia apontou infidelidades de diferentes ordens, mas com igual falta de fundamento, na fonte “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”. O editor discordou da denúncia que o viajante fez a respeito da provavelmente imutável falta de boas comunicações entre o litoral e o interior por tratar-se de “um prognóstico desfavorável à civilização do Brasil”.²²⁴ Desde as últimas décadas do século

²²² GARCIA, R. *Explorações Científicas*. Op. cit., p.189.

²²³ *Ibidem*, p.199.

²²⁴ Os critérios para a escolha dos documentos publicados até os investimentos em orientar a leitura do material através das “Explicações”, indicando potencialidades ou mesmo alertando para informações

XIX, o mestre Capistrano de Abreu já havia alertado para a necessidade de investigar os processos específicos da ocupação no território do chamado sertão, pois, voltando-se apenas para o litoral, não seria possível uma visão completa a respeito da constituição de uma unidade territorial que compunha o projeto de nação, para então escrever sua história.²²⁵

Na percepção de Garcia, que escreveu e publicou a apresentação da narrativa de viagem em 1940, os fatos se encarregaram de demonstrar os equívocos no prognóstico do naturalista inglês, pois considerou que no século XX as comunicações entre o litoral e o interior estavam mais que estabelecidas. Mesmo que o viajante tenha a seu favor a visão daquilo que narrou e essa experiência legitime alguns aspectos de seu relato, ao qual Garcia atribuiu estatuto de “capítulo inédito da história das explorações científicas no Brasil”, essa visão foi passível de análise e requeria, em muitos aspectos, a comprovação a partir da visão atualizada do editor:

As impressões de viajantes estrangeiros sobre países que visitam e que criticam às vezes com acrimônia, são mesmo assim interessantes: se lhes assiste razão, não há como contrariá-las; mas se dela carecem, ou se a posteridade se incumbiu de destruí-las, é sempre motivo de satisfação para quem sofreu a injustiça o verificar que o mal apontado ou o erro assinalado, ou não existia ou teve com o passar dos tempos a correção necessária.²²⁶

Na Odisseia, é o viajante Ulisses que anseia por retornar à Ítaca e recuperar a identidade grega, que era também a dele. O editor Garcia, em sua pátria, sentiu-se incumbido de delinear os contornos identitários de um Brasil que se queria civilizado, problematizando e buscando atualizar a visão do viajante inglês que observara o país no início do século anterior. Se, para Garcia, muitas das impressões de viajantes estrangeiros eram injustas, satisfatório foi perceber no tempo o justiceiro que faria a verdade aparecer através dos fatos. Nesse sentido, o leitor da “Explicação” pode circular por diferentes temporalidades de *eus* e *outros* que são postos em disputa: O *eu* do editor e sua visão atual do passado desse *outro* conhecido, porque se tratava de sua pátria, com o *eu* do viajante que tem sua visão de um *outro* desconhecido, que é o Brasil,

consideradas equivocadas, nos apontam para a importância do papel do editor no estabelecimento das convenções que governam a ordem dos livros. Ver: CHARTIER, Roger, 1998, op. cit., p. 45.

²²⁵ ABREU, J. C. Gravetos de História Pátria. In: *Ensaio e Estudos. 4ª Série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, pp.291-316.

²²⁶ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Op. cit., p.170.

considerada desatualizada pelo editor.²²⁷ De seu presente, Garcia vê as previsões do viajante, que poderiam comprometer a noção de Brasil civilizado, falhar.

A tarefa de criticar a narrativa, utilizando os trechos considerados verdadeiros e descartando as mentiras, o impede de pegar “carona” e, assim, interpretar a rota e as impressões da narrativa de viagem. Garcia sugere ainda que o leitor acompanhe o viajante apenas nos trajetos seguros: “Nessa parte, quando o naturalista toca em descobrimento de minas, fundação das cidades, etc., é de bom aviso pular adiante, porque em geral não diz coisa de proveito de certo por mal informado que teria sido sobre a matéria.”²²⁸

Mas, quem era, no fim das contas, esse autor da narrativa de viagem? Garcia fez questão de afirmar, já no início da apresentação, que tirar esse documento do anonimato foi uma das primeiras condições para a publicação. Não se tratava apenas de descobrir um nome para referir-se ao autor no decorrer da apresentação, mas de atribuir um estatuto específico para o discurso. A maneira com que esse exercício, tão caro à moderna crítica histórica, era executado é que validaria ou não a autoria atribuída. Portanto, Garcia compartilhou todas as etapas da investigação, desde as hipóteses até a pergunta que levou aos elementos probatórios, que, segundo ele, estavam disponíveis principalmente na própria narrativa do viajante, colocando-se, assim, como um bom leitor.

A partir da informação dada pelo autor, de que saiu de Falmouth em junho de 1833, Garcia deduziu que o naturalista, curioso das coisas brasileiras, tenha embarcado no pacote inglês Reynald, que fazia a rota daquele porto ao do Rio de Janeiro. Como a lista completa dos passageiros não foi publicada nos jornais, o único recurso encontrado por Garcia foi inquirir sobre os naturalistas ingleses que naquele período jornadearam no Brasil.

Rumadas as pesquisas nessa direção foi fácil encontrar abonado por Ignace Urban, *Vitae itineraque collectorum botanicorum*, etc., in Martius, *Flora*

²²⁷ No livro *O Espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro, François Hartog propõe uma experiência de leitura de Heródoto, na contramão das comprovações arqueológicas que “desmentiram” suas afirmações na obra *Histórias*, a respeito do povo cita. Hartog aposta em uma perspectiva que indaga como Heródoto e os gregos percebiam e representavam os *outros* diferentes, pois não eram gregos, e qual a recepção dos leitores da narrativa de viagem do historiador tido como mentiroso. Desse modo, ao fundamentar sua compreensão das relações de alteridade na percepção de que na narrativa a respeito do *outro* não nos deparamos com um *outro* real, mas com o *outro* do autor e dos leitores, Hartog auxilia-nos também na análise das leituras de Rodolfo Garcia a respeito do viajante inglês, que narrou um Brasil diferente do dele em muitos aspectos. HARTOG, F, 1999, op. cit.

²²⁸ GARCIA, R. *Estudos Avulsos*. Op. cit, p.170.

Brasiliensis, vol. I, parte 1.^a, pgs. 8/9, o nome do Sir Charles James Fox Bunbury, que viajou no Brasil e no Rio da Prata, de 1833 a 1835; do Brasil conheceu o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Gongo-Soco, Capão, Cocais, Ouro Preto, etc.); esteve em Buenos Aires e Montevideú, de dezembro de 1833 a março de 1834, - particularidades essas que a narrativa confirma em todos os seus termos.²²⁹

Além desse caminho de pesquisa iniciado por uma pergunta, que possibilitou o confronto de informações contidas na *Flora Brasiliensis* a respeito de Charles James Fox Bunbury com as da narrativa de viagem, Garcia afirmou que, se preciso fosse, demonstraria ainda outro elemento probatório na própria narrativa de Bunbury, na qual ele afirma ter parentesco com o diplomata inglês Henry Stephen Fox (1791-1846), que foi o primeiro ministro plenipotenciário da Inglaterra, confirmando assim, o sobrenome.

Em junho de 1941, Henry J. Linch, então membro da colônia britânica no Rio de Janeiro, escreveu para Garcia enviando dados biográficos a respeito da família de Bunbury, retirados da publicação anual de Londres *Burke's Peerage, Baronetage and Knightage*. Nessa Carta, Linch demonstra reconhecimento a respeito do trabalho na atribuição de autoria da fonte: “Li com imenso prazer sua comunicação sobre a “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, de 1833 a 1835”, e cujo autor V. Ex^a conseguiu identificar na pessoa de Sir Charles James Fox Bunbury (Baronet).”²³⁰

Como vimos, a prática da atribuição de autoria requeria amparo em provas e apresentação do raciocínio lógico que levou até elas. Nesse sentido, também o prestígio do autor da investigação interferia na credibilidade da resposta. Seguir pistas para desvendar ou averiguar a verdadeira autoria de um texto não foi uma tarefa realizada por Garcia apenas na apresentação da narrativa de viagem atribuída a Bunbury. Todo documento submetido à crítica metódica requeria operações analíticas de elementos como proveniência, sinceridade e exatidão, cuja legitimidade vinculava-se à figura autoral, que, dentre outras funções, tornava-se referência do saber produzido como texto.

A dúvida a respeito de uma atribuição autoral também foi o que motivou o historiador gaúcho, Walter Spalding (1901-1976), sócio do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e então diretor do Arquivo e Biblioteca Pública de Porto Alegre, a escrever para Garcia em 1942:

²²⁹ Ibidem, p.166-167.

²³⁰ Carta de Henry J. Linch para Rodolfo Garcia, 11 de junho de 1941. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.135.

Disse-me Mansueto Bernardi que o “Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às missões do Uruguai”, atribuídas ao cap. Jacinto Rodrigues da Cunha não é da autoria deste e, sim, do secretário da Expedição, Manuel da Silva Neves. Não soube, porém, dizer qual o autor da descoberta do verdadeiro nome do autor, presumindo contudo, tratar-se de V. S.^a Peço-lhe, por isso, e porque estou com idéia de fazer uma reedição comentada da obra, a fineza de dizer-me o que souber a respeito e, se possível, cópia do artigo em que fez a revelação para incluí-lo, como prova, no prefácio.²³¹

Mesmo sem a certeza de quem foi o “revelador” da verdadeira autoria do diário da expedição, a suposição de Mansueto Bernardi (1888-1966), letrado que colaborou, como Spalding, com empreendimentos políticos e literários voltados para o fortalecimento identitário do Rio Grande do Sul, demonstra que alguns dos pares percebiam em Garcia um perfil de investigador, com potencial para desvendar a autoria com a devida exatidão e, além da revelação, apresentar as provas constituídas nos caminhos de pesquisa percorridos até a resposta.

Não sabemos se Garcia respondeu a carta dando as informações solicitadas, mas a prova requerida por Spalding estava na explicação que escreveu aos “Documentos sobre o tratado de 1750, V.1”, publicada no volume LII dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1938. Nesse texto, Garcia advertiu que a assinatura de Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha no documento não correspondia à autoria do material. Segundo o editor, ela havia sido deduzida de maneira equivocada por Varnhagen, a partir de uma cópia do documento publicada pela *Revista do IHGB*, menos completa que o códice da BN e outro arquivo do Itamaraty, os quais possibilitavam concluir que o autor do Diário era, na verdade, o capitão Manuel da Silva Neves, secretário da expedição e, nessa qualidade, redator de outros textos a ela referentes.

A comparação entre textos de um mesmo autor foi um dos principais recursos, utilizados por Garcia, para formular a hipótese de autoria também dos “Almanaques do Rio de Janeiro”. Na “Explicação” escrita para esse conjunto documental, em 1939,²³² o historiador/editor indica como construiu a hipótese e quais as provas para validá-las:

A autoria dos Almanques é desconhecida; mas não seria descabido conferi-la ao Primeiro-Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia Antônio Duarte Nunes, que neles figura com esse posto, e é o autor declarado do *Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o*

²³¹ Carta de Walter Spalding para Rodolfo Garcia, 25 de agosto de 1942. In: DAMASCENO, Darcy (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Op. cit., p.144-145.

²³² Esse texto foi publicado nos *Anais* da BN um ano depois, em 1940, porém, na edição referente ao ano de 1937, pois somente na direção de Garcia a periodicidade dessa publicação foi regularizada.

ano de 1799, publicado na *Revista do Instituto Histórico*, o qual guarda, principalmente com o primeiro, a mesma disposição material, embora seja muito mais desenvolvido do que os dois, com a apreciável parte histórica nele contida, e que, em seu maior trecho, é o histórico da fundação da cidade.²³³

Na comparação dos textos, tornava-se essencial a sensibilidade para perceber os possíveis elementos comuns, seja nos recursos narrativos, na organização das fontes ou tipologia. Garcia identifica a “mesma disposição material” nos textos, mas também uma dedicação maior à história no *Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, escrito por Antônio Duarte Nunes. Enquanto esse texto correspondia ao ano de 1799, os outros dois “Almanaques do Rio de Janeiro” em preparação para publicação eram referentes aos anos de 1792 e 1794; portanto, o período de escrita corroborou com a hipótese de um mesmo autor.

A constatação de que havia uma falta no desenvolvimento da parte histórica dos “Almanaques do Rio de Janeiro” não foi motivo de contestar a autoria sugerida, mas parece ter impulsionado Garcia à tentativa de escrever ele mesmo essa história.

Tais Almanaxes continham informações pontuais e variadas da capital do Brasil colônia no final do século XVIII, principalmente nomes e ruas dos responsáveis por diversos cargos na administração militar, civil, judiciária, eclesiástica e econômica. Médicos, advogados, negociantes, comércios, embarcações entradas no porto, dentre outras atividades da cidade, ganharam pequeno espaço nas listas dos Almanaxes.

Garcia dedicou, aproximadamente, vinte páginas de seu texto para apresentar dados biográficos a respeito dos principais nomes que figuravam no material, mas as informações que parece considerar privilegiadas nessa documentação, trabalhadas nas últimas dez páginas, são a centena de logradouros públicos do Rio de Janeiro, mencionada nos Almanaxes para indicar a localização das residências de seus figurantes.

A possibilidade de interpretar esses nomes de ruas motivou Garcia a situar as potencialidades do documento em uma determinada especialidade: a história da cidade. Além de classificar as contribuições do material em uma subárea emergente, demonstrando um esforço em sistematizar as temáticas que compunham os estudos históricos, Garcia indicou alguns autores e trabalhos que integrariam aquele tipo de história:

²³³GARCIA, R. *Estudos Avulsos*. Op. cit, p.89.

A interpretação dos nomes desses logradouros é estudo de interesse para a história da cidade. Haddock Lobo, os dois Melo Moraes, pai e filho, Joaquim Manuel de Macedo, Moreira de Azevedo, Vieira Fazenda e outras mais trataram da matéria com pleno conhecimento; o primeiro Melo Moraes chegou mesmo a dedicar-lhe um capítulo inteiro na Chorografia Histórica, tomo I, segunda parte, os. 258/311, subordinado à epígrafe de *Historia das ruas da Cidade do Rio de Janeiro até 1808*.²³⁴

Esses letrados, mencionados como produtores de história da cidade, sinalizam para a diversidade de estilos narrativos incluídos por Garcia nessa especialidade. Não se tratava necessariamente de textos que correspondessem aos critérios de estudos históricos, considerando a aspiração à cientificidade e rigor metodológico que o termo abarcou no período. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), considerado o primeiro romancista brasileiro, intitulou-se Memorialista-historiador na voz do narrador de *Memórias da rua do Ouvidor*. Ele foi um dos citados por Garcia que tratou, com tom desprezioso, de diversos âmbitos da vida em um cenário carioca na segunda metade do século XIX, especialmente por meio dos chamados folhetins.²³⁵

Na primeira das crônicas urbanas de *Memórias da rua do Ouvidor*, a sucessão de nomes da rua conduz a narrativa e compõe um histórico sarcástico que identifica o lugar. Nesta obra, foram reunidos alguns de seus textos publicados em folhetos semanais do Jornal do Commercio, no qual colaborou durante vinte e cinco anos. O primeiro nome teria sido Desvio do Mar. Tratava-se de um desvio da rua ou mesmo do caminho direito, portanto, não era de bom agouro, nem mesmo colaborava com uma origem aristocrática que a vaidosa Rua do Ouvidor poderia sugerir. Para o segundo nome da rua, Aleixo Manoel, o *memorista* propõe suprir a falta da origem aristocrática com a romanesca:

Para casos de aperto, como este o *memorista*, que se reserva direitos confessos de imaginação, deve ter sempre velhos manuscriptos ricos de tradições que expliquem o que se ignora. Não exijo dos meus leitores que tenham por incontestável a tradição que apanhei dos meus velhos manuscriptos. Liberdade ampla de aceitar-a ou não.²³⁶

²³⁴ Ibidem, p.110.

²³⁵ Michelle Strzoda dedica-se ao estudo da produção de Joaquim Manuel de Macedo enquanto cronista, demonstrando que o movimento romântico vivenciado e produzido também por esse escritor, fomentou a produção jornalístico-literária na imprensa carioca, bem como a democratização da leitura através de estratégias de escrita que propunham um auto reconhecimento da população na narrativa, seja pela incorporação de expressões e temáticas populares ou mesmo pela preocupação em retratar o período. Ver: STRZODA, M. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

²³⁶ MACEDO, J. M. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

Ao escritor é garantido o direito de imaginar e os leitores também são livres para aceitar ou discordar do resultado. O memorista assume um tom irônico em relação à concepção dos velhos manuscritos como fonte de saber, nos quais ele afirma ter apanhado a tradição. Desse modo, fez alusão às memórias evocadas em seu texto, de forma a constituir uma trama com potencial de convencimento, portanto, verossímil e aparentemente despretensiosa em relação ao alcance da verdade dos fatos.

Em outra coletânea das crônicas de Macedo, publicadas no *Jornal do Commercio* e reunidas no livro em 1862 sob o título *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, a lembrança funciona como prova que dá respaldo à narrativa. As andanças começam no “Imperial Collegio de Pedro II”, onde Macedo atuou como professor de História do Brasil, na década de 1850, e fez parte de uma rede de sociabilidade composta por nomes como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. No início desse passeio desapressado, com duração de oito crônicas, o narrador procura apresentar uma faceta desconhecida dessa instituição renomada no século XIX. O Colégio Pedro II foi parte de um projeto de formação de uma elite brasileira ao lado do IHGB e teve sua origem humilde, por iniciativa de um simples capelão que pediu esmola para educar dois meninos órfãos, no século anterior. Mas o narrador não descuida de apresentar as testemunhas dessas informações:

Vou resumir em duas palavras o capítulo da nossa história do outro tempo, capítulo que trata deste assumpto, e que infelizmente não se encontra, nem nos livros, nem nos archivos, mas cuja veracidade julgo poder assegurar, porque pude lê-lo escrito na lembrança de tres velhos muito respeitaveis, sendo um deles sacerdote, e todos absolutamente concordes na relação do que tinham ouvido de seus pais e de seus maiores.²³⁷

Além de atender ao imperativo deuteronomico de duas testemunhas, os três velhos são apresentados como figuras confiáveis. Porém, o propósito não parece ser a observação das particularidades do relato de cada um, mas a indicação de uma unidade no discurso para servir como comprovação de sua procedência.

Poderíamos compreender certo desprezo pelo rigor acadêmico e pela premissa metódica de que a história só se faz com documentos, apenas considerando que não tratamos de um texto de história, mesmo que o narrador se identifique como Memorialista-historiador, mas de crônicas, e essas são algumas de suas possíveis

²³⁷ MACEDO, J. M. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. (Tomo II). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [18-?]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01069020>. Acesso em 27 Mar 2015.

particularidades enquanto gênero literário. No entanto, o próprio autor torna ainda mais complexa essa separação de tipos de narrativas e suas ambições, com o texto que acrescenta após o término das crônicas, “Correções de alguns erros”:

Apezar de mais esmerado zelo que empreguei na verificação dos fatos e datas, de que fiz menção na serie destes *Passeios*, e da paciência incrível com que procurei informações á respeito dos individuos e personagens, a quem tive de referir-me, incorri sem duvida em erros numerosos, que irão sendo corrigidos á medida que se, reconhecer a verdade ainda oculta nas sombras do passado [...]. Entretanto, a respeito de algumas inexactidões já tive a satisfação de receber obsequiosos esclarecimentos, e para deixa-las correr como verdade, ajuntarei aqui as seguintes notas, que servem para corrigir os erros que me escaparão, e de que já estou convencido.²³⁸

O narrador que se declarara livre para imaginar é repreendido pelo seu autor e pressionado por seus pares a corrigir as informações consideradas inexatas. Talvez a própria leveza da escrita de Macedo, que flui despreocupada em citar fontes documentais ao compartilhar temas cotidianos com o leitor, foi uma forma narrativa que aspirou à verdade pela “quebra do monumental”, nos termos que o crítico literário Antonio Candido defendeu na década de 1980:

O problema é que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas.²³⁹

Se, por um lado, os folhetins de Macedo propõem um diálogo um tanto informal, buscando envolver o leitor que possivelmente já passou pela cidade do Rio de Janeiro sem a companhia do narrador, por outro, o esforço na “correção de alguns erros” demonstra não só a necessidade de adequação à noção moderna de verdade, mas também uma preocupação em atribuir aos textos um valor documental, à medida que declarou sua procura por reconhecer a “verdade oculta nas sombras do passado”.²⁴⁰

²³⁸ MACEDO, J. M, [18-?], op. cit, p.357.

²³⁹ CÂNDIDO, A. “A vida ao rés-do-chão”. In: *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, Fundação Casa de Rui Barbosa/Editora da UNICAMP, 1992, p.14.

²⁴⁰ MACEDO, J. M, [18-?], op. cit, p.357

Nos folhetins escritos por um dos alunos de Macedo no Colégio Pedro II, José Vieira Fazenda (1847-1917),²⁴¹ também situado por Garcia entre os que trataram da história da cidade com pleno conhecimento, é notável um esforço mais constante que do mestre em apresentar provas por meio de documentos oficiais, quando trata das *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Esse título uniu mais de 500 textos que Vieira havia publicado em jornais, como *A Notícia*, e revistas, como *Renascença* e *Kosmos*, entre 1896 e 1914, e foram editados nos números da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* a partir de 1920, instituição onde trabalhou como bibliotecário por dezenove anos.

Por meio da escrita, Vieira alternou o olhar entre presente e passado. Presente, da cidade que se modernizava aos moldes de Paris, por meio dos projetos ousados como os de reforma urbana, conduzidos pelo prefeito Francisco Perreira Passos, e passado, pelo qual reafirmou a ideia de progresso ou mesmo apontou as mazelas que atravessavam os tempos. Assim, combinou um parecer experiente de um presente em que o narrador legitima a narrativa, com apontamentos a respeito do passado, fundamentados em fontes documentais e bibliográficas.

Em um dos textos escritos em 1904, *Largo da Carioca*, Vieira trata da religiosidade popular na procissão das cinzas. Citando Macedo, relata um episódio ocorrido em 1849, quando o andor de S. Benedito teria sido excluído da procissão, fazendo que as velhas beatas atribuíssem o rancor do santo à epidemia de febre amarela que ocorreu naquele período. Na sequência, o narrador volta-se para o presente, sinalizando a perpetuação daquela crença:

E tinha razão o proveto professor; hoje, 1904, depois da descoberta do mosquito, muita gente boa acredita que o santo anda ressentido da ofensa, apesar de nos anos seguintes acompanhar o cortejo cercado de todas as honras de muitas luzes e flores em abundância!!²⁴²

Além da procissão, o Largo da Carioca foi cenário de outro episódio contado por Vieira. Um incêndio na padaria da viúva Pfaltzgraff & C. Para tratar dele, o narrador tomou como fonte a “Crônica Fluminense”, da *Folhinha de Laemmert*. Mesmo situada próximo ao chafariz e acudida pelo inspetor de Obras Públicas com a bomba de

²⁴¹ Em 1947, Noronha Santos fez uma publicação comemorativa pelo centenário do nascimento do autor, apresentando seus dados biográficos em nome do Centro Carioca: SANTOS, N. *Esbôço Biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947.

²⁴² FAZENDA, J. V. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p.380. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179495> Acesso em 27 Mar 2015.

Inspecção e bombas dos arsenaes, não foi possível controlar o fogo da padaria em tempo, pois, segundo Vieira, “Apesar de tanto progresso, havia então o que hoje ainda se dá a *falta da água* – condição *sine qua non* para o serviço de extinção de incêndios.”²⁴³ Diante do reconhecimento das novas invenções que facilitavam a resolução de problemas e a execução de atividades cotidianas identificadas como progresso, Vieira não deixa de apontar suas contradições pela falta de estrutura para sanar necessidades básicas, das quais essas invenções também dependiam.

Em meio a essas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, pelas quais o narrador conduz o leitor em diversos tempos, os compromissos do presente daquele que escreve também ganham voz:

Creio ter satisfeito a curiosidade do meu assíduo leitor, ainda que para isso tivesse de recorrer a alheias fontes. Nessa emergência, além da prata de casa, salvaram o caso o Perereca, o Cordeiro, o Macedo, o Moreira de Azevedo, e o Laemmert, aos quais me confesso agradecido. Poderia ter calado seus nomes e dar de minha lavra, a exemplo de muita gente, o que a outros pertence. Mas...acima de tudo a consciência.²⁴⁴

Ao referenciar as fontes utilizadas, Vieira o faz em tom de exemplo, acompanhado de cobrança. Essa consciência, que em muitos momentos interrompe a despreensão da busca moderna pela verdade do passado, e a demonstração da prova documental, presente em diferentes medidas, tanto nos textos de Vieira, quanto nos de Macedo, nos auxiliam a compreender a inserção desses letrados no rol dos autores da chamada história da cidade e sinalizam também que o critério para integrar essa especialidade foi principalmente temático, abrangendo assim, diferentes modos de tecer a cidade pela escrita, cidade essa que funciona como sinônimo de Rio de Janeiro.

Além de Vieira e Macedo, Garcia atribuiu aos que também identificou como cronistas, Moreira de Azevedo, Haddock Lobo, com destaque ainda para Alexandre José Mello Moraes, a possibilidade de explicar os nomes das ruas contidas nos Almanques, pois cada um, a seu modo, organizou um passado para o espaço urbano carioca, sem os quais não seria possível compreender os processos de modernização nacional. Assim, o estatuto que Garcia atribuiu às crônicas assemelha-se às contribuições das correspondências familiares. se, por um lado, a confiabilidade desses materiais pode ser comprometida pelas percepções pouco impessoais do autor, por

²⁴³ Ibidem, p.381.

²⁴⁴Ibidem, p.381.

outro, eles testemunham fatos que o pesquisador não teria acesso por outras fontes, pois em muitos momentos tratam dos bastidores, o que torna seu uso justificável.

No capítulo “História das ruas da Cidade do Rio de Janeiro em 1808”²⁴⁵, Mello Moraes dedica-se à coleta, classificação e apresentação da origem do nome das ruas. Na “Explicação” escrita em 1939 aos *Almanques da cidade do Rio de Janeiro*, referentes aos anos de 1792 e 1794, os esforços de Garcia na organização dessas informações são análogos aos de Mello Moraes; no entanto, a sucessão do nome das ruas e a percepção de uma aceleração peculiar nas mudanças da cidade naquele momento, conduz a análise de Garcia até seu presente, promovendo um dos deslocamentos temporais da narrativa:

É de notar que a toponímia tradicional das ruas do Rio, com as transformações por que tem passado a cidade, veio a sofrer enormes perturbações, sobretudo depois que se introduziu o uso de dar-lhes nomes de homens célebres, de vitórias bélicas e de acontecimentos políticos notáveis, inscritos as mais das vezes pelas respectivas datas, ao lado de denominações simbólicas mais ou menos expressivas como Abolição, Aclamação, Emancipação, Liberdade, República, Triunfo, etc.²⁴⁶

Garcia nota que poucos nomes interessantes e pitorescos permaneceram na nomenclatura urbana. O costume de nomear as ruas pelos ofícios que se congregavam em lugares determinados, como a rua dos latoeiros, ferreiros, barbeiros, ou por outras expressões coletivas como ciganos, formigões, mascates, etc., foi substituído especialmente por termos que faziam referência à nação e aos valores que o Estado buscava difundir. O desaparecimento gradativo dos termos associados às características dos moradores ou à topografia do lugar é mencionado com tom de pesar por Garcia, mas, em contrapartida, a retirada de algumas designações consideradas como extravagantes se deram, segundo ele, “sem prejuízo da cidade”. Dentre elas, a rua do Escorrega, do Piolho, beco do Quebra-bunda, rua do Sucusará.

A respeito desse último nome, Garcia alertou que a palavra Sucusará não teve origem na língua tupi, como “poderá parecer aos menos entendidos”, e complementou seu comentário contando a explicação feita por Mello Moraes para o termo, na obra *Corographia histórica*:

²⁴⁵ MORAES, A. J. M. “História das ruas da Cidade do Rio de Janeiro em 1808”. In: *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia brasileira – Editor J. J. do Patrocimo, 1863, p. 258-311.

²⁴⁶ GARCIA, R. *Estudos Avulsos*. Op. cit, p.110.

Segundo esse autor o nome origina-se do apelido de certo cirurgião inglês, que tratava de um cliente hemorroidário e prometia que havia de sarar a parte mais afetada. O possessivo seu, alterado em su, mais o nome da extremidade do tubo digestivo expressa em calão, mais o futuro do verbo sarar, somou tudo o apelido, que do cirurgião passou a rua onde morava.²⁴⁷

Nem mesmo para tratar de um termo “calão”, Garcia abandona seu vocabulário polido. Do mesmo modo, as ruas do Rio de Janeiro, principalmente as estratégicas e centrais, deveriam exalar requinte e ilustração, inclusive na maneira de designá-las. Para tanto, Sucusará foi banida, enquanto mantiveram os nomes de intenção poética ou sentimental que Garcia exemplifica com as ruas da Harmonia, da Concórdia, do Retiro Saudoso, bem como os de invocação religiosa.

Ao traçar como que um mapa que não só situa geograficamente a posição das ruas e apresenta a sucessão das denominações dos espaços, mas volta-se para os impactos dessas sucessões, Garcia aponta para a importância dos nomes tradicionais das ruas substituídos por tentativas de aproximar a população da figura de heróis nacionais, eventos políticos, etc. Assim, conduz o leitor pelo Rio de Janeiro, expressando diversas das suas inquietações em relação às transformações da cidade.

O desafio da preservação da arquitetura de algumas construções, como o Arco do Teles que abre passagem da Praça XV para a Travessa do Comércio, planejado por José Fernandes Pinto Alpoim por volta de 1743, é uma dessas inquietações: “Aquele Arco é um dos raros testemunhos da arquitetura colonial primitiva do Rio de Janeiro, razão por que deve ser preservado à fúria renovadora da cidade.”²⁴⁸

Ao conceber o Arco do Teles como testemunho, Garcia lhe atribui a função de fonte histórica e guardião de elementos arquitetônicos de um passado, cujos vestígios estavam ameaçados pela “fúria renovadora da cidade”. Essa mesma fúria, arrasou o casarão da rua da Cadeia, que até 1859 sediava a prisão civil e, naquele ano tornou-se a Assembléia Legislativa, alterando também o nome do logradouro para Assembléia. Em 1922, o edifício foi demolido dando lugar ao Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926, mas o nome Assembleia permaneceu, pontua Garcia, “apesar das investidas oficiais para trocá-lo por outros”.

Essa resistência de parte dos moradores da cidade para assimilar os novos nomes das travessas, praças, ruas e becos, expressa o ritmo vertiginoso das novidades tecnológicas que propunham alterar desde os costumes até a percepção do tempo, bem

²⁴⁷ Ibidem, p.114.

²⁴⁸ Ibidem, p.111.

como a linguagem e as próprias estruturas inseridas no cotidiano do carioca, especialmente nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX.²⁴⁹ Não incluir na linguagem cotidiana as novas denominações demonstra, principalmente, certo descontentamento daqueles que haviam atribuído significados não apenas aos termos, mas ao que eles remetiam, isto é, às diversas práticas urbanas abarcadas pelos espaços que, a partir de então, ganhariam novas designações pouco familiares.²⁵⁰

Além da resistência à adesão dos novos nomes das ruas, os que circulavam na cidade e a vivenciavam tinham ainda outras táticas de afirmação identitária. Nomeavam as ruas de maneira alternativa, adotando apelidos ao invés do nome oficial. A rua do Cano é um dos exemplos citados por Garcia. Foi apelidada assim porque o encanamento que conduzia água até o chafariz da praça do Carmo atravessava por ela, no entanto, seu nome oficial fazia referência à data em que se comemora a Independência do Brasil, sete de setembro. Também a rua dos Ourives foi posta por Garcia no rol das que guardaram o nome tradicional, “embora oficialmente apagado de suas esquinas”. A abertura da Avenida, tornada símbolo da transfiguração repentina do centro da cidade carioca, reduziu pela metade sua extensão, mas não alterou seu nome.

O texto de Garcia, que também se torna uma narrativa de viagens pelas ruas cariocas, conta das mudanças e das resistências naquele espaço praticado pelos passantes, moradores, cronistas e por ele mesmo. Essa e as demais “Explicações” analisadas iniciam e prosseguem com o ato de classificar. Seja na escolha das ruas investigadas, das testemunhas consideradas confiáveis, dos conjuntos documentais para a publicação, no esforço em situá-los em uma determinada especialidade, na escolha de autores e obras para representá-las, ou, ainda, na atribuição de autoria, a classificação foi uma das práticas que permearam a escrita da história de Garcia e de outros letrados que aspiravam à profissionalização do saber histórico, antes mesmo de sua inclusão entre os cursos universitários, e, com essa motivação, buscaram organizar e delimitar seus alcances e fronteiras.

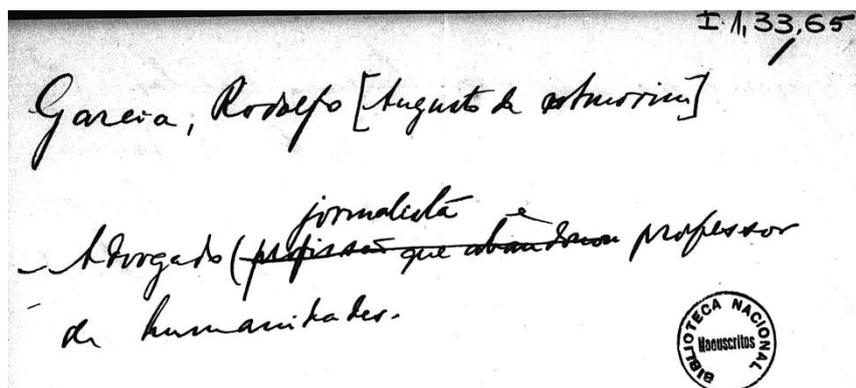
²⁴⁹ A respeito da inserção repentina de rituais da modernidade na cidade do Rio de Janeiro, da Belle Époque à era do Rádio, ver: SEVCENKO, N. “A capital irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: Sevcenko, N. (org.) *História da vida privada no Brasil*. Op. cit.

²⁵⁰ Compreendendo que “o espaço é um lugar praticado”, Michel de Certeau, na obra *A invenção do cotidiano*, analisa a dinâmica dos significados das palavras que nomeiam a cidade em sua relação com as práticas do espaço. Se palavras promovem arranjos cronológicos e legitimações históricas, com a pretensão de hierarquizar e organizar semanticamente a superfície da cidade, Certeau aponta para as profundezas da capacidade de significar. Nesse sentido, as sujeições dessas palavras à polissemia dos passantes, que operam um desgaste ou esvaziamento de suas determinações primeiras, fazem com que esses espaços sejam liberados e ocupados. CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano - As artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Para além da crítica metódica que permeia as classificações estabelecidas por Garcia nas atividades de edição dos documentos históricos, muitos pontos nos permitem entrever suas afinidades pessoais no estabelecimento de identificações dos elementos que as constituem. A inserção dos chamados cronistas entre os autores que elegeram como referência da emergente história da cidade, bem como a apresentação das cartas de Joaquim dos Santos Marrocos que, apesar da linguagem informal com expressões “chulas” e apaixonadas, seriam úteis para a escrita da história de um período considerado incompleto, demonstram, além de certa arbitrariedade geradora de exceções em relação às regras da crítica metódica, uma ampliação da noção de fonte e a complexidade das delimitações entre história e literatura.

Diante disso, percebe-se a classificação como expressão do olhar e linguagem de quem a fabricou, mas também como ferramenta com a qual se estabeleceu e legitimou regras para os estudos históricos. Essa prática de ordenamento constituiu-se como uma das estratégias dos letrados que buscavam inserir os estudos históricos em um movimento de especialização, valendo-se também da divulgação de documentos históricos para a composição de catálogos que orientassem sobre as possibilidades e prioridades de pesquisa nessa área do saber e demonstrassem os vínculos de suas temáticas com as pautas ditadas pelas universidades adequando-se, mas também colaborando, com os investimentos na profissionalização do conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nota de Rodolfo Garcia contendo dados biográficos, de 1932. Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.²⁵¹

Uma sensação parecida com a do viajante que confere apressadamente a bagagem antes de partir, sentindo que coisas importantes ficaram de fora - seja por conta dos trajes confortáveis que ocuparam o lugar dos formais, pela falta fôlego para carregar o peso se não houvesse critérios de seleção, ou mesmo pelo esquecimento - acompanhavam minhas últimas leituras dos materiais selecionados da Coleção Rodolfo Garcia, depositada na BN, quando uma nota que escrevi à mão informando os próprios dados biográficos ganhou sentido diferente das primeiras miradas. As indagações a respeito do ofício polivalente de Rodolfo Garcia, que perpassaram essa dissertação, ocuparam também os rascunhos de uma escrita de si.

A nota foi escrita logo que assumiu a direção da BN, em 1932. Era longínquo o ano de 1908, quando se tornou bacharel em Direito. Tanto que naquele momento, pareceu estranhar o lugar da formação que não se tornara profissão, dentre as informações de seu ofício. Mas convinha decretá-la como profissão abandonada, por que o Direito, por si só, não foi responsável pelo posto importante que alcançara como funcionário público entre 1932 e 1945 ou por que as investigações históricas que desenvolvia naquele momento encontravam poucas respostas naquela área? Sem o diploma dificilmente atuaria, em Pernambuco, como jornalista e professor de História, Geografia, Francês e Português nos Colégios Wolf e Santa Margarida, durante a primeira década do século XX. Talvez, sem o ensino superior também não se arriscasse a mudar para o Rio de Janeiro, em 1910, com o intuito de dedicar-se especialmente aos

²⁵¹ O conteúdo desse trecho da nota corresponde a: "Garcia, Rodolfo [Augusto de Amorim] – jornalista e - Advogado (profissão que abandonou) professor de humanidades.

estudos históricos. De qualquer forma, os rabiscos na nota sobre o comentário “profissão que abandonou” expressam certo desconforto dos historiadores diletantes especialmente a partir da década de 1930, quando foram instituídas as graduações em história no Brasil, mas também apontam que a formação acadêmica em área distintas tinha lá seus vínculos, mesmo que por vezes indiretos, com a atuação profissional transferida para as humanidades, contando, para isso, com um saber autodidata, e com as bagagens anteriores vindas do Direito, Engenharia, Medicina, etc.

Ao nos debruçarmos sobre os fundamentos da escrita da história de Garcia, especialmente, naquilo que diz respeito à atuação na coleta, seleção e divulgação de documentos históricos, bem como na organização de acervos, o Garcia advogado, jornalista, linguista, pai, marido e o como mais possa ser reconhecido, cedeu lugar ao Garcia historiador, erudito, editor e diretor, ou ainda com suas palavras, professor de humanidades.

Investigando os modos com que seus pares o narraram e as demandas que recebeu no exercício de historiador, pudemos vislumbrar algumas das características que correspondiam ao perfil do erudito e do intelectual naquele período e compreender as motivações dos que assim o consideraram.

O conhecimento amplo de história do Brasil acompanhado de um rigor metodológico no trato com os documentos possibilitou que Garcia sanasse as mais diversas dúvidas dos que recorriam a ele, frequentemente em busca de informações pontuais. Essa natureza de saber característica do chamado erudito, que priorizava o armazenamento, correção e mapeamento de fonte pelas quais obtinha determinados dados, parecia se tornar escassa nas décadas de 1930 e 1940, rendendo aos que cultivavam tais conhecimentos uma espécie de divindade, como aclamou Pedro Calmon: São Rodolfo Garcia das dúvidas históricas! Mas também um aparente deslocamento, pois o domínio de um saber que se queria abrangente, atestado por Garcia em suas atividades e ao intitular-se professor de humanidades, parecia estar na contramão da aspirada especialização. No entanto, como vimos, esse ofício polivalente tinha lá sua parcela de contribuição na especialização dos saberes, promovida de modo crescente naqueles tempos de entremeio, quando a figura do erudito associada também ao interesse por antiguidades causava certa desarmonia em uma sociedade que passa a recorrer constantemente à palavra “moderno” para significar seu presente e suas aspirações. Desse modo, esse mesmo “santo” Garcia, foi denominado por representantes do poder político como intelectual, designação que dava uma roupagem nova aos que

representavam a ilustração brasileira e se dispunham a colaborar com a política cultural da Era Vargas.

Dentre as atividades de Garcia nesse sentido, investigamos a formação de especialistas para o trabalho com acervos por meio do Curso de Biblioteconomia e Museologia, indagando o que os letrados daquela época concebiam como especialista e quais os saberes acionados e as condições nas quais se instituíram esses novos saberes. Diante disso, verificamos que a especialização da história estabeleceu laços estreitos com a especialização de outras áreas dedicadas a reunir, conservar e classificar a matéria-prima do historiador, sem deixar de promover a autonomia de todos os domínios. Assim, a formação desses novos profissionais vinculada aos pressupostos teórico-metodológicos daqueles que a forjaram, não incluía apenas conteúdos específicos voltados para o tratamento com os acervos, mas ao vislumbrar a cientificidade dessas práticas, buscava-se também formar especialistas com domínio da chamada cultura geral, optando, assim, por um viés mais humanista que tecnicista. Portanto, promover a especialização, como fez Garcia, não significou necessariamente desapegar-se de uma concepção do saber abrangente, do mesmo modo que figurar entre os eruditos não implicou em uma postura reclusa em relação à modernização dos estudos históricos.

Essa importante dimensão do ofício de Rodolfo Garcia perpassou toda esta dissertação e recebeu atenção específica ao tratarmos das atividades de Garcia na edição de documentos. Por meio dela foi possível identificar a prática da classificação presente na escolha de fontes, na atribuição de autoria ou ainda na definição de subáreas da história, como fundamento de uma escrita da história voltada para a organização de seu próprio campo. Ao investigar essas escolhas de Rodolfo Garcia e a recepção delas entre os pares, assumimos também um modo narrar o personagem, que dialogou com uma variedade de perspectivas na constituição de sua figura. Esse ofício desempenhado entre as décadas de 1930 e 1940 poderia ser situado em transições: do advogado para o historiador, do erudito para o intelectual, dos institutos para as universidades, do amador para o profissional, porém, nos depararmos com coexistências, entremeios e sobreposições, enfim, com relações que não revelam um início e um fim, nem mesmo se constituíram por um único ofício, são histórias inacabadas de ofícios polivalentes.

FONTES:

BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1911, 1913, 1915, 1921, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.

_____. Coleção Documentos Históricos, Seção de Manuscritos. (vol. 36, 1937; vol. 37, 1937; vol. 38, 1937 e vol. 62, 1943)

_____. Coleção Rodolfo Garcia, Seção de Manuscritos.

CALMON, P. Prefácio. In: GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

CARDIM, E. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. *Rodolfo Garcia* (No centenário do seu nascimento). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1973.

DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

GARCIA, R. As orfãs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Rio de Janeiro, v.192, p.137-143, 1946.

_____. *Diccionario de brasileirismos* (peculiaridades pernambucanas). Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte I. 1913.

_____. *Discurso de posse*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* (1500-1810). Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

_____. Explorações Científicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Rio de Janeiro, v.2, p.189-223, 1942.

_____. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: ABB, 1969.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. Gravetos de História Pátria. In: *Ensaio e Estudos. 4ª Série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, pp.291-316.

_____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaio e Estudos* (Crítica e História). 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Constâncio Alves*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=422&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Biografia Gustavo Barroso*. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Biografia Pedro Calmon*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=315&sid=193>> Acesso em: 05 nov. 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Locus*. Revista de história, UFJF, v. 10, n. 2, 2004, p.53-72.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajetos*. Revista de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, vol. 3. n. 6. 2005.

ALVES, C. A. *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=424&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

AMED, F. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

ANHEZINI, K. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus. *Teoria e Historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. (no prelo).

_____. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ARAÚJO, R. B. Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 1, p. 28-54, 1988.

ARAÚJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

CÂNDIDO, A. “A vida ao rés-do-chão”. In: *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, Fundação Casa de Rui Barbosa/Editora da UNICAMP, 1992, p.14.

CAPELATO, M. H. R. “Estado Novo: novas histórias.” In: FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998.

Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 56, 1939.

Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002, p. 25-48.

_____. História da Biblioteconomia brasileira. Brasília: Thesaurus, 2000.

CAVALCANTI, L. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC/IPHAN, 2000.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano - As artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CEZAR, T. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade da obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v.24, n.2, 2005, p.207-240.

_____. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, n.1, v.8, 2004, p.11-29.

_____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, v.8, n.10, 2004, p.11-34.

_____. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, v.11, p. 306-312, 2007.

COSTA, J. A. *Introdução à Arqueologia Brasileira: etnografia e história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

D'ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução: Sérgio Milliet. Introdução e notas: Rodolfo Garcia. São Paulo: Livraria Martins, 1945.

DELACROIX, C; DOSSE, F; GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira (do IHGB aos anos 1930)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam?*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

EL FAR, A. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

_____. A universidade no Brasil de 1930 a 1937. In *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2ed. Brasília: Plano, 2000, p. 29-77.

FAZENDA, J. V. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179495> Acesso em 27 Mar 2015.

FERREIRA, A. C. A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, M. M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

FRANZINI, F. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 24 - 45.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

FREIXO, A. L. José Honório Rodrigues a *Série Documentos Históricos* e os *Anais* da Biblioteca Nacional. *Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI*, v. 3, n. 1, p. 235-254, 2014.

FURET, F. O nascimento da história. In: _____ *A oficina da história*. Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, s.d, p. 109-135.

GINZBURG, C. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, A. C. *A República, a História e o IHGB*, Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

_____. (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONTIJO, R. Capistrano Viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, 2010, p. 15-36.

_____. *Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu*. *Escritos*. Ano 2. n. 2, 2008, p. 49-73.

_____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.

_____. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.26, 2007, p.41-76.

_____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

_____. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira. *Projeto História*, v.41, 2010, p.491-526.

GRAFTON, A. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

GUEDES, T. O lado doutor e o gavião de penacho – Modernismo e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN). São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, L. M. P. A Experiência Pioneira da Academia de Altos Estudos: Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916–1921). *Revista Teias*, v.1, n.1, 2000, p.38-45.

_____. A presença do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos - Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História*, n.141, 1999, p.91-100.

_____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*. Niterói, v.9, n.18, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Mar. 2015.

_____. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudo e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. N; et al (Orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 19-35.

_____. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n.20, 1997, p.217-229.

GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, v.3, 2002, p.184-200.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*. Revista de História e Geografia. Dossiê Historiografia e Escrita da História, v. 11, n. 1, p. 31-47. jan./jun. 2005.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista de Estudos Históricos*, n.1, 1988. p.5-27.

_____. *Reinventado a tradição: sobre antiquariado e escrita da história*. Humanas/IFCH-UFRGS, Porto Alegre, vol. 23, n.1/2, 2000.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 393-414.

HARTOG, F. *Evidência da História: O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autentica: 2013.

KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, L. M. *O Brasil na Historiografia inglesa dos anos joaninos*. 2012.165f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000200007>. Acesso em 14 Mar. 2015.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

_____. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACEDO, J. M. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. (Tomo II). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [18-?]. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01069020>. Acesso em 27 Mar 2015.

MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História social) - UFRJ/ IFCS Rio de Janeiro, 2004.

_____. O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 107-130, 2002.

MALATIAN, T. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B; LUCA, T. R.(Org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.195-222.

_____. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: FAPESP, 2001.

_____. Oliveira Lima nos Estados Unidos. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez. 2008, p. 497-507.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOMIGLIANO, A. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____ *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.

MORAES, A. J. M. “História das ruas da Cidade do Rio de Janeiro em 1808”. In: *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia brasileira – Editor J. J. do Patrocimo, 1863.

MOTTA, M. S. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MURARI, Luciana. *Tudo o Mais é Paisagem: Representações da Natureza na Cultura Brasileira*. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo, 2002.

NICOLAU, S. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NICOLAZZI, F; ARAUJO, V. L. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: ARAUJO, V. L;

VARELLA, F. F; MOLLO, H. M; MATA, S. R. (orgs.). A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p. 7-14.

NICOLAZZI, F. Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, L. L. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Cultura é Patrimônio – Um Guia*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008.

OLIVEIRA, M; CARVALHO, G. F; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Inf & Soc.: Est. João Pessoa*, v.19, n.3, p.13-24, 2009.

OLIVEIRA, M. G. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1913.

_____. “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu.” In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v., p. 216-239.

_____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, v. 30, n. 59, São Paulo, 2010.

PRADO JÚNIOR, C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1954.

RODRIGUES, J. H. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Revista de História*. v.17, nº 35, 1958, p. 97-105.

_____. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____.(Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 3 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1977.

_____. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba, Appris, 2012.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996.

SÁ, I. C. História e memória do curso de museus: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.39, p.10-49, 2007.

SANTOS, I. N. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 3, n. 6, p. 35-47, 2007.

SANTOS, M. S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SANTOS, N. *Esbôço Biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947.

SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, P. R. E. A arquivística no laboratório: história, teoria e método de uma disciplina. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, R. S. C. *Projeto à nação em páginas de Cinearte: A construção do “livro de imagens luminosas”*. Dissertação (Mestrado em História social) – PUC, Rio de Janeiro, 2010.

SCHMIDT, B. B.; AVELAR, A. S. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SCHMIDT, B. B. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. *História Unisinos*, v. 8, n. 10, p. 131-142, 2004.

SCHWARTCZ, L. M. *Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A longa viagem da biblioteca dos reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SCHWARTZ, S. “Gilberto Freyre e a História colonial: uma visão otimista do Brasil” In: Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza Araújo(orgs.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). SEVCENKO, N.(org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.513-619.

SILVA, I. A. L. Biblioteca Nacional no processo de Demarcação de Limites com a Guiana Francesa: Os Usos Políticos de um Acervo Documental. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 128, 2008.

SILVA, Í. B. M. *Sociedade Capistrano de Abreu: Memória e Historiografia Brasileira (1927-1969)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

_____. A Sociedade Capistrano de Abreu e construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). *Projeto História*, nº41, p. 599-614, 2010.

_____. Anotar e prefaciar a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*, nº. 03, p. 83-105, 2009.

SILVA, T. T. Q. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Z. L. (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 1999. 154p.

_____. Os acervos históricos: guardar para que e para quem?. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 2, p. 13-24, 2006.

SIQUEIRA, G. K, Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA, G. K.; GRANATO, M.; SÁ, I. C. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, n. 6, p. 142-169, São Paulo, 2008.

SIRINELLI, J. F. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOMBRIO, M. M. O; LOPES, M. M; VELHO, L. M. L. S. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008.

STRZODA, M. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

TAUNAY, A. E. *Monstros e monstregos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Zoologia fantástica do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

VELLOSO, M. P. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, nº 28, p. 23-47, 2001.

WILLIAMS, D. *Culture Wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-45*. Durham & London: Duke University Press, 2001.